

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
FACULDADE DE EDUCAÇÃO
LICENCIATURA EM PEDAGOGIA

Caroline Cristiano Cardoso

Autonomia e participação da escola nas formulações do Sistema Estadual de Avaliação
Participativa do Rio Grande do Sul

Trabalho de Conclusão apresentado à Comissão
de Graduação do Curso de Pedagogia da
Universidade Federal do Rio Grande do Sul,
como requisito parcial e obrigatório para a
obtenção do título Licenciatura em Pedagogia
Orientadora: Prof.^a. Dr.^a Nalú Farenzena

Porto alegre

2º semestre

2014

Agradecimentos

A todas as pessoas que das mais diversas formas fizeram parte da minha construção como educadora, como pessoa, como Caroline...

RESUMO

O trabalho inscreve-se no campo temático das políticas educacionais, e tem como objetivo discutir a participação e a autonomia da instituição escola nos processos de formulação do Sistema Estadual de Avaliação Participativa do Rio Grande do Sul (SEAP/RS). O SEAP/RS é desenvolvido na rede estadual de ensino desde 2011 e foi instituído como programa pelo Decreto nº 48.744/2011. Abrange a elaboração de diagnósticos institucionais qualitativos, de forma participativa, pelas três instâncias da rede estadual – escolas, coordenadorias regionais de educação e órgão central da Secretaria Estadual de Educação. Este estudo, articulado com uma pesquisa mais ampla, de avaliação do SEAP/RS, foca a participação das instituições escolares na política. Foi realizada análise documental de dados da formulação do SEAP e de conteúdos de entrevistas com atores políticos importantes do processo de formulação da política. O trabalho também contou com estudo dos conceitos de autonomia, participação, gestão democrática escolar, políticas públicas e políticas educacionais. Foi constatado que não houve participação dos atores escolares nas formulações do SEAP e, diante disso, a investigação possibilitou uma reflexão teórica sobre os limites da participação das escolas na formulação de uma política educacional voltada aos seus interesses, bem como sobre desafios da formulação de uma política educacional dentro do sistema político, seus tempos e urgências diante das demandas sociais.

Palavras-chave: **Autonomia Escolar. Participação. Políticas Públicas. Políticas Educacionais. Gestão Democrática. SEAP/RS.**

Quadro 1 – Conteúdos do Decreto nº 48.744/2011 (Governo do Estado do Rio Grande do Sul)	30
Quadro 2 – Conteúdos da Ordem de Serviço nº 02/2012 (da SEDUC/RS)	31
Quadro 3 – Conteúdos do documento <i>Sistema Estadual de Avaliação Institucional Participativo – RS</i> (da SEDUC/RS)	33
Quadro 4 – Conteúdos do documento <i>Sistema Estadual de Avaliação Participativa</i>	35
Quadro 5 – Conteúdos do documento <i>Sistema Estadual de Avaliação Participativa</i>	36
Quadro 6 – Conteúdos do documento <i>Nota Técnica</i> (da SEDUC/RS)	37
Quadro 7 – Conteúdos do documento <i>Linha do tempo 2011-2014 SEAP/RS – Avaliação Institucional</i> (da SEDUC/RS).....	38

SUMÁRIO

1	O INICIO DO PERCURSO: introdução e justificativa do trabalho	7
1.1	JUSTIFICATIVA E CONTEXTUALIZAÇÃO DE PESQUISA	8
2	DESENVOLVIMENTO METODOLÓGICO.....	9
3	REFERENCIAIS TEÓRICOS SOBRE POLÍTICAS PÚBLICAS, POLÍTICAS EDUCACIONAIS E ANÁLISE DE POLÍTICAS PÚBLICAS.....	10
3.1	ESTADO, GOVERNO E ATORES POLÍTICOS: UMA BREVE EXPLANAÇÃO.....	10
3.2	POLÍTICAS PÚBLICAS: UMA DELIMITAÇÃO	11
4	ASPECTOS LEGAIS E NORMATIVOS ACERCA DA GESTÃO E PARTICIPAÇÃO ESCOLAR NO AMBITO FEDERAL E ESTADUAL	17
5	GESTÃO ESCOLAR, PARTICIPAÇÃO E AUTONOMIA: ELEMENTOS TEÓRICO-CONCEITUAIS.....	19
5.1	GESTÃO DEMOCRÁTICA	19
5.2	PARTICIPAÇÃO	20
5.3	AUTONOMIA	22
6	BREVE DESCRIÇÃO DO SEAP/RS.....	23
7	ANALISANDO OS DADOS: O QUE DIZEM OS DOCUMENTOS DE FORMULAÇÃO DO SEAP/RS	27
7.1	O QUE DIZEM OS DOCUMENTOS DE FORMULAÇÃO DO SEAP/RS: QUADRO DE ANÁLISES	27
7.1.1	A ANÁLISE PRELIMINAR DOS DOCUMENTOS.....	28
8	ATORES POLÍTICOS E O CONTEXTO DO SEAP/RS: UMA ANÁLISE DAS ENTREVISTAS.....	40
8.1	SOBRE O RELATO DOS ENTREVISTADOS: ENTREVISTADOS 1 E 2.....	40
8.2	SOBRE O RELATO DOS ENTREVISTADOS: ENTREVISTADOS 3 E 4.....	41
9	PARTICIPAÇÃO DA ESCOLA NAS FORMULAÇÕES DO SEAP: UM OLHAR TRANSVERSAL	45
10	CONSIDERAÇÕES FINAIS	47

REFERÊNCIAS	49
APÊNDICE A - TERMO DE CONSENTIMENTO INFORMADO.....	51
APÊNDICE B – ROTEIRO DE ENTREVISTAS	52
ANEXOS	53
ANEXO A - Decreto N° 48.744, de 28 de Dezembro de 2011	54
ANEXO B - Ordem de Serviço N° 02/2012.....	58
ANEXO C - Sistema Estadual de Avaliação Institucional Participativo – RS	60
ANEXO D - Sistema Estadual de Avaliação Participativa SEAP-RS - Caderno 1	73
ANEXO E - Sistema Estadual de Avaliação Participativa -SEAP-RS -Caderno 2.....	117
ANEXO F - Nota técnica.....	193
ANEXO G - Linha do tempo 2011-2014 SEAP/RS – Avaliação Institucional	197

1 O INICIO DO PERCURSO: introdução e justificativa do trabalho

O presente trabalho se desenvolve no campo temático das políticas educacionais, orientado para o recorte da autonomia e participação das escolas. A finalidade principal é investigar a participação e a autonomia das escolas estaduais no processo de formulação do Sistema Estadual e Avaliação Participativa do Rio Grande do Sul (SEAP/RS). Tem como problemática de pesquisa a participação das escolas estaduais no processo de formulação do SEAP, indagando-se se as mesmas tiveram autonomia para intervir nessa política pública durante os trâmites de formulação da mesma. Dentre os objetivos estabelecidos nesse trabalho, busquei compreender o envolvimento das escolas nos processos de elaboração do SEAP/RS e o diálogo entre as escolas e os formuladores da política pública durante o processo, e em quais âmbitos as escolas interagiram com a política, e em que medida foi promovida a autonomia e a participação das escolas durante o período referido, bem como analisar processos e mapear atores da formulação de uma política educacional.

Antes de abordar os principais tópicos de desenvolvimento desse trabalho, é importante fazer uma sucinta apresentação do que é o SEAP/RS. Como o nome sugere, esta é uma política educacional de avaliação participativa de instituições da rede estadual de ensino do Estado do Rio Grande do Sul, formulada e implementada pelo Governo da Gestão 2011-2014. O projeto desenvolve diagnósticos qualitativos e quantitativos com a participação de todas as instâncias de ensino da rede estadual, visando propiciar uma reflexão sobre aspectos de cada instituição. A política educacional prevê que a elaboração do diagnóstico da avaliação participativa seja realizada por todas as pessoas que compõe cada uma das instâncias institucionais e que este ocorra anualmente. Tem como uma de suas finalidades a melhoria da qualidade da educação pública estadual e uma de suas principais diretrizes a democratização e qualidade do ensino com cidadania.

Para a realização dessa pesquisa, inicialmente desenvolvo o estudo de referenciais teóricos sobre políticas públicas, políticas educacionais e análise de políticas públicas, com informações básicas para compreensão desse campo temático. Na sequência apresento uma revisão de literatura sobre conceitos fundamentais para as análises do objeto de pesquisa. Exponho brevemente uma sistematização de estudo sobre gestão democrática escolar, participação autônoma, seguido pela pesquisa de referenciais legais ligados à gestão da educação pública e, por consequência, relacionados aos princípios e instrumentos de gestão democrática, participação e autonomia das escolas públicas, nos documentos normativos da Constituição Federal de 1988, Lei nº 9.394/96, de Diretrizes e Bases da Educação Nacional

(LDB), e, no âmbito do Estado do Rio Grande do Sul, a Lei nº 10.576/95, que trata da gestão democrática na rede estadual de ensino, principalmente gestão escolar.

A metodologia utilizada nesse trabalho tem como procedimentos, além do estudo bibliográfico, a análise de dados com o estudo documental e a análise de depoimentos de entrevistas. Para a análise documental foi efetuada uma recolha de documentos digitais na Secretaria de Educação do Estado (SEDUC), junto à Coordenação do SEAP/RS, e após foram elaborados critérios de seleção e critérios de análise. Nesse trabalho elaborei quadros analíticos, pontuando questões de cada documento pertinentes a esta pesquisa, seguidos de um texto analítico mais elaborado. Foram realizadas quatro entrevistas com os atores políticos tidos como mais influentes no processo de desenvolvimento do SEAP/RS. Todas as entrevistas foram transcritas e analisadas pontuando as falas mais pertinentes em relação ao período de formulação da política pública.

Após estudos e análises elaborados, faço uma sinopse sobre as informações, expondo de forma objetiva os resultados obtidos do acúmulo da pesquisa. A seguir apresento minhas considerações finais, relatando as aprendizagens resultantes dos estudos desse trabalho.

1.1 JUSTIFICATIVA E CONTEXTUALIZAÇÃO DE PESQUISA

Desde meu ingresso no curso de Pedagogia tenho notado a importância das políticas públicas de educação dentro da minha formação como educadora. Interessada em entender melhor esta área procurei me inserir em pesquisas que envolvessem esta temática. Como bolsista de iniciação científica, compreender a relação entre as escolas e políticas públicas de educação e seus formuladores sempre foi uma questão instigante, principalmente quando relacionados a conceitos de gestão democrática e participação. Em 2014, passei a integrar a equipe do projeto de pesquisa intitulado *Análise e Avaliação Externa de Processos e de Resultados Atinentes à Avaliação Institucional Participativa do Sistema Estadual de Avaliação Participativa – SEAP/RS*, desenvolvido por meio de um contrato entre a Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS) e a Secretaria Estadual de Educação do Estado do Rio Grande do Sul (SEDUC/RS). Com isso, surgiu a possibilidade de entender mais profundamente essas questões a partir de uma política em específico e optei por desenvolver um estudo para compreender como a participação e a autonomia das escolas estiveram presentes dentro do desenvolvimento dessa política educacional através do meu Trabalho de Conclusão de Curso.

2 DESENVOLVIMENTO METODOLÓGICO

Este trabalho de conclusão de curso foi elaborado como um estudo de cunho qualitativo. Inicialmente, foi realizado um levantamento bibliográfico sobre os conceitos de autonomia, participação, gestão democrática, gestão escolar e políticas públicas, com foco no âmbito institucional. Em seguida foram feitas leituras e análise interpretativa dos textos que tratam desses conceitos. Com relação a essas informações, também foram analisadas a Constituição Federal de 1988, a Lei nº 9.394/96, de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) e a Lei nº 10.576/95 do Estado do Rio Grande do Sul.

Para o desenvolvimento da pesquisa, foi realizada uma análise do SEAP voltada para o objetivo do presente trabalho, com foco no estudo documental desta política pública em sua formulação. Os dados documentais coletados originam-se de fontes primárias e fontes inadvertidas. São diversos documentos digitais e físicos relacionados ao SEAP, e foram cedidos pelos coordenadores dessa política. Como sugerem Calado e Ferreira (2005), a análise desses dados foi feita através de um conjunto de procedimentos organizados em três etapas. A primeira etapa foi de leitura, identificação e categorização dos documentos, os quais foram organizados de acordo com o tema abordado. A segunda etapa foi a de apresentação desses documentos depois de serem organizados. E a terceira e última etapa compreendeu a conclusão descritiva decorrente do processo de investigação, compreensão, identificação, classificação e apresentação desses documentos.

Para possibilitar uma maior compreensão da participação e autonomia das escolas nos processos de formulação do SEAP foi realizada uma análise de depoimentos obtidos por entrevistas com atores-chave da formulação do SEAP. Foram realizadas quatro entrevistas¹ semiestruturadas, e a partir da transcrição das mesmas foi feita análise de seus conteúdos e o cruzamento dessas informações com os estudos dos documentos do SEAP. Desta forma, busquei resgatar questões pertinentes ao problema de pesquisa, que não estavam contempladas nos documentos.

¹ O termo de consentimento informado elaborado para a realização das entrevistas encontra-se no apêndice A. O termo foi elaborado para a pesquisa mais abrangente à qual este TCC se articula.

3 REFERENCIAIS TEÓRICOS SOBRE POLÍTICAS PÚBLICAS, POLÍTICAS EDUCACIONAIS E ANÁLISE DE POLÍTICAS PÚBLICAS

Dado o caráter do trabalho, no desenvolvimento da análise alguns conceitos e abordagens foram escolhidos de acordo com a compreensão da atual conjuntura na qual o objeto de pesquisa está inserido. Busco, então, nesse segmento, esclarecer sucintamente noções e conceitos básicos que são utilizados no presente trabalho.

3.1 ESTADO, GOVERNO E ATORES POLÍTICOS: UMA BREVE EXPLANAÇÃO

Para os estudos que proponho nesse trabalho, a compreensão e a definição de alguns conceitos foram essenciais para ajudar a definir o recorte temático e a metodologia. Sendo assim, trago de forma sucinta uma ideia sobre que é Estado, governo e atores políticos.

O Estado é a representação máxima da população de um território formado e legitimado, tanto pelos próprios habitantes quanto por outros estados. Desta forma, como conceito básico, é o Estado um conjunto de instituições públicas com o intuito de (em tese) atender, organizar e representar as necessidades das pessoas que vivem em seu território. Nesse movimento, “[...]da organização burocrática do Estado nasce a *administração pública* – compreendida como conjunto de atividades ou ações do estado, que por serem definidas por lei pelos atos de Governo, visa à execução de tarefas de interesse público”. (RODRIGUES, 2010, p.18). Para atender essas intenções, além da *administração pública* também há o *Estado de direito* que é o “[...] o reordenamento da sociedade com base em um sistema jurídico que garanta as liberdades fundamentais com a aplicação da lei por intermédio de juízes independentes [...]”. E dentre diferentes modelos está o *Estado de Bem-Estar*, que garante de modo mais extensivo os direitos dos seus cidadãos no que se refere às políticas sociais. São estas, portanto, atribuições do Estado num sistema político que se organiza como Estado democrático de direito. As políticas públicas são resultantes das atividades políticas e, por isso, por mais óbvia que pareça essa constatação, são públicas e não privadas. São ações e decisões advindas do poder público, não se limitam ao fato de serem coletivas ou não se referem à abrangência social sob a qual incidem: “[...] É o Estado que detém o poder e a autoridade para fazer valer, para toda a população que vive num território delimitado, as

políticas que se processam de diversos interesses, necessidade e demandas da sociedade” (RODRIGUES, 2010, p.18).

Vale ressaltar que Estado não é o mesmo que nação, pois esse conceito está ligado à cultura, a aspectos históricos e à identificação a uma sociedade, um agrupamento ou organização, que possuam características comuns que os definam, como língua, costumes ou a própria cultura, entre outros. Sendo que existem estados representados por mais de uma nação e nações sem estado.

Assim, o governo é uma das instituições que compõe o Estado, pois se este é a representação do povo, o governo é a aplicação dessa representatividade, que acontece de forma diferente para cada Estado. De forma geral, ao governo são atribuídos poderes pelo povo, para legislar, executar e administrar em seu nome. Assim, enquanto o Estado pode ser considerado permanente, os governos são transitórios. Os atores que compõe os governos são parte dos processos de desenvolvimento de uma política pública, e são responsáveis pelas ações decisórias nas escolhas das alternativas para atender as demandas: “O governo tem poder político para tomar decisões de acordo com as preferências de interesses dos diversos atores. Num governo democrático, tais preferências e interesses são permanentemente negociados”. (RODRIGUES, 2010, P.21)

Atores políticos são as pessoas ou grupos implicados nos processos de desenvolvimentos das políticas públicas, os quais, no exercício de suas funções, possibilitam a mobilização e os procedimentos para a viabilização das políticas públicas. Os atores políticos são distinguidos entre atores privados e atores públicos. Os atores públicos são os que atuam no setor público e desempenham atividades nessa área “[...] são os que de fato tem poder de decidir políticas. Entre esses que estão diretamente envolvidos na produção e execução de políticas públicas estão os gestores públicos, os juízes, os parlamentares, os burocratas, os políticos (membros do executivo), além das organizações e instituições de Governo e as Institucionais.” (RODRIGUES, 2010, P.22). Como atores privados se destacam os empresários, os agentes internacionais, a mídia, os trabalhadores com ações coletivas organizadas, normalmente pelas centrais sindicais, e as organizações não governamentais.

3.2 POLÍTICAS PÚBLICAS: UMA DELIMITAÇÃO

Resumidamente, entendo aqui as políticas públicas como um conjunto de decisões e ações de um governo, realizadas com o intuito de alcançar objetivos pretendidos, e dentro de

certa *ordem* (estratégias, instrumentos, atribuições, processos) estabelecida pelas políticas: “Uma política pública geralmente envolve mais do que uma decisão e requer diversas ações estrategicamente selecionadas para implementar as decisões tomadas.” (RUA, 1997, p.1). Cabe ressaltar que essas ações que advêm da política não são apenas um movimento em resposta a uma necessidade, a uma resolução de problemas. Mais do que isso, as políticas públicas podem ser entendidas

[...] como uma forma contemporânea de exercício do poder nas sociedades democráticas, resultante de uma complexa interação entre o Estado e a sociedade, entendida aqui num sentido amplo, que inclui as relações sociais travadas também no campo da economia. Penso, também, que é exatamente nessa interação que se definem as situações sociais consideradas problemáticas, bem como as formas, os conteúdos, os meios, os sentidos e as modalidades de intervenção estatal. (DI GIOVANNI, 2009, p. 4).

Na análise e compreensão das políticas públicas, a abordagem da *policy analysis* apresenta importantes conceitos para o desenvolvimento de estudos na área. Nessa abordagem, a política pública apresenta três dimensões distintas representadas por termos em inglês, são elas: *polity* é a dimensão institucional da política, (trata-se da estrutura e a organização dos sistemas político-administrativos); *politics* é a dimensão dos processos políticos, (trata-se das relações políticas entre atores, o *jogo político*); *policy* é a dimensão do conteúdo das políticas, (trata-se da parte concreta, objetiva, da qual se constitui as políticas).

No entanto, apesar de muito importante para a análise de políticas públicas, a identificação dessas dimensões não leva necessariamente a estabelecer determinações de uma sobre as outras. Com relação às variáveis de dependência e independência das dimensões, a distinção é feita apenas por inferência teórica, não dá conta das complexidades que existem e devem ser consideradas para a análise de políticas públicas. Como aponta Frey (2000), na realidade política as dimensões se conectam e interferem uma na outra.

As políticas públicas (*policies*) surgem de necessidades e de interesses de grupos que estão na sociedade e no Estado. Necessidades e interesses, dentro do sistema político, são as demandas e apoios, chamadas de *inputs*, quando decorrem da sociedade, ou de *whithinputs* quando procedem dos agentes do próprio sistema político. Normalmente, essas demandas (*inputs* e *whithinputs*) são exigências de bens e serviços públicos, de melhorias dos processos sociais e econômicos, de desenvolvimento e colaboração na participação do sistema político. Essas atividades manifestam-se com o intuito de atender as demandas, geridas pelos atores tanto sociais como internos ao sistema político, e junto com essas demandas normalmente são

mobilizados apoios, elementos muitas vezes essenciais para a viabilização da mesma (RUA, 1997).

Cabe ressaltar então o entendimento de demanda como necessidades resultantes de problemas e questões de ordem pública. Como por exemplo, os problemas na área de políticas sociais (educação, moradia, saúde, saneamento básico etc.). Essas demandas normalmente são encaminhadas pelos atores sociais, ou por atores dentro do sistema político.—Segundo expõe Rua (1997), há três tipos de demandas: as demandas novas que surgem diante de novos problemas, ou de novos atores políticos; as demandas recorrentes, que, como o próprio nome sugere, tratam de problemas que retornam por não terem tido resolução ou por terem sido mal resolvidos; as demandas reprimidas, que seriam os problemas que existem há muito tempo e que atingem grupos de pessoas, mas que não mobilizam o governo, não entram nas prioridades do mesmo, se caracterizando com um “estado de coisas”. Essas demandas reprimidas podem se caracterizar por uma não decisão.

Os apoios e suportes nem sempre estão vinculados diretamente a uma demanda, mas obrigatoriamente tem alguma ligação com o sistema político, “[...] eles não podem estar sempre totalmente desvinculados das políticas governamentais, pois nesse caso o governo não conseguiria cumprir seus objetivos.” (RUA, 1997, p.1). Esses apoios podem ser desde o cumprimento e obediências das normas sociais legais, o pagamento de impostos e o ato de votar, assim como a participação civil em processos políticos, como manifestações públicas e participação nos em processos específicos de políticas públicas.

No sistema político, as questões ou demandas sociais (*inputs*) podem entrar na agenda governamental, e a partir disso se inicia um movimento de elaboração de alternativas para viabilizar ações que atendam às questões que chegaram à agenda. Nesse processo de formulação, acabam ocorrendo muitas disputas entre os atores políticos e sociais interessados, ou seja, as políticas públicas (*policies*) se constituem sob influências presentes nas relações das forças e de poder, nas disputas políticas. Essas disputas normalmente se situam em torno de questões (*issues*) sobre uma política pública, condensam interesses e ideias dos atores envolvidos. Chama-se *issue* alguma questão/problema que é objeto de diferentes interesses ou concepções por parte de atores do sistema político.

Em um estudo mais comparativo, um estudioso da área, Theodore J. Lowi, apresenta a ideia que a política pública determina a política: “*policy determines politics*”. Nessa perspectiva, para esse autor, o movimento político na formulação das alternativas, no qual se colocam as vantagens e desvantagens de cada *issue*, é visto como *policy arena* (arena de política pública), na qual as relações entre atores e políticas geram expectativas desses em

relação às políticas públicas e, conseqüentemente, geram disputas. Desse modo, a natureza do que é disputado acaba causando inferências importantes nos processos políticos: “O modelo da 'policy arena' refere-se, portanto, aos processos de conflito e consenso dentro das diversas áreas de políticas, as quais podem ser distinguidas de acordo com o seu caráter distributivo, redistributivo, regulatório ou constitutivo.” (FREY, 2000, p. 233).

Essa tipologia abrange as arenas identificadas a seguir.

Arena distributiva: nela se incluem as políticas que não trazem custos, que tendem a beneficiar um grande número de destinatários e, sendo vantajosas para muitos, geram poucos/raros conflitos nos procedimentos políticos.

Arena regulatória: abarca políticas que tendem a ser mais burocráticas, e como já induz o nome, abrange políticas que propõe regulamentações, são mais visíveis ao público e envolvem mais atores e grupos de interesse.

Arena redistributiva: compreende políticas ligadas a questões mais conflituosas, que envolvem muitos interesses e demandam a movimentação de recursos financeiros, sendo que as posições tendem a ser polarizadas. Comumente trata-se de políticas sociais de proteção social (seguridade social), ou do sistema tributário e agrário, e devido ao caráter de disputa entre atores propende a ser conduzido com mais dificuldade.

Arena Constitutiva – nessa arena podem ser incluídas políticas que estruturam as demais políticas e determinam os procedimentos pelos quais elas se estabelecem.

Essa tipologia serve para ajudar a entender os processos de desenvolvimento das políticas públicas dentro do sistema político. A entender como os procedimentos e as decisões em relação a uma política pública são compreendidos e viabilizados ou não de acordo com os interesses implicados e, conseqüentemente, as disputas entre os atores. Essa teoria, segundo outras vertentes de pesquisa nessa área, não são suficientes para esclarecer e envolver questões políticas e as disputas de poder acerca da mesma. É instrumento útil para prever ou analisar probabilidades de uma política pública ter apoio ou não, como será e se será disputada e quais elementos determinam decisões ou posições.

Dentro das ferramentas analíticas disponíveis para a análise de políticas públicas, fez-se importante também a compreensão do modelo de ciclos das políticas públicas. Nesse modelo é possível reconhecer as prováveis etapas de uma política pública ao longo de seu processo. Cada fase é marcada por uma série de procedimentos, conteúdos e atores que tendem a revelar muitos elementos acerca dessa política pública estudada. Os estágios que compõem o ciclo das políticas públicas são: preparação da decisão política; agenda *setting*, formulação, implementação e avaliação.

A fase da preparação da decisão política refere-se à escolha da demanda ou problema a serem objeto de atenção e as possibilidades de resolução dos mesmos, a partir da compreensão destas demandas ou problemas. É uma fase complexa, pois se trata de inclusão de um item na agenda normalmente limitada com restrição de recursos e também por isso muito disputada entre os atores. Esse “[...] estágio constitui um momento fundamental do processo decisório na medida em que, nele, diversos atores entram em confronto para escolher quais problemas serão efetivamente incluídos na agenda governamental.” (RODRIGUES, 2010, p.48).

A agenda *setting* é a segunda fase do ciclo de políticas públicas, é nesse estágio que uma demanda se torna uma pauta política. Essa decisão é feita considerando elementos que envolvem a conjuntura atual e a perspectiva histórica, avaliando as possibilidades de ação de interesses da arena política.

A formulação de políticas é a fase após a agenda *setting*. É nesse estágio que o governo discrimina a política pública possível para a solução da demanda estabelecida na agenda. Para essa viabilização é feito um diagnóstico e a partir disso a elaboração de possibilidades e o envolvimento dos atores que negociaram as alternativas de política pública: “Em suma, para que o programa/política saia do papel, é preciso interpretar o ambiente para planejar/organizar as ações, decidir sobre quais benefícios/serviços que se pretende implementar, e de onde serão extraídos os recursos para sua implementação”. (RODRIGUES, 2010, p. 51).

A implementação é a etapa teoricamente posterior à formulação, é a fase na qual o(s) governo(s) deve(m) aplicar a política pública formulada e (viabilizar) toda a estrutura necessária para a mesma. Essa etapa é importante para analisar os procedimentos envolvidos nos processos: “A relação causa-efeito/meio-fins é adequada? Os objetivos da política/programa estão claros? Há comunicação e coordenação perfeita? [...] trata-se, portanto, do momento de preparação para colocar as ações do Governo em prática” (RODRIGUES, 2010, p. 51)

O estágio seguinte é a avaliação, incluindo-se nela o monitoramento. No monitoramento o objetivo é verificar se as decisões tomadas até então são as mais acertadas para o desenvolvimento da política pública e realizar as adequações necessárias ao longo do processo. A avaliação é a etapa final do processo, e como o nome propõe tem como objetivo avaliar as consequências provocadas pela política, identificar se os objetivos propostos pela política foram alcançados e de que forma isso procedeu. Em suma, analisar os efeitos causados pela política pública.

Apesar do modelo de ciclos das políticas públicas ser um instrumento de análise muito importante, ele não abrange todas as especificidades das políticas públicas, e não necessariamente os estudos com base nesse modelo poderão ser realizados na linearidade que o modelo propõe.

Cada política pública é uma cadeia de ações e de decisões que surge de um processo político inicialmente vindo de uma demanda, de uma situação social e de sua problematização. Essas necessidades ou interesses tendem a ser consequências de um problema, uma questão, de algum setor da sociedade. Quando as demandas do setor social ou do setor estatal vêm de algum assunto ligado à educação, o processo de formulação da política originará uma política educacional. Dessa forma, entendo que as práticas e a institucionalidade do setor educacional se formam a partir da política pública e, sendo assim, elementos aqui trabalhados também servem nas análises de políticas educacionais.

Compreendo o SEAP/RS como uma política educacional; desse modo, todos os elementos apresentados aqui de alguma forma contribuirão para o entendimento do que é o SEAP/RS e para realizar o recorte e as análises dos documentos e entrevistas propostos nesse trabalho.

4 ASPECTOS LEGAIS E NORMATIVOS ACERCA DA GESTÃO E PARTICIPAÇÃO ESCOLAR NO AMBITO FEDERAL E ESTADUAL

Dado os objetivos deste trabalho, um importante elemento abordado são os referenciais legais ligados à gestão da educação pública e, por consequência, relacionados aos princípios e instrumentos de gestão democrática, participação e autonomia das escolas públicas. Apresento definições normativas no âmbito federal, da Constituição Federal de 1988 e da Lei nº 9.394/96, de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB). No âmbito do Estado do Rio Grande do Sul, trabalho com disposições da Lei nº 10.576/95, que dispõe, entre outros assuntos, sobre a gestão democrática das escolas estaduais (por isso é chamada de *lei da gestão democrática*).

Em nossa Constituição Federal de 1988, no título da Ordem Social, no Capítulo III – Da Educação, da Cultura e do Desporto –, a primeira seção se refere à Educação e, no art. 205, é afirmada a educação como direito a todos e dever do Estado. No artigo seguinte (206), a gestão democrática aparece dentre os princípios básicos para a garantia dessa educação que, segundo o art. 205, tem como um de seus objetivos o “preparo para o exercício da cidadania”. Essa aceção marca, junto com o compromisso estatal de garantia da educação, a relevância da gestão democrática para o comprometimento na viabilização da educação pública no Brasil.

Reforçando essa concepção, a LDB, no art. 3º (Título II - Dos Princípios e Fins da Educação Nacional), também coloca, entre seus princípios básicos para o ensino, no inciso VIII, a gestão democrática do ensino público. E para além dessa disposição, a LDB traz no Título IV – Da Organização da Educação Nacional – o art. 14, cujo conteúdo são os princípios orientadores de base para a gestão democrática nos sistemas públicos de ensino: “I - participação dos profissionais da educação na elaboração do projeto pedagógico da escola; II - participação das comunidades escolar e local em conselhos escolares ou equivalentes.” Nesse desdobramento, a lei estabelece o pressuposto de que a gestão democrática nas instituições de ensino envolve os profissionais que nelas atuam e as respectivas comunidades escolares e locais, o que incentiva a corresponsabilidade de profissionais, de alunos, de responsáveis por alunos e de outros atores em decisões e/ou ações substantivas no âmbito escolar. Também nesses dois incisos fica marcado o instrumento e o conceito da participação como elemento importante na construção da gestão escolar. Ainda nesse título da LDB, outro conceito basilar para o desenvolvimento da gestão democrática é tratado, ainda que apareçam de forma sucinta, no art. 15: “Os sistemas de ensino assegurarão às unidades escolares

públicas de educação básica que os integram progressivos graus de **autonomia** pedagógica e administrativa e de gestão financeira, observadas as normas gerais de direito financeiro público.” (grifo meu). A autonomia da escola é reconhecida não apenas como elemento importante para a organização da educação nacional, como é declarado que essa se efetive de forma progressiva, sob diversos âmbitos da vida institucional dos espaços escolares

No que tange à esfera estadual, a Lei nº 10.576/95 aborda justamente a gestão democrática do ensino público, mais especificamente, a gestão das escolas estaduais. No seu primeiro artigo, apresenta sete incisos que enunciam garantias em termos de constituição da gestão democrática prevista no artigo 206 da Constituição Federal e reiterada também pela Constituição do Estado do Rio Grande do Sul:

- I - autonomia dos estabelecimentos de ensino na gestão administrativa, financeira e pedagógica;
- II - livre organização dos segmentos da comunidade escolar;
- III - participação dos segmentos da comunidade escolar nos processos decisórios em órgãos colegiados;
- IV - transparência dos mecanismos administrativos, financeiros e pedagógicos;
- V - garantia da descentralização do processo educacional;
- VI - valorização dos profissionais da educação;
- VII - eficiência no uso dos recursos.

Semelhante à LDB, as determinações acima contém conceitos básicos para a concepção de gestão democrática: autonomia e participação, além de falar em livre organização e descentralização. Na sequência, no artigo 2º a supracitada lei, é reconhecida a autonomia dos estabelecimentos de ensino, embora haja a ressalva de que essa mesma autonomia é relativa e precisa estar de acordo com os regulamentos de cada setor (administrativo, financeiro e pedagógico). É claro, como a própria lei estabelece os marcos da autonomia, não menciona a progressão na concessão da autonomia das instituições, como o faz a LDB. No art. 3º, explicita o fato de que todos os estabelecimentos de ensino estão sujeitos à supervisão do Governador e do Secretário de Estado da Educação, como deve ocorrer com entidades da administração indireta.

O terceiro capítulo da Lei, sobre a autonomia da gestão pedagógica, cobre justamente a organização e coordenação das instituições com os planos e referências da Secretaria de Educação, nas áreas administrativa, financeira e pedagógica, incluindo ações com o intuito de aperfeiçoar os profissionais atuantes na rede pública. A Seção III, onde constam os artigos 78, 79 e 80, trata especificamente sobre a avaliação externa dos estabelecimentos de ensino, questão esta que é de direto interesse, e inclusive razão de concepção do SEAP, já que este propõe exatamente o inverso: uma avaliação interna institucional nas escolas.

5 GESTÃO ESCOLAR, PARTICIPAÇÃO E AUTONOMIA: ELEMENTOS TEÓRICO-CONCEITUAIS

Para compreender os processos de autonomia e participação das escolas nas políticas públicas (no SEAP) se fez necessário estudar alguns conceitos para alicerçar as análises propostas nesse trabalho. Dessa forma procuro nos parágrafos seguintes desenvolver (sucintamente) os conceitos de gestão escola, e, intrínseco a isso, democracia e gestão democrática, participação e autonomia, com enfoque na instituição escolar, sua organização e suas relações. Considero que são conceitos articulados e que a prática da gestão democrática funciona (ou deveria funcionar) permeada pela confluência desses fundamentos de ordem mais bem conceptual.

5.1 GESTÃO DEMOCRÁTICA

Para expor um entendimento sobre democracia recorro a Gentili (2000), quem define democracia como uma construção social de um valor reconhecido pela sociedade, e nessa concepção de valor ela tem ascendência, pois a mesma invalida outros valores que agridem os direitos do humano. A sociedade, ao se compreender democrática, passa a considerar a democracia como um valor comum e a admitir princípios inalienáveis vinculados a ela. E sendo a democracia um valor que não é inato, assim como a construção social ela está permeada por seu tempo e espaço na sociedade que se reconhece como democrática. O significado de *ser democrático* está completamente permeado pelo sentido que a sociedade lhe dá e isso se valida através de um reconhecimento social que não se dá de qualquer forma, pois depende de um valor dado a um fato reconhecidamente fundamental em um grupo.

Em Souza (2009) é proposta a definição de democracia como um meio pelo qual se garante a todos os sujeitos legitimidade para ação e poder de decisão em prol de um bem comum. Isso é diferente de um governo da maioria, que desconsidera o resto da população, atendendo apenas a um grupo (a maioria) negando o respeito e o direito das minorias. Nesse sentido, o autor afirma a importância de garantir o amplo acesso aos espaços de decisão, na combinação entre unidade e diversidade, no intuito de que os interesses de todos sejam considerados igualmente.

Pontuado isso, é necessário ter uma compreensão do conceito de gestão, para isso me utilizo de Cury (2007, p. 493), quem assinala:

Gestão é um termo que provém do latim e significa: levar sobre si, carregar, chamar a si, executar, exercer, gerar. Ora, o termo gestão tem sua raiz etimológica em ger que significa: fazer brotar, germinar, fazer nascer. Da mesma raiz provém os termos: genitora, genitor, germen. Nessa perspectiva, a gestão democrática implica o diálogo como forma superior de encontro com as pessoas e solução de conflitos.

Nos estudos do conceito de gestão, Luck (2007) faz uma observação importante acerca da discussão terminológica, assinalando o problema do uso desse conceito como uma transferência do termo de administração, já que em ambos os conceitos podemos observar a existências de distintas concepções e valores. E essa transferência traz consequências para o uso do termo gestão com a perspectiva do conceito de administração dentro das escolas, pois interfere diretamente com princípios que organizam a instituição. Segundo essa autora:

É importante notar que a ideia de gestão educacional, correspondendo a uma mudança de paradigma, desenvolve-se associada a outras ideias globalizantes e dinâmicas em educação, como por exemplo, o destaque à sua dimensão política e social, ação para a transformação, participação, práxis, cidadania, autonomia, pedagogia interdisciplinar, avaliação qualitativa, organização de ensino em ciclos etc., de influência sobre todas as ações e aspectos da educação, inclusive as questões operativas que ganham novas conotações a partir delas. (LUCK, 2007, p. 38).

Nessa perspectiva, é necessário pensar a gestão, dentro do contexto escolar, pautada pelo viés democrático. Para o funcionamento de gestão escolar numa perspectiva de democratização, é essencial a construção de um diálogo amplo e horizontalizado, com a valorização de todos os segmentos que compõe a comunidade escolar. Assim como é fundamental proporcionar o encontro dessas pessoas nos espaços institucionais em busca de soluções e combinações em prol dos interesses em comum.

5.2 PARTICIPAÇÃO

Ao se falar em gestão democrática, o conceito de participação é um requisito essencial para a atuação de qualquer gestão que propõe um trabalho coletivo. “A participação, em seu sentido pleno, caracteriza-se por uma força de atuação consciente pela qual os membros de uma unidade social reconhecem e assumem seu poder de exercer influência na determinação da dinâmica dessa unidade, de sua cultura e seus resultados.” (LUCK, 1998, p.2). É através da atuação participativa das pessoas que compõe as instituições de ensino (direta e indiretamente) que é possível viabilizar um processo no qual estes tenham seus interesses pautados e considerados, sendo parte do processo de ação para concretização disso. A participação propicia a expressão do coletivo, formulações de objetivos, propostas de

alternativas, procedimentos e ações nesse sentido, assim como o acompanhamento e considerações acerca de todo este movimento. Nessa perspectiva de gestão democrática, as instituições públicas de educação têm seus objetivos, decisões e ações voltadas para as demandas de seu público.

Apesar de muitas vezes a participação ser um tema bem recorrente nos espaços escolares, há alguns problemas que acabam prejudicando sua concretização. Como Souza (2009) destaca, há três questões acerca da participação que maquiam a efetivação da participação. Um aspecto problemático apontado por ele diz respeito à normatização da participação, a qual, apesar de trazer alguns benefícios, como a garantia de espaços formais para a participação, acaba também provocando um *aparelhamento*, comprometendo, assim, a autenticidade e as diversidades das participações. Espaços conquistados que legitimam a participação podem também vir a controlar e regular as ações dos participantes. Com as normas, pode-se legitimar a ideia de participação, ao tempo em que pode ser tolhida a ação autônoma da população, o imprevisto.

O segundo aspecto por ele apresentado é a não participação: “isso se dá pelas dificuldades de quaisquer pessoas se manterem à margem dos rumos políticos balizados pelos princípios (com a democracia e a participação) adotados pela sociedade.” (SOUZA, 2009, p. 135). Ou seja, a problemática em fazer parte de algo que, teoricamente, se propõe democrático e participativo, mas, na prática, encontra suas adversidades.

A última problemática que o autor expõe é o entendimento superficial de participação apenas como tomada de decisão. Nesse caso, são ignorados todos os procedimentos que envolvem a participação da população, sendo a tomada de decisão apenas um desses quesitos: “Nesse sentido, a participação democrática pressupõe uma ação reguladora, fiscalizadora, avaliadora, além de decisória sobre os rumos da vida política e social das instituições (escolares) e da sociedade.” (SOUZA, 2009, p. 135).

A gestão participativa é fundamental no processo de democratização de um espaço, e essa só funciona de fato quando há o suporte necessário para que as pessoas estejam empoderadas para participar. Essa participação precisa ser dialogada e bem articulada entre as pessoas e as organizações (instituições):

A participação dá às pessoas a oportunidade de controlar o próprio trabalho, sentirem-se autoras e responsáveis pelos seus resultados, construindo, portanto, sua autonomia. Ao mesmo tempo, sentem-se parte orgânica da realidade e não apenas um simples instrumento para realizar objetivos institucionais. Mediante a prática participativa, é possível superar o exercício do poder individual e de referência e

promover a construção do poder da competência, centrado na unidade social escolar como um todo. (LUCK, 1998, p.1)

Nesse conceito de participação, é um ponto fundamental a voz do coletivo, através de uma ação consciente das pessoas e dos grupos quanto a suas funções na escola, e para que isso possa acontecer é necessário que haja o reconhecimento da legitimidade dessa participação, assim como sua valorização e manutenção.

5.3 AUTONOMIA

O estudo aqui proposto tem como um de seus objetivos justamente compreender a autonomia da instituição escolar (e ou de ensino) no processo de formulação de uma política pública. Dessa forma, busco, para o exercício de análise, retomar perspectivas conceituais sobre autonomia no contexto educacional com foco na gestão escolar.

O significado etimológico de autônomo expressa a ideia de conferir a si mesmo a lei, (autós = por si mesmo e nomos = lei), a autonomia como capacidade de se autogovernar, que implica em analisar a dimensão contextual e coletiva, sem se limitar à ideia de liberdade completa, ou autossuficiência, na qual o próximo não é levado em consideração. Um governo autônomo seria aquele que pode legislar e executar essas leis, que possui a capacidade de gerir seu território sem a interferência de um outro governo. No caso de uma região autônoma de um país, se pressupõe que esta pode elaborar suas próprias leis e regras sem interferência de um governo central. Quando se fala em autonomia pessoal, entende-se a capacidade de tomar decisões sem a interferência de poderes exteriores a si, como mídia e Estado.

Nesse sentido, Novaes (2013) explica que a autonomia nas instituições de ensino não é sinônimo de uma liberdade total de funcionamento, pois a escola segue uma hierarquia, bem como uma série de normas e regulamentos. O autor entende que a autonomia escolar passa pelas relações de dependência e interdependência entre os sujeitos que integram a escola, (direção, professores alunos e pais); dessa forma, uma instituição escolar autônoma não teria livre arbítrio, mas poderia, de forma eficaz, organizarem-se sem total dependência de outras gerências como as secretarias de educação, suas seções regionais.

Assim, quando se discutem os conceitos de gestão democrática e participação, inevitavelmente se aborda o conceito de autonomia: “Uma escola (mais) democrática é, por definição, uma escola (mais) autônoma, em graus e extensão variáveis e sempre em processo” (LIMA, 2002, p.75). Tendo em vista que, para de fato ocorrer a democracia, é necessário que os sujeitos tenham legitimidade para agir, e tenham o poder de decisão, também são esses os elementos que garantem ao sujeito mais autonomia de ação nos espaços escolares.

6 BREVE DESCRIÇÃO DO SEAP/RS

O Sistema Estadual de Avaliação Participativa é uma política pública do Estado do Rio Grande do Sul, formulada e implementada pelo Governo da Gestão 2011-2014, tendo como governador Tarso genro e como secretário de educação o prof. José Clóvis de Azevedo. Este programa foi instituído através do Decreto nº 48.744, de 28 de dezembro de 2011. A política tem como objetivo final (principal) a melhoria da qualidade da educação pública estadual e tem como uma de suas principais diretrizes a *democratização e qualidade do ensino com cidadania*. O projeto desenvolve diagnósticos qualitativos e quantitativos de forma participativa, nos quais todas as instâncias de ensino da rede estadual estão inseridas no processo de produção do diagnóstico. Esse processo visa propiciar uma reflexão sobre aspectos, de cada instituição, que estão diretamente ligados às condições sob as quais se estabelece o processo de ensino-aprendizagem.

A política prevê que a elaboração do diagnóstico da avaliação participativa seja realizada por todas as pessoas que compõe cada uma das instâncias institucionais e que ocorra anualmente. Durante o ano, a avaliação institucional se desenvolve em três etapas diferentes, mas articuladas entre si.

A primeira etapa é a elaboração do diagnóstico preliminar pelo conselho escolar (no caso das escolas), que deve ocorrer durante o mês de outubro. A segunda etapa que deve acontecer em novembro é de reuniões em cada segmento – professores-funcionários, alunos, pais de alunos (no caso das escolas) – dentro das instituições, com a finalidade de analisar o diagnóstico preliminar e fazer a discussão e escolha de representantes para compor a comissão representativa de elaboração e acompanhamento da avaliação institucional. A terceira etapa é de consolidação da avaliação institucional pela comissão representativa de elaboração e acompanhamento da avaliação e ocorre no mês de dezembro.

Para a elaboração dos diagnósticos, o SEAP tem como instrumento de avaliação um sistema composto por seis dimensões e 50 indicadores; a cada indicador correspondem cinco descritores das situações em que a escola pode encontrar-se. Todo o material explicativo e orientador do SEAP é atualmente apresentado em cinco cadernos de avaliação (disponibilizados no formato impresso e digital), com a apresentação do SEAP e orientações específicas em cada qual.

Nesse sistema são chamadas de dimensões seis grandes eixos temáticos, que tem como objetivo apresentar as condições do funcionamento de cada uma das instituições. São elas: **Dimensão 1** – Gestão Institucional; **Dimensão 2** – Espaço Físico da Instituição;

Dimensão 3 – Organização e Ambiente de Trabalho; **Dimensão 4** – Condições de Acesso, Permanência e Sucesso na Escola; **Dimensão 5** – Formação dos Profissionais da Educação; **Dimensão 6** – Práticas Pedagógicas e de Avaliação. Em cada uma das dimensões há uma série de indicadores que apresentam de forma mais detalhada itens acerca do tema abordado pela dimensão. Para a apreciação desses indicadores são utilizados os descritores. Eles permitem pontuar, numa gradação de 1 a 5, a qualidade, apontando situação de cada indicador, e se apresentam nos distintos valores:

- Valor 5 – Pontuação que indica, por meio do descritor, a situação excelente na existência objetiva do indicador.
- Valor 4 – Pontuação que indica, por meio do descritor, a situação muito boa na existência objetiva do indicador.
- Valor 3 – Pontuação que indica, por meio do descritor, a situação boa na existência objetiva do indicador.
- Valor 2 – Pontuação que indica, por meio do descritor, a situação precária na existência objetiva do indicador.
- Valor 1 – Pontuação que indica, por meio do descritor, a situação crítica na existência objetiva do indicador.
- NSA (Não se aplica) – Situação em que não existe possibilidade de pontuar.

O Caderno de Avaliação nº 1 apresenta as orientações para a realização da avaliação institucional pelas escolas, pelas coordenadorias regionais de educação (CRE) e pelo órgão central da SEDUC. Apresenta o passo a passo da avaliação institucional coletiva, explicando os procedimentos para cada etapa do processo. Esse caderno também possui o manual do sistema operacional desenvolvido para cada uma das instâncias institucionais.

O Caderno de Avaliação nº 2 apresenta o roteiro para avaliação institucional coletiva da escola. Nele é explicado o que são dimensões, indicadores e descritores, os valores utilizados na avaliação dos indicadores, como fazer a avaliação institucional coletiva da escola e as etapas da avaliação durante o ano. Esse caderno apresenta as seis dimensões e os 50 indicadores que são específicos para avaliação da escola, e que desdobram a temática de cada dimensão.

O Caderno de Avaliação nº 3 traz o roteiro para Avaliação Institucional coletiva das coordenadorias regionais de educação. Faz a apresentação do que é o SEAP, sua estrutura e objetivos. Explica o que são dimensões, indicadores e descritores e os valores utilizados na avaliação, e as etapas da avaliação institucional coletiva das CREs.

Esse caderno apresenta as seis dimensões (comuns a todas as instituições estaduais de ensino) e os 50 indicadores que são específicos para avaliação da CRE, e que desdobram a temática de cada dimensão.

O Caderno de Avaliação nº 4 apresenta o roteiro para avaliação institucional coletiva da Secretária de Educação (SEDUC). Assim como nos cadernos 1 e 2, nele é explicado o que são dimensões, indicadores e descritores, os valores dos descritores que são utilizados para a avaliação dos indicadores. Explica como fazer a avaliação institucional coletiva da SEDUC e as etapas da avaliação durante o ano. O caderno 4 apresenta as seis dimensões e os 50 indicadores que são específicos para avaliação da SEDUC, e que desdobram a temática de cada dimensão.

O Caderno nº 5 do SEAP apresenta orientações e reflexões sobre o processo de planejamento participativo para a SEDUC, CREs e Escolas. Expõe o que é o SEAP e os propósitos dessa política, desde sua concepção até o momento da proposta do planejamento participativo. Nesse caderno são exibidos elementos da fundamentação teórica para o planejamento na educação. Apresenta também a estrutura para a formulação de plano anual pelas diferentes instâncias envolvidas no SEAP. Traz o ciclo anual do SEAP nos três níveis: SEDUC, CREs e escolas. Oferece uma opção metodológica do SEAP para o planejamento nas três instâncias e explica a etapa de acompanhamento e monitoramento das metas e ações do planejamento e, por último, faz uma sugestão de roteiro para a elaboração do plano anual da escola a partir do SEAP.

Para o registro da avaliação participativa, todas as instâncias e unidades de ensino devem fazer o registro oficial do SEAP em sistema *online*. Depois de finalizada a 3ª etapa do SEAP/RS, de consolidação da avaliação institucional, os registros sobre as dimensões com os indicadores e descritores são feitos pelas escolas, CREs e SEDUC no sistema online elaborado pela PROCERGS, no portal operacional do SEAP/RS (<https://eap.rs.gov.br>).

Também faz parte do SEAP/RS a contratação de uma equipe de pesquisa da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, compreendendo análise e avaliação de processos e de resultados atinentes à avaliação institucional participativa. A equipe inicialmente foi composta por pesquisadores da Universidade Federal do Rio Grande do Sul e hoje conta com pesquisadores de outras instituições de ensino superior do RS. Faz parte dessa avaliação externa o estudo e análise dos documentos de orientação, os processos de formulação, os procedimentos de implementação e os resultados das avaliações institucionais produzidas nas

escolas estaduais, nas coordenadorias regionais de educação e na sede da Secretaria Estadual de Educação, durante o período de implantação do SEAP (2012-2014)².

² Fiz referência a essa pesquisa na introdução do trabalho, pois este TCC está articulado a ela.

7 ANALISANDO OS DADOS: O QUE DIZEM OS DOCUMENTOS DE FORMULAÇÃO DO SEAP/RS

Esse trabalho tem como principal objetivo pesquisar a participação das escolas do estado no processo de formulação do SEAP/RS e qual a sua autonomia no desenvolvimento do mesmo. Com esse intento, procuro fazer uma análise da fase de formulação dessa política, buscando elementos que colaborem com a minha investigação. Para isso utilizo dois tipos de dados (informações), a entrevista e a análise de documentos. No que se refere às entrevistas,, me detive mais a resgatar as falas dos atores políticos responsáveis pela elaboração do SEAP/RS com relação a essa fase da política, buscando fazer relação com os conceitos de participação, autonomia e gestão democrática. Para a análise de documentos, fiz uma seleção dos documentos mais pertinentes ao recorte da minha pesquisa e desenvolvi um procedimento para compreender e analisar os documentos de acordo com os estudos sobre análise de políticas públicas, os conceitos teóricos que usei como referência e as questões norteadoras desse trabalho.

7.1 O QUE DIZEM OS DOCUMENTOS DE FORMULAÇÃO DO SEAP/RS: QUADRO DE ANÁLISES

Na análise documental, segui um conjunto de procedimentos para a elaboração de um texto analítico a partir desse material recolhido. A primeira etapa de recolha de documentos foi feita na SEDUC, na coordenadoria do SEAP. Foram disponibilizados todos os documentos digitais, de espécie diversificada, referentes ao processo do SEAP compreendido entre 2011 e 2014. Esses documentos são de fonte primária (produzidas por testemunhas diretas do documento) inadvertida, ou seja “[...] resultante do normal funcionamento do sistema em estudo, são usadas pelo investigador com uma finalidade diferente daquelas que foram criadas.” (BELL *apud* CALADO; FERREIRA, 2004, p. 4). Depois de uma sucinta visualização de todos os documentos, fiz uma primeira seleção, visto que muitos dos documentos possivelmente não teriam utilidade direta para o problema de pesquisa. Segundo Calado e Ferreira (2004), em situações como essa o investigados precisa ter uma estratégia para sua seleção de acordo com os objetivos de seu trabalho.

Nessa segunda etapa estabeleci alguns critérios para selecioná-los, tendo como base o objetivo da pesquisa de verificar no processo de formulação da política a participação ou não das escolas, e observar qual espaço de autonomia da escola dentro do processo dessa elaboração. Tendo isso em vista busquei por documentos que abordassem questões relativas ao processo da formulação do SEAP/RS e estabeleci como critérios iniciais para a seleção de documentos:

1º Documentos elaborados em 2011 (antes da implementação da política)

2º Documentos que abordam as questões da formulação da política

Justificativas;

Documentos legais;

Estrutura da política (porque a escolha dessa política);

Procedimento para sua implementação.

3º Documentos de comunicação entre atores da política e instâncias do sistema estadual de educação dentre o período de formulação 2011

4º Documentos referentes ao processo de formulação, mas que não sejam datados de 2011.

No uso desses critérios selecionei sete documentos que irei apresentar mais a frente.

Após realizar essa seleção adotei alguns procedimentos para o desenvolvimento da análise. Para isso tive como apoio os estudos de Cellard (2008), para ele é essencial que no processo se realize preliminarmente a análise do contexto no qual o documento foi produzido, seguida, sempre que possível, da elucidação da identidade do autor do documento referido. Na sequência, o autor sugere que se identifique também a origem social do texto, para exprimir o máximo possível a autenticidade dos dados analisados e especificar a natureza do texto, o suporte no qual ele foi estruturado. E por último, para essa análise preliminar, registrar os conceitos-chave utilizados nesses documentos, o que facilita o entendimento da lógica que possivelmente permeia os documentos, e também para a contextualização e para a comparação entres os conteúdos do material.

7.1.1 A ANÁLISE PRELIMINAR DOS DOCUMENTOS

O contexto (de forma ampla) que esses documentos foram formulados é o do processo inicial da criação do SEAP/RS. Os documentos são datados, em sua maioria, de 2011, ano em que o atual governo do estado tomou posse, nesse período houve a troca da

equipe gestora da Secretaria Estadual de Educação e do programa de Governo proposto, em específico na área de educação. A política educacional desse governo tem como base a democratização da educação sob três dimensões: a democratização da gestão, do acesso à escola, e do acesso ao conhecimento com qualidade social. Outro aspecto desse ano relacionado à educação foi a reestruturação curricular do ensino médio, que também estava em vias de formulação no ano de 2011. Ainda em 2011 O Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (Ideb) mostrava uma queda no ensino médio da rede estadual (situação que provocava uma forte pressão ao governo que se instalava com relação a esse dado). Pode-se perceber que era uma fase de intensas mudanças e tensões na área da educação. Com relação ao SEAP, pode-se dizer que, em 2011, no modelo de ciclos de políticas públicas, ele estava na tramitação da etapa de *agenda setting* para a etapa de *formulação*.

Os documentos analisados não possuem assinatura de um autor. Tendo em vista que esses documentos foram criados para uma política que parte de um órgão público, é normal que eles levem a assinatura de um coletivo. Todos os documentos disponibilizados, em princípio, foram criados pela coordenação do SEAP. Entre os autores assinam os documentos oficiais a secretaria da educação ou o governador, dois dos analisados são assinados pela equipe de elaboração: Silvio Rocha (diretor pedagógico), Maria Eulália Nascimento (secretária-adjunta), Rosa Mosna (assessora técnica do gabinete do departamento pedagógico), Guilene Salerno (assessora técnica do gabinete do secretário). Outros não levam nenhuma assinatura. Todos os documentos são públicos, desses, cinco disponibilizados na internet e outros dois de caráter mais interno.

Com base nas entrevistas mais adiante abordadas nesse trabalho, fica mais evidente quem são os autores dos documentos do SEAP. Segundo os entrevistados, a política, de forma geral foi pensada inicialmente pelo Diretor Pedagógico e pelo Secretário da Educação, período em que entrou para a *agenda setting*. Já no início da formulação do SEAP entrou para compor a equipe uma assessora técnica do gabinete do Departamento Pedagógico, ficando mais ao seu encargo a parte da elaboração da estrutura da política. Também entram nessa equipe a Secretária Adjunta e duas assessoras técnicas do Gabinete do Secretário. Ao realizar essa análise prévia, foi possível identificar dois conceitos importantes, e mais recorrentes nos documentos selecionados: gestão democrática e participação.

Para reunir informações básicas que obtive com a análise prévia, apresento um quadro para cada documento com elementos importantes a serem considerados no estudo. Esses quadros foram elaborados com o intuito de fazer uma apresentação dos dados de forma simplificada para facilitar o estudo posterior e mais detalhado dos mesmos. Para isso nesse

quadro está descrito nome, data, tipo, objetivo dos documentos e a presença ou não de alguns aspectos relativos à autonomia e/ou participação das escolas no processo de formulação (e reformulação) do SEAP.

Quadro 1 – Conteúdos do Decreto nº 48.744/2011 (Governo do Estado do Rio Grande do Sul)

Título e data do documento	Autor do documento	Tipo de documento	Objetivo do documento	Aspectos relativos a autonomia e/ou participação das escolas no processo de formulação e (reformulação) do SEAP
Decreto Nº 48.744, de 28 de dezembro de 2011 ³ 28/12/2011	Poder executivo estadual	Gênero: iconográfico formato: digital Tipo: Decreto	Instituir o SEAP/RS, no âmbito da Rede Estadual de Ensino, sob a coordenação da Secretaria da Educação – SEDUC e determinar as medidas necessárias à sua efetiva implementação.	Na parte inicial do documento, na qual são apresentadas as considerações sobre as demandas que justificam a elaboração do SEAP, não há menção explícita que denote a participação das escolas na proposição da política.

Nesse documento, na sua parte inicial, relativa à instituição do programa, são feitas algumas considerações sobre: a necessidade de que se consiga levantar dados pedagógicos e de gestão que, contextualizados com a realidade do RS, possam ser parâmetro para a melhoria na educação do estado; a necessidade de ter informações mais detalhadas de cada instância da rede para a contribuição na reflexão coletiva de questões educacionais; a necessidade de discutir os problemas estaduais de ensino com a comunidade escolas, possibilitando esse diálogo e usando sugestões para a melhoria nas políticas públicas; necessidade de programas e projetos que auxiliem a melhoria das taxas de aprovação e frequência ao ensino na rede, que possibilitem a melhoria dos índices do IDEB; necessidade de qualificar as instituições da rede estadual de ensino com a valorização profissional; a necessidade de ter um sistema estadual de avaliação único; necessidade de consolidar parcerias com as universidades para auxiliar nesse processo de avaliação.

Após essas considerações, no primeiro artigo é preceituada a instituição do SEAP/RS. Nos dez artigos seguintes são apresentadas questões sobre a estrutura da política, seus objetivos e organização. Entre esses artigos, o artigo nove, que tratava da avaliação do percurso individual dos alunos, não chegou a ser implementado.

³ Anexo A - Cópia do documento Decreto Nº 48.744, de 28 de Dezembro de 2011.

Como pode ser observado nas considerações feitas no início o documento, são apresentadas algumas das demandas que levaram o governo a incluir esse item na agenda governamental. As razões principais se referem à melhoria da qualidade de ensino da rede, ou seja, a identificação de um problema na qualidade de ensino estadual, falta de informações mais específicas das instâncias educacionais que possam esclarecer os problemas desses espaços de forma mais contextualizada. São apontadas a taxa de aprovação e a frequência na educação básica estadual como questões a serem melhoradas. E como problema também é apontado o IDEB das escolas estaduais.

Na leitura desse documento, é possível deduzir que, nessa fase de preparação da decisão política, as questões que se destacam são as que possivelmente foram compreendidas como um problema político e merecedoras de uma ação do governo. Ao decretar a instituição do SEAP/RS, esse documento apresenta uma ação formulada para resolver os problemas políticos identificados, e a partir deles executar a implementação dessa política. O decreto, além de descrever os objetivos e funções do SEAP/RS, também determina os procedimentos para sua implementação. Devido ao caráter desse documento, não há nele nenhuma parte que apresente detalhamento do processo de formulação da política pública, assim como há nenhuma referência à possível participação das escolas nesse processo.

Quadro 2 – Conteúdos da Ordem de Serviço nº 02/2012 (da SEDUC/RS)

Título e data do documento	Autor do documento	Tipo de documento	Objetivo do documento	Aspectos relativos a autonomia e/ou participação das escolas no processo de formulação do SEAP
Ordem de Serviço Nº 02/2012 ⁴ 11/10/2012	Secretário da Educação do Estado	Gênero: iconográfico Formato: digital Tipo: Ordem de Serviço publicado no Diário Oficial	Determinar os procedimentos e designações a serem executadas pelas Coordenadorias Regionais e pelas escolas estaduais para a primeira execução do SEAP.	Esse documento é posterior à elaboração do SEAP e nele não há menção explícita a formas de participação (e autonomia) das escolas na formulação do SEAP.

Esse documento trata do processo do SEAP/RS com o intuito de consolidar a participação de todos os segmentos da comunidade escolar. Nesse documento, o Secretário de Estado da Educação faz algumas considerações no sentido de garantir o desenvolvimento do

⁴ Anexo B – Cópia do documento Ordem de Serviço Nº 02/2012

SEAP/RS na rede estadual de educação, e para isso define quatro preceitos, em quatro artigos.

O primeiro artigo determina que as CREs devam organizar formações com as escolas sobre o SEAP/RS. O segundo artigo determina que é obrigação da gestão da escola informar a CRE o cronograma das etapas do SEAP/RS. O terceiro artigo determina que as CREs solicitem às escolas o envio dos cronogramas e que monitorem sua execução, por via documental e/ou via visitas. No último artigo é determinado que cada CRE organize uma planilha contabilizando os participantes por etapa. O parágrafo único apresenta como função dos gestores regionais e das escolas a oferta de condições para garantir a efetiva participação de todos os segmentos no processo do SEAP/RS. Ao final do documento consta um código: 1048244.

Este documento é do período de transição entre a formulação da política e a sua implementação. Trata-se de uma das ações para a preparação da implementação dessa política educacional. O presente documento trata especificamente do processo de formulação de SEAP/RS. Mas foi considerado para essa pesquisa devido à determinação do seu art.1º: “As Coordenadorias Regionais de Educação deverão organizar formação com as escolas sobre o SEAP, esclarecendo sobre as etapas e a necessidade de participação de todos os segmentos, consolidando o envolvimento dos vários atores.” Ou seja, as CREs são orientadas a organizarem uma formação com as escolas sobre o SEAP/RS. O que leva a presumir que se houve participação das escolas na formulação da política, ela foi restrita, ou muito pontual. Pois como indica o artigo, elas precisam receber formação para esclarecer as etapas e a necessidade da participação de todos os segmentos.

Quadro 3 – Conteúdos do documento *Sistema Estadual de Avaliação Institucional Participativo – RS* (da SEDUC/RS)

Título e data do documento	Autor do documento	Tipo de documento	Objetivo do documento	Aspectos relativos a autonomia e/ou participação das escolas no processo de formulação do SEAP
Sistema Estadual de Avaliação Institucional Participativo – RS ⁵ 2011	Secretaria da Educação do Governo do estado do Rio Grande do Sul	Gênero: iconográfico Formato: digital Tipo: documento interno	Apresentar a política proposta com a justificativa para sua formulação e informações sobre a sua constituição. Esse documento é um dos primeiros elaborados e antes da implementação das políticas muitas mudanças em relação à proposta desse documento foram feitas, como por exemplo o nome e o número de dimensões.	Nesse documento entre as justificativas, as demandas apresentadas são de questões pertinentes às escolas estaduais, e na apresentação da estrutura dessa política a maioria dos seus elementos é direcionada para a escola. No entanto, não há, na justificativa ou na apresentação da proposta nenhum elemento que evidencie a participação ou autonomia da escola no processo de formulação do SEAP/RS.

Este é um documento que não foi publicado, ele é chamado *Sistema Estadual de Avaliação Institucional Participativa – RS (SEAIP/RS)*, diferentemente do atual nome da política pública essa versão leva a palavra institucional no nome. O documento possui 12 páginas, sendo as três primeiras introdutórias. O primeiro parágrafo aborda o desempenho da rede estadual de ensino fundamental do IDEB e as notícias e questionamentos constantes sobre a posição ocupada pela rede no *ranking*. Na sequência, fala do questionamento da mídia sobre isso e as interrogações do próprio governo acerca dos dados quantitativos gerados pelas avaliações nacionais padronizadas, e das questões que perpassam esses dados. É afirmada a necessidade de investigar o contexto, institucional, cultural e social onde os estudantes avaliados estão inseridos. O documento então apresenta o SEAIP/RS, com a função de construir um diagnóstico para compreender o que está para além do IDEB. Buscando fazer uma avaliação mais detalhada do que ocorre no interior da rede estadual, com uma proposta de abordagem qualitativa. Ainda reforça que é o caráter participativo o principal elemento

⁵ Anexo C – Cópia do documento Sistema Estadual de Avaliação Institucional Participativo – RS

para fornecer as informações necessárias com vista a mudanças de rumo na educação pública estadual, na direção de uma avaliação democrática.

Nos parágrafos que seguem a parte introdutória, o documento vai apresentando o que pretende o SEAIP/RS como política pública educacional. Pontua que possibilitará uma leitura mais sociológica das localidades, apresentando questões mais complexas do cotidiano das escolas. Após essa introdução, o documento fala das dimensões, indicadores e descritores criados com o objetivo auxiliarem a comunidade escolar na melhoria da qualidade de educação. Explica o que são as dimensões, os indicadores e os descritores e apresenta uma visão geral das mesmas.

Esse documento se assemelha muito, em algumas partes, com o Caderno de Avaliação nº1, mas há muitas diferenças na constituição das dimensões, indicadores e descritores. Nele também são apresentados aspectos metodológicos do programa, as fases do sistema: fase local (escola), fase regional (CRE), fase estadual (SEDUC), fase da avaliação externa (universidade parceira). Na composição dessa escrita, há apresentação de várias questões seguidas de uma breve análise da situação, e, na sequência, o desenvolvimento do SEAIP/RS como alternativa possível para o problema identificado.

Todos esses elementos levam a deduzir que este é possivelmente um documento da fase de formulação da política, e o que a mesma estava em processo de construção. Esse documento trata justamente do período de elaboração do programa e em nenhum momento aborda diretamente a participação das escolas na formulação do SEAP/RS. A participação das escolas só é citada posteriormente à parte de elaboração da política educacional.

Quadro 4 – Conteúdos do documento *Sistema Estadual de Avaliação Participativa SEAP-RS - Caderno 1* (da SEDUC/RS)

Título e data do documento	Autor do documento	Tipo de documento	Objetivo do documento	Aspectos relativos a autonomia e/ou participação das escolas no processo de formulação e do SEAP
Sistema Estadual de Avaliação Participativa SEAP-RS - Caderno 1 ⁶ Outubro de 2012	Equipe de elaboração: Silvio Rocha (diretor pedagógico); Maria Eulália Nascimento (secretária-adjunta); Rosa Mosna (assessora técnica do gabinete do departamento pedagógico); Guilene salerno (assessora técnica do gabinete do secretário).	Gênero: iconográfico Formato: digital Tipo: Caderno	Fazer uma apresentação do que é SEAP/RS, com as justificativas, objetivos e constituição. Apresenta as orientações para elaboração da Avaliação Institucional, com as instruções procedimentais gerais do SEAP.	Na parte introdutória, o Caderno apresenta as contribuições do SEAP para as instituições de ensino do estado. Nessa parte, ao indicar as melhorias pretendidas na educação estadual que a política poderá proporcionar, indiretamente ficam expostas as demandas que contribuíram para a elaboração da política. É possível identificar que são demandas de toda rede de ensino, dessa forma, também das escolas. Mas não é possível saber, através do texto, se, para elaboração dessa política, houve algum tipo de envolvimento direto das escolas.

Este documento, datado de outubro de 2012, leva o nome de *Caderno de Avaliação nº 1* e apresenta as orientações para a elaboração da avaliação institucional. A primeira parte se dedica à apresentação do SEAP/RS e suas propostas. Menciona o programa como uma ação para materializar um dos eixos estratégicos do plano de governo, a “Qualificação e democratização da gestão”. Propõe uma reflexão, com a comunidade escolar, sobre as condições nas quais o ensino-aprendizagem é desenvolvido, sobre os problemas e as possibilidades da rede estadual de ensino, na direção do aperfeiçoamento das instituições da rede. Pontua também que o programa é importante na consolidação de conceitos que estruturam a rede estadual de educação, como: gestão democrática, participação e o compromisso de todos para o funcionamento da política. No último parágrafo dessa apresentação, o documento registra a colaboração de instituições de ensino superior na avaliação externa dessa política pública.

Na parte seguinte é apresentada a constituição do SEAP, dimensões, indicadores e descritores. Depois são descritos os procedimentos para o desenvolvimento do SEAP, suas fases, etapas e suas orientações, e os roteiros a serem seguidos.

⁶ Anexo D – Cópia do documento Sistema Estadual de Avaliação Participativa SEAP-RS - Caderno 1

Devido à data e ao caráter principal do documento que trata das orientações para a avaliação do SEAP/RS, pode-se estimar que o documento é da fase de implementação da política pública, pois trata de orientar as ações. Um documento que tem intenções de instrumentalizar as pessoas que participaram da avaliação para a viabilização do SEAP/RS. Mesmo sendo um documento oficializado no período de implementação, grande parte de seu conteúdo se refere à elaboração do programa. Na parte introdutória, na qual é feita a apresentação da política, há a explicação dos objetivos da política educacional e as demandas que motivaram a formulação e implementação do mesmo. No seguimento, como foi apresentado anteriormente, esclarece aspectos mais pontuais sobre a constituição da política e processos para sua implementação. Em nenhuma parte o documento explicita a participação ou a contribuição de colaboradores para a formulação da política para além daqueles que assinam o documento. Não há, portanto, nesse documento, na parte que se refere à apresentação e às justificativas, nada que se refira diretamente à participação das escolas na formulação do SEAP/RS.

Quadro 5 – Conteúdos do documento *Sistema Estadual de Avaliação Participativa SEAP-RS - Caderno 2* (SEDUC/RS)

Título e Data do documento	Autor do documento	Tipo de documento	Objetivo do documento	Aspectos relativos à autonomia e/ou participação das escolas no processo de formulação e do SEAP
SISTEMA ESTADUAL DE AVALIAÇÃO PARTICIPATIVA SEAP-RS - CADERNO 2 ⁷ Outubro de 2012	Equipe de elaboração: Silvio Rocha (diretor pedagógico) Maria Eulália nascimento (secretária-adjunta) Rosa Mosna (assessora técnica do gabinete do departamento pedagógico) Guilene Salerno (assessora técnica do gabinete do secretário)	Gênero: iconográfico Formato: digital Tipo: Caderno	Além de fazer a apresentação do que é SEAP/RS, com as justificativas e objetivos, e explicar a concepção de Dimensão, Indicadores e Descritores, o Caderno traz o roteiro para Avaliação Coletiva das Dimensões Institucionais da Escola.	A parte introdutória, que traz os aspectos mais relacionados à formulação da política, é idêntica à do caderno 1. O restante do caderno é direcionado aos procedimentos para a realização da avaliação coletiva nas escolas. Em nenhum parte desse documento é especificado a participação das escolas no processo de elaboração do programa.

Esse documento é o Caderno de Avaliação nº 2, possui 75 páginas, nele é apresentado o roteiro para a avaliação coletiva dimensões institucionais da escola para

⁷ Anexo E – Cópia do documento Sistema Estadual de Avaliação Participativa -SEAP-RS -Caderno 2

outubro de 2012. A apresentação introdutória do SEAP/RS, analisada no documento anterior, é a base para a introdução dos quatro cadernos de avaliação do SEAP/RS 2012, logo este caderno possui a mesma parte introdutória. Também como no Caderno nº1, a parte seguinte do documento trata da constituição da política educacional, o que são suas dimensões, indicadores e descritores. O caderno apresenta o conjunto das dimensões institucionais a serem avaliadas e seus indicadores, e a lista com a conceituação dos descritores. Logo a seguir as etapas do processo de avaliação a serem seguidos e, por último, o formulário do roteiro para ser usado pela intuição na realização da avaliação. Devido à semelhança com o Caderno de Avaliação 1, é possível fazer as mesmas observações sobre o fato de ser um documento do período de implementação do SEAP/RS. Assim como as observações referentes à participação das escolas, visto que este documento possui a mesma introdução do anterior. Esse documento é direcionado especificamente às escolas, e nesse, assim como no anterior, também não consta nenhuma informação sobre a participação das escolas no processo de formulação do SEAP/RS.

Quadro 6 – Conteúdos do documento *Nota Técnica* (da SEDUC/RS)

Título e data do documento	Autor do documento	Tipo de documento	Objetivo do documento	Aspectos relativos a autonomia e/ou participação das escolas no processo de formulação e do SEAP
NOTA TÉCNICA ⁸ 8	Coordenação do SEAP/RS	Gênero: iconográfico Formato: digital Tipo: Nota técnica	Apresentar os objetivos do SEAP/RS, e todas as suas contribuições para a melhoria da rede estadual de ensino principalmente no que se refere à gestão escolar.	Esse documento, assim como o anterior, não se refere diretamente à proveniência das contribuições para a elaboração da política, mas, ao apresentar seus objetivos, fica clara sua demanda e que essa é uma questão de toda a rede de ensino estadual, logo uma demanda também das escolas. Mas em nenhum momento é apresentado que houve participação direta das escolas na elaboração da política.

Esse documento possui três páginas e não tem data especificada. O primeiro parágrafo apresenta o decreto pelo qual o SEAP/RS foi instituído e o seu objetivo de melhoria da qualidade da educação básica pública. Nos parágrafos seguintes, o documento apresenta os

⁸ Anexo F – Cópia do documento Nota técnica.

demais objetivos do SEAP/RS e as razões que demandaram sua elaboração. Com relação ao estágio da política pública, apesar de não possuir data, devido ao fato de abordar princípios que levaram à formulação da política pública, é possível que seja um documento do período de formulação da política educacional.

Este documento é idêntico à apresentação do SEAP/RS feito na parte introdutória dos Cadernos de Avaliação nº 1 e 2. O que possivelmente indica que, inicialmente, para justificar o programa e apresentar seus objetivos, foi elaborada uma nota técnica e que a mesma posteriormente foi oficializada nos cadernos de avaliação. Assim como nos documentos anteriores. Não há nesse documento nenhum elemento que explicita a participação das escolas na formulação da política.

Quadro 7 – Conteúdos do documento Linha do tempo 2011-2014 SEAP/RS – Avaliação Institucional (da SEDUC/RS)

Título e data do documento	Autor do documento	Tipo de documento	Objetivo do documento	Aspectos relativos à autonomia e/ou participação das escolas no processo de formulação e do SEAP
Linha do tempo 2011-2014 SEAP/RS – Avaliação Institucional ⁹ 2014 (última atualização)	Coordenação do SEAP/RS	Gênero iconográfico no formato digital. Tipo: linha do tempo	Apresentar uma linha do tempo com elementos do desenvolvimento da política de 2011 a 2014.	Na primeira parte, que se refere ao ano de 2011, o tópico “Concepção do Sistema” apresenta etapas da elaboração do SEAP. Em nenhum dos pontos apresentados nesse tópico há menção de participação, ou mesmo de comunicação com as escolas com relação a isso no período de formulação da política.

Esse documento é uma linha do tempo do SEAP/RS, atualizado em 2014, e possui cinco páginas, organizado e dividido por anos. O ano de 2011 possui dois tópicos. O primeiro intitula-se *Concepção do Sistema*, com quatro subtópicos, sobre: elaboração dos sistemas; reuniões com os departamentos da SEDUC; elaboração e aprovação dos indicadores com o secretário; elaboração dos quatro cadernos do SEAP/RS. O segundo tópico chama-se *Avaliação Institucional como política pública* e tem como único subtópico a elaboração e publicação do decreto.

⁹ ANEXO G – Cópia do documento Linha do tempo 2011-2014 SEAP/RS – Avaliação Institucional

No ano de 2012 há os tópicos: Formações; Primeira Aplicação; Contratação da Avaliação Externa; SEAP/RS – Avaliação Institucional como Política Pública. No ano de 2013 os tópicos foram: SEAP/RS – Avaliação Institucional 2012; SEAP/RS – Avaliação Institucional 2013; Infraestrutura/ Suporte; Avaliação Externa; Planejamento Participativo 2014/SEAP/RS – Avaliação Institucional 2013; SEAP/RS – Avaliação Institucional como Política Pública. No ano de 2014 os tópicos são: SEAP RS/ Avaliação Institucional 2013; Planejamento Participativo 2014/SEAP/RS – Avaliação Institucional 2013; Avaliação Externa; SEAP/RS – Avaliação Institucional como Política Pública. Todos os tópicos dos anos de 2012, 2013 e 2014 apresentam subtópicos em seus tópicos.

A linha do tempo, ainda que de forma sucinta, apresenta elementos de praticamente todas as fases da política pública, de sua formulação, passando por sua implementação, monitoramento (reformulações) e avaliações. Com relação aos interesses de pesquisa desse trabalho, ele é um documento fundamental, pois apresenta os fatos considerados mais importantes, pelo autor do documento, no período de concepção do SEAP/RS. E como pode ser analisado, não consta nos tópicos do ano de 2011, em que se aborda a elaboração da política educacional, a participação das escolas. Aparecem apenas reuniões com os departamentos da SEDUC, e com o Secretário da Educação do Estado, o que marcadamente indica que não houve participação das escolas no processo de elaboração do SEAP/RS.

8 ATORES POLÍTICOS E O CONTEXTO DO SEAP/RS: UMA ANÁLISE DAS ENTREVISTAS

As entrevistas foram fundamentais nesse estudo, não apenas pela importância das declarações feitas pelos entrevistados, mas também devido às limitações encontradas no estudo dos documentos abordados anteriormente. As entrevistas, por seu caráter interativo, permitiram uma abordagem mais direta e pertinente à participação das escolas no período de formulação da política.

Foram realizadas entrevistas semi dirigidas, orientadas por um roteiro de questões acerca do tema pesquisado, com perguntas elaboradas dentro das concepções teóricas de análise de políticas públicas. Primeiro foi elaborado um roteiro¹⁰ base e a partir dele foram feitas adaptações de acordo com o ator a ser entrevistado. Nas entrevistas as perguntas se moldavam de acordo com a fala do entrevistado, sendo o roteiro flexível um guia para manter o foco do objetivo da entrevista.

Foram entrevistados quatro atores importantes no processo de formulação do SEAP/RS: a Assessora Técnica do Gabinete do Departamento Pedagógico (entrevistado 1), o Diretor Pedagógico (entrevistado 2), a Assessora Técnica do Gabinete do Secretário (entrevistado 3), e o Secretário de Educação do Estado (entrevistado 4).

8.1 SOBRE O RELATO DOS ENTREVISTADOS: ENTREVISTADOS 1 E 2

No que se refere ao processo de formulação do SEAP/RS o entrevistado (1) declara que sua inserção na elaboração da política pública foi com a reunião que deu início à concepção do SEAP/RS na SEDUC. O entrevistado relata que se interessou pela proposta e assumiu a continuidade da elaboração do SEAP, dando início ao trabalho de elaboração do caderno de orientações para as escolas. Aponta que nesse processo houve um grupo inicialmente composto por cerca de quatro pessoas, e relata que foi um dos principais responsáveis pela elaboração das dimensões e dos indicadores pensadas para a avaliação da escola. Teve grande auxílio de outra pessoa do grupo e também contou com consultas para

¹⁰ O roteiro base das entrevistas foi elaborado não apenas para as finalidades deste TCC, mas também para estudos relacionados ao projeto *Análise e Avaliação Externa de Processos e de Resultados Atinentes à Avaliação Institucional Participativa do Sistema Estadual de Avaliação Participativa*, ao qual estou vinculada. Participaram da elaboração desse documento, além de mim, Nalú Farenzena e Cleusa Conceição Terres Schuch. O modelo do roteiro base segue no apêndice B.

tratar dos indicadores sobre alimentação e transporte, por exemplo. As pessoas consultadas eram as responsáveis pelo assunto na SEDUC/RS. A pessoa entrevistada relata que, sobre a elaboração desses indicadores com os descritores, foi um trabalho “solitário” mais centralizado nela com a atuação de outra pessoa da equipe. O grupo organizado inicialmente não funcionou muito bem, e foi necessário que ela assumisse essa elaboração. Apontou que foi muito trabalhosa a elaboração, principalmente devido ao acúmulo de trabalho centrado em, basicamente, duas pessoas.

Sobre essa etapa da política educacional, ressalta que, no processo de elaboração durante o ano de 2012, houve um encontro com as CREs para a apresentação do SEAP/RS que iria ser formulado, e que no mesmo ano ocorreram mais dois ou três encontros para apresentar o que estava sendo elaborado. O entrevistado declara também que, no início da elaboração do programa, houve uma apresentação ao Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social (CDES/RS, chamado usualmente de *Conselhão*).

O entrevistado (2), com relação à elaboração do SEAP/RS, informa que em 2010 já havia ocorrido uma conversa sobre a avaliação institucional em relação à participação de todos os segmentos da rede estadual de ensino, e também sobre o fato das avaliações não levarem em conta o contexto de aprendizagem dos alunos. Sobre os participantes, o entrevistado (2) declara que a parte inicial do processo de elaboração foi realizado por ele, na discussão com o Secretário e, posteriormente, uma discussão com o governador. Ressalva que a primeira minuta do SEAP/RS foi basicamente elaborada por ele. Declara que somente após elaborada a minuta e iniciadas as discussões é que foi acontecendo a inserção de outras pessoas. Em reuniões, foi proposta a organização de um grupo, com pessoas que trabalhavam na SEDUC. Ademais, muitos aspectos foram sendo reformulados de acordo com as discussões que aconteceram ao longo do processo.

Com base nos relatos dos entrevistados (1e 2) é possível afirmar que ambas foram pessoas muito importantes no processo de elaboração do SEAP/RS, tendo em vista suas responsabilidades e realizações. Também é possível, através de suas declarações, concluir que no período de elaboração dessa política, no qual estavam implicados, não houve a participação das escolas como colaboradoras diretas do processo.

8.2 SOBRE O RELATO DOS ENTREVISTADOS: ENTREVISTADOS 3

O entrevistado (3) fala em seu depoimento do momento, em 2011, em que ingressou no processo de elaboração do SEAP/RS, assumindo grandes responsabilidades de escrita no projeto. Nesse depoimento, relata que a Assessora Técnica do Gabinete do Departamento Pedagógico, que participava do proposta de projeto, seguia um pouco solitária no processo de escrita do mesmo, e por isso o Secretário da Educação havia solicitado ao entrevistado (3) que ajudasse na elaboração da política pública durante essa fase. Nesse período, estavam sendo elaborados os indicadores e os descritores da proposta.

O entrevistado (3) declara que foi uma fase de escrita feita basicamente por duas pessoas, mas que sempre buscavam dialogar com outras pessoas, dentro da SEDUC, que pudessem dar um suporte em uma ou outra questão que fosse de conhecimento, ou da área de atuação dos profissionais. Também relata cada “blocos de estruturas” desenvolvidos na proposta eram validados com o Secretário de Educação.

O entrevistado afirma a relevância de ter sido constituído um grupo que articulasse toda a rede para pensar a formulação da política, mas ressalta que, infelizmente, o tempo da gestão não é algo que viabiliza tal movimento:

[...] acho que sempre se buscou essas trocas, mas assim, não que tenha tido uma intencionalidade ,até porque não dava tempo, a gente sabia que seria importante, por exemplo, constituir um grupo pensante dessa estrutura... um grupo que poderia aproximar mais da realidade, da vida da escola, com diretor de escola, com coordenador de CRE, mas, infelizmente, o tempo de gestão não é um tempo que viabiliza ter as coisas tão organizadas [...].(ENTREVISTADO 3)

Ainda no seu depoimento, o entrevistado diz que não dialogar com as escolas não foi algo intencional; ao contrário disso, se via uma necessidade em fazer esse diálogo, mas que, diante da conjuntura política daquele ano, essa relação ficou inviável. Segundo o mesmo, para abrir diálogo com as escolas, seria preciso muito mais tempo do que as que as urgências políticas demandavam, e faz a consideração:

Mas eu acho que teria sido bem interessante se a construção, desde a concepção, tivesse envolvimento, se não de todas [as escolas], que é difícil, por que são 2.570, mas de representações de conselhos escolares ou de diretores, porque esse protagonismo no processo, ele consolida muito mais a política, isso a gente sabe que é verdadeiro [...] mas o que é que nós fizemos [...] nós corremos atrás disso em seguida, de propor fazer a discussão, de dialogar, de aceitar as sugestões que as pessoas traziam, então várias ideias foram surgindo e se consolidando nas modificações que foram acontecendo, porque sempre se teve uma escuta aberta [...] uma disponibilidade para essa escuta [...] dessa prática que estávamos implementando... (ENTREVISTADO 3)

O entrevistado (4) declara que os momentos iniciais da formulação da política foram tempos em que o trabalho ficou bastante particularizado. A iniciativa partiu de dois atores políticos, após uma conversa a respeito de sistemas de avaliação, que teve como fomento o estudo de artigo de uma publicação da Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (Unesco). Com base nesse diálogo, e acúmulos anteriores com relação à problemática das avaliações de larga escala e avaliações institucionais, foi percebida uma demanda e uma necessidade. Após constatarem a necessidade de um programa específico de avaliação, o Diretor Pedagógico deu início a pesquisas relativas a esse tema e a partir de reuniões contou com a participação da Assessora Técnica do Gabinete do Departamento Pedagógico para a construção da proposta.

O entrevistado (4) declara que a construção da proposta não se configurou por intermédio de um grande debate na rede estadual de ensino. E isso aconteceu, principalmente, pela falta de tempo diante das urgências, discussões internas e pressão da mídia. Aponta esse último como um grupo específico que pressionava a implantação de uma lógica meritocrática de produtividade para a remuneração do professor. O entrevistado relata que, devido aos tensionamentos, havia uma cobrança interna por uma alternativa, visto que a secretaria de educação ia de encontro à ideias meritocráticas que estavam em voga no momento. Nessa entrevista, o mesmo declara que o SEAP/RS é uma proposta de auto avaliação institucional contra hegemônica; o entrevistado compreende as avaliações de larga escala praticamente hegemônicas no país.

O ator entrevistado fala que os tempos engessados nos processos políticos impõem aos gestores que apressem os processos. Ela afirma que a participação seria o ideal. Mas que nesse caso do SEAP/RS o programa realmente não foi elaborado a partir de uma discussão com a rede, com as escolas, foi uma decisão da secretaria para responder politicamente de imediato. Em suas palavras:

[...] normalmente os tempos políticos são muito mais engessadores do que seria uma dinâmica social [...] participação que seria o ideal [...] mas os tempos políticos muitas vezes impõem ao gestor que ele apresse os processos, supondo que as coisas não saem do papel nunca [...] e nesse caso do SEAP realmente não foi o resultado de uma discussão com a rede, com as escolas, mas uma (decisão/avaliação) da secretaria para responder politicamente de imediato [...] com o conteúdo daquilo que todo esse campo de discussão construiu ao longo desse tempo [...] nessa discussão polarizada com as discussões meritocráticas e de avaliação do desempenho...
(ENTREVISTADO 4)

Esses dois depoimentos também foram prestados por dois atores políticos muito influentes no processo de formulação dessa política. Com a fala desses dois últimos entrevistados fica ainda mais evidente o que apontam as duas primeiras entrevistas: não houve participação direta das escolas da rede estadual de ensino no processo de formulação do SEAP/RS.

9 PARTICIPAÇÃO DA ESCOLA NAS FORMULAÇÕES DO SEAP: UM OLHAR TRANSVERSAL

Não é a pretensão desse trabalho proceder a uma análise ampla da política pública SEAP/RS, mas sim usar informações sobre o processo de formulação dessa política para entender como foi a participação e qual foi a autonomia das escolas nesse processo. Dessa forma, com base nas análises documentais e nos depoimentos dos entrevistados, em conjunto com o aporte teórico, apresento os resultados decorrentes do trabalho até então desenvolvido.

De maneira mais genérica, pode-se dizer que o SEAP/RS é uma política educacional, de avaliação institucional participativa, formulada e implementada pelo atual governo do estado. Possui, na sua concepção, vários conceitos e princípios, como gestão democrática escolar, participação e autonomia. Segundo os estudos de análise de políticas públicas, é possível deduzir que, apesar de não se apresentar de forma linear, esse programa passou por um processo de preparação, no qual havia a identificação de uma demanda, entrou para a agenda governamental, passou pelo processo de formulação, seguido pela implementação, monitoramento e reformulações, e avaliação. Ainda que todas essas etapas não tenham ficado bem divididas, como o proposto na teoria, nem consigam caracterizar de fato todas as questões implicadas no processo de desenvolvimento do SEAP/RS.

Identificar e separar, nessa política pública, um único estágio, no caso, a formulação, para este estudo foi uma tarefa complicada. Pois esse programa não tem suas fases divididas de forma estanque. Para realizar a análise documental, foi preciso estabelecer critérios de seleção de documentos, e estes também tiveram que ser flexíveis, para não limitar os documentos a serem estudados. Os atores políticos entrevistados foram peças fundamentais para entender o processo de formulação do SEAP/RS. Foram atores públicos envolvidos diretamente, desde a concepção à implementação dessa política educacional, sendo estes os principais responsáveis pela sua elaboração. Através desses depoimentos foi possível contextualizar melhor como o sistema político no qual o SEAP/RS foi concebido, e confirmar informações que não ficaram explícitas nos documentos.

Decorrente dessas análises, foi possível, nesse trabalho, afirmar que não houve a participação das escolas no processo de formulação do SEAP/RS, logo, também não houve implicação direta da autonomia das escolas nesse processo. Há, nas declarações feitas nas entrevistas, o reconhecimento da importância da participação das escolas no processo de formulação dessa política pública. E como o próprio nome propõe, essa é uma política que, em sua concepção, se reconhece como participativa, e nisso se apresenta uma incoerência,

visto que a avaliação participativa não contou com a participação das escolas para sua formulação.

10 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A partir das reflexões decorrentes dessa pesquisa, e das respostas obtidas, de acordo com a investigação proposta em meus objetivos, compreendo que minhas aprendizagens foram além de uma resposta de *sim* ou *não* com relação à participação e à autonomia das escolas na formulação do SEAP/RS.

Com relação aos resultados das análises, sinto que há alguns elementos a serem considerados que perpassaram os limites da pesquisa que realizei. Um deles é referente aos tempos dessa pesquisa, que limitaram o que podia ser desenvolvido. Com mais tempo de estudo e pesquisa teria sido importante incluir na análise documental os documentos sobre as reformulações do SEAP/RS, o que teria sido de grande importância para pensar a participação das escolas nessa política educacional. Para esta pesquisa, outro elemento importante teria sido ouvir das escolas como foi o desenvolvimento dessa política pública, à luz das apreciações e perspectivas de atores situados no âmbito escolar.

Outra consideração importante a ser feita foi o depoimento recorrente dos atores públicos entrevistados sobre as limitações dos tempos políticos. Nas falas dos entrevistados 3 e 4, quando estavam sendo feitas perguntas acerca da participação das escolas nos processos de elaboração do SEAP/RS, ficou expressa a limitação do tempo, em específico o tempo de um governo, como um forte impeditivo para que a elaboração da política educacional fosse realizada de forma participativa, como ela se propunha ideologicamente.

Muitas foram as minhas aprendizagens nesse estudo. Esta pesquisa acrescentou muito nos meus conhecimentos sobre políticas educacionais, gestão democrática e seus processos. Contribui para um entendimento contextualizado desses conceitos e, mais do que isso, exigiu que meus saberes construídos no curso encontrassem e fizessem sentido nas mais diversas áreas da minha atuação como pedagoga.

Entre todas as aprendizagens estabelecidas nesse trabalho, penso que a mais significativa foi compreender a importância desse estudo para minha atuação como educadora. Independente da área de atuação, os conhecimentos sobre políticas públicas e políticas educacionais são fundamentais, visto que vivemos diariamente as ações das políticas públicas. E como profissionais de educação é quase uma obrigação compreender esses processos, na nossa responsabilidade como educadores, e também porque somos afetados diariamente pelas políticas educacionais. Assim como também é nosso compromisso entender os processos de gestão democrática, autonomia e participação nos espaços escolares

se valorizamos a ação docente questionadora, consciente e crítica voltada para a educação cidadã e para a formação do sujeito democrático.

REFERÊNCIAS

- BRASIL. Constituição. **Constituição da República Federativa do Brasil, de 05 de outubro de 1988** [com redação atualizada]. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicaocompilado.htm. Acesso em: 20 de ago. 2014.
- BRASIL. **Lei n.º 9.394, de 20 de dezembro de 1996** [com redação atualizada]. Estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19394.htm. Acesso em: 23 de setembro de 2014.
- CALADO, S. S.; FERREIRA, S. C. R. **Análise de documentos: método de recolha e análise de dados**. Didáctica das Ciências – Mestrado em Educação, 2004. Disponível em: <<http://www.educ.fc.ul.pt/docentes/ichagas/mi1/analisedocumentos.pdf>>. Acesso em: 05 nov. 2014.
- CELLARD, André. A análise documental. In: POUPART, J. *et al.* **A pesquisa qualitativa: enfoques epistemológicos e metodológicos**. Petrópolis: Vozes, 2008.
- CURY, Carlos Roberto Jamil. A gestão democrática na escola e o direito à educação. **Revista Brasileira de Administração da Educação**, v. 23, p. 483-496, 2007.
- FREY, Klaus. Políticas públicas: um debate conceitual e reflexões referentes à prática da análise de políticas públicas no Brasil. **Planejamento e Políticas Públicas**. Brasília, IPEA, n. 21, p. 211-259, jun. 2000.
- GENTILI, Pablo (2000). Qual a educação para qual cidadania? Reflexões sobre a formação do sujeito democrático. In: AZEVEDO, José, C. *et al* (Orgs.). **Utopia e democracia na educação cidadã**. Porto Alegre: Editora UFRGS/SMED/POA.
- LUCK, H. **Gestão educacional: uma questão paradigmática**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2007. Série Cadernos de Gestão.
- LIMA, Licínio C. **Organização Escolar e Democratização Radical: Paulo Freire e a Governança democrática da escola pública**. São Paulo, SP: Cortez; Instituto Paulo Freire, 2002.
- NOVAES, Ivan Luiz. **Modelo de análise das políticas educacionais orientadas para a gestão da escola pública de educação básica: uma contribuição a delimitação do objeto de estudo e construção da problemática da pesquisa**. Relatório de Estágio Pós-Doutoral – Faculdade de Educação, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2013.
- RIO GRANDE DO SUL. **Lei nº 10.576, de 14 de novembro de 1995** [com redação atualizada]. Dispõe sobre a Gestão Democrática do Ensino Público e dá outras providências. Disponível em: http://www.educacao.rs.gov.br/dados/lei_10.576_compilado.pdf. Acesso em: 20 ago. 2014.
- RIO GRANDE DO SUL. Decreto nº 48.744, de 28 de dezembro de 2011. Institui o Sistema Estadual de Avaliação Participativa do Estado do Rio Grande do Sul – SEAP/RS, e dá outras providências. In: RIO GRANDE DO SUL. SECRETARIA DA EDUCAÇÃO. SISTEMA

ESTADUAL DE AVALIAÇÃO PARTICIPATIVA (SEAP/RS). **Cadernos de Avaliação nº 1. Orientações para a elaboração da avaliação institucional.** Porto Alegre: Seduc/RS, outubro de 2012.

RIO GRANDE DO SUL. SECRETARIA DA EDUCAÇÃO. SISTEMA ESTADUAL DE AVALIAÇÃO PARTICIPATIVA (SEAP/RS). **Apresentação.** Porto Alegre: Seduc/RS, outubro de 2012.

RIO GRANDE DO SUL. SECRETARIA DA EDUCAÇÃO. SISTEMA ESTADUAL DE AVALIAÇÃO PARTICIPATIVA (SEAP/RS). **Cadernos de Avaliação nº 1. Orientações para a elaboração da avaliação institucional.** Porto Alegre: Seduc/RS, outubro de 2012.

RIO GRANDE DO SUL. SECRETARIA DA EDUCAÇÃO. SISTEMA ESTADUAL DE AVALIAÇÃO PARTICIPATIVA (SEAP/RS). **Cadernos de Avaliação nº 2.** Roteiro para Avaliação Coletiva das Dimensões. Institucional da Escola. Porto Alegre: Seduc/RS, outubro de 2012.

RIO GRANDE DO SUL. SECRETARIA DA EDUCAÇÃO. SISTEMA ESTADUAL DE AVALIAÇÃO PARTICIPATIVA (SEAP/RS). **Cadernos de Avaliação nº 3.** Roteiro para Avaliação Coletiva das Dimensões. Institucional da Coordenadoria Regional de Educação. Porto Alegre: Seduc/RS, outubro de 2012.

RIO GRANDE DO SUL. SECRETARIA DA EDUCAÇÃO. SISTEMA ESTADUAL DE AVALIAÇÃO PARTICIPATIVA (SEAP/RS). **Cadernos de Avaliação nº 4.** Roteiro para Avaliação Coletiva das Dimensões Institucionais da Seduc. Porto Alegre: Seduc/RS, outubro de 2012.

RODRIGUES, Marta M. Assumpção. **Políticas Públicas.** São Paulo, SP: Publifolha, 2010.

RUA, Maria das Graças. **Análise de políticas públicas: conceitos básicos.** Brasília, 1997 (digitado).

SOUZA, Ângelo Ricardo de. **Explorando e construindo um conceito de gestão escolar democrática.** Belo Horizonte, MG: Educação em Revista, v.25. n.03 p.123-140. 2009

APÊNDICE A - TERMO DE CONSENTIMENTO INFORMADO

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
 FACULDADE DE EDUCAÇÃO
 Núcleo de Estudos de Políticas e Gestão da Educação

TERMO DE CONSENTIMENTO INFORMADO

Projeto: Análise e avaliação externa de processos e de resultados atinentes à avaliação institucional participativa do sistema estadual de avaliação participativa – Seap/RS.

Subprojeto: Análise de processos e de instrumentos da formulação e de reformulações do Seap/RS

O projeto de pesquisa intitulado Análise e avaliação externa de processos e de resultados atinentes à avaliação institucional participativa do sistema estadual de avaliação participativa – Seap/RS, está sendo desenvolvido conforme os termos de contrato firmado entre a Secretaria de Educação do Estado do Rio Grande do Sul (Seduc RS) e a Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), sob coordenação da prof^a Maria Beatriz Luce, da UFRGS.

O subprojeto Análise de processos e de instrumentos da formulação e de reformulações do Seap/RS tem como objetivo geral caracterizar referenciais, atores e contextos da formulação inicial e das reformulações significativas da política. Abrange análise de documentos, estudo de referências teóricas e realização de entrevistas com atores-chave da formulação do Seap. As informações colhidas nas entrevistas serão utilizadas exclusivamente na produção técnica e acadêmica relacionada ao projeto de pesquisa; os nomes dos entrevistados não serão divulgados, mas sim os seus cargos. Os pesquisadores se comprometem a esclarecer devida e adequadamente qualquer dúvida ou questionamento que os participantes tenham no momento da entrevista ou posteriormente, por meio dos dados de contato informados no final deste termo.

Após ser devidamente informado/a de todos os aspectos desta pesquisa e ter esclarecido todas as minhas dúvidas, eu, _____, concordo em conceder entrevista para a pesquisa acima identificada.

Informo que a identificação de minha função profissional, na produção acadêmica relacionada à pesquisa, deve ser a seguinte: _____

Porto Alegre, ____ de _____ de _____.

Assinatura da/o participante

Assinatura do/a pesquisador/a

Dados do/a pesquisador/a responsável

Nome:

Telefone(s):

e-mail:

APÊNDICE B – ROTEIRO DE ENTREVISTAS

Roteiro de entrevista

Objetivos: compreender a contextualização da política do SEAP, e seus referenciais, a partir da perspectiva e experiência de um dos atores-chave da formulação dessa política; mapear outros atores-chave que precisam ser ouvidos.

1. Qual é a sua função na Seduc? Qual a sua função na Seduc no momento de concepção do Seap? Há quanto tempo trabalha na Seduc?
2. Como iniciou a elaboração da política de Avaliação Institucional Participativa na Seduc? Como tudo começou?
3. Que fatores motivaram a elaboração do Seap?
4. Quais atores participaram dessa elaboração?
5. Como se formou a equipe responsável pelo projeto? Quantos são ao todo? Quem coordenou a elaboração do projeto?
6. Como foram divididas as tarefas na elaboração desse projeto?
7. Quem participou da elaboração dos instrumentos da avaliação?
8. Essa política estadual se inspirou em alguma política nacional?
9. O Seap foi inspirado em alguma política ou ação de outros governos?
10. Quando ela foi pensada, estava prevista sua abrangência nos três níveis (escola, CRE e Seduc)?
11. Na sua elaboração houve interlocuções com todos os departamentos da Seduc? Ou com alguns? Quais?
12. Vimos que nos documentos iniciais consta SEAIP e não Seap. Qual o motivo da troca de sigla? Houve alterações no projeto inicial?
13. Como foi a negociação com o MEC para a utilização do Simec para esse projeto do governo estadual?
14. O momento político teve alguma influência na elaboração?
15. Os recursos que financiam o Seap são do Banco Mundial. Por favor, descreva esse financiamento, seus motivos, a relação dos técnicos do BM com a equipe da Seduc responsável pelo Seap.
16. Como o Seap foi repassado para os implementadores da política?
17. Ocorreram conflitos, resistências na elaboração do projeto? Em que aspectos?
18. Temos conhecimento de que na negociação interna, alguns atores não queriam a realização de avaliação externa dos alunos, no entanto o gabinete de governo incluiu essa avaliação no projeto. Ela está acontecendo de fato?
19. Há conteúdos da política que foram pensados e não puderam ser de fato incorporados? Em caso positivo: quais conteúdos? Quais os motivos para o descarte?
20. Houve modificações significativas na política depois da primeira rodada de avaliações?
21. No momento atual, o que poderia ser modificado nessa política?

ANEXOS

ANEXO A - Decreto N° 48.744, de 28 de Dezembro de 2011

ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
ASSEMBLEIA LEGISLATIVA
Gabinete de Consultoria Legislativa

DECRETO Nº 48.744, DE 28 DE DEZEMBRO DE 2011

(publicado no DOE nº 250 de 29 de dezembro de 2011)

Institui o Sistema Estadual de Avaliação Participativa do Estado do Rio Grande do Sul – SEAP/RS, e dá outras providências.

O **GOVERNADOR DO ESTADO RIO GRANDE DO SUL**, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 82, incisos V e VII da Constituição do Estado, e

considerando a necessidade de efetuar o levantamento de métodos pedagógicos e de gestão onde se observem resultados satisfatórios e que possam ser utilizados como parâmetro permitindo a adoção de práticas mais adequadas e compatíveis com a realidade da educação no Estado do Rio Grande do Sul;

considerando a necessidade de obter informações mais detalhadas sobre cada uma das instâncias que compõe a Rede Estadual de Ensino e seus participantes, estabelecendo mecanismos que compartilhem essas informações de forma a aprofundar a reflexão coletiva sobre o tema;

considerando a necessidade de discutir os problemas enfrentados pela Rede Estadual de Ensino com a comunidade escolar, permitindo que sejam apresentadas sugestões de melhoria na qualidade da educação e aperfeiçoamento das políticas públicas;

considerando a necessidade de implementar programas e projetos de apoio ao ensino e à aprendizagem, com o objetivo de aumentar as taxas de aprovação e o índice de frequência no Ensino Fundamental e no Ensino Médio, possibilitando o aumento dos índices de desempenho da Educação Básica nas avaliações nacionais, bem como o aumento do Índice de Desenvolvimento da Educação Básica – IDEB projetado;

considerando a necessidade de qualificar as instituições de educação públicas do Estado do Rio Grande do Sul por meio da valorização profissional, com a consolidação de um sistema que permita o acompanhamento contínuo dos professores e especialistas de educação, visando o seu desempenho e aprimoramento;

considerando a necessidade de implementar um Sistema Estadual de Avaliação único, envolvendo processos institucionais, indicadores e descrições previamente estabelecidos; e

considerando a necessidade de consolidar parcerias com as Instituições de Ensino Superior que permitam avaliar as escolas, sua gestão, sua prática pedagógica, suas condições físicas e materiais, possibilitando a identificação

das dificuldades e possibilidade de promover mudanças de prática e direcionamento da política educacional.

DECRETA:

Art. 1º Fica instituído o Sistema Estadual de Avaliação Participativa do Estado do Rio Grande do Sul – SEAP/RS, no âmbito da Rede Estadual de Ensino, sob a coordenação da Secretaria da Educação – SEDUC, que adotará as medidas necessárias à sua efetiva implementação.

Parágrafo único. Compreende-se por Rede Estadual de Ensino o conjunto de Escolas da Rede Pública Estadual, as Coordenadorias Regionais de Educação – CREs, e a Secretaria da Educação.

Art. 2º O SEAP/RS é uma política pública de Estado, de caráter sistêmico e com foco nas instituições e nas pessoas que atuam nas escolas, fornecendo análises abrangentes das dimensões, estruturas, objetivos, relações, atividades, compromissos, responsabilidades sociais das diferentes instâncias e equipamentos públicos da educação estadual.

Art. 3º O SEAP/RS será aplicado anualmente nos níveis e modalidades existentes em todas as escolas públicas estaduais urbanas e rurais, podendo ser estendido às escolas municipais e particulares mediante assinatura de termo de adesão por suas respectivas mantenedoras.

Art. 4º O SEAP/RS tem por finalidade elaborar diagnósticos qualitativos que permitam compreender, com mais profundidade do que as avaliações nacionais, a realidade educacional do Estado do Rio Grande do Sul, de forma a incidir na formulação e/ou implementação das políticas educacionais locais.

Art. 5º A composição do SEAP/RS envolverá processos institucionais e individuais de desempenho dos órgãos e unidades escolares que compõem a Rede Estadual de Ensino e dos alunos.

§ 1º A avaliação institucional será desenvolvida pelos professores e funcionários que atuam nos órgãos da educação, com a efetiva participação da comunidade escolar quando ocorrer nos estabelecimentos de ensino, com a função de analisar, verificar e aferir *in loco* a situação das Escolas, das CREs e da SEDUC.

§ 2º A avaliação individual abrangerá o desempenho dos alunos.

Art. 6º As dimensões, os indicadores e as descrições dos processos institucional e individual a que se refere o art. 5º deste Decreto, serão definidos por regulamentos expedidos pela SEDUC, com ampla divulgação.

Art. 7º São fases do SEAP/RS:

I - Fase Local: realizada em cada estabelecimento de ensino da Rede Pública Estadual;

II - Fase Regional: realizada no âmbito de cada uma das CREs, com a elaboração do diagnóstico interno de cada Coordenadoria e a organização dos resultados regionais a serem encaminhados à SEDUC; e

III - Fase Estadual: realizada no âmbito da SEDUC com a finalidade de monitorar as avaliações institucionais elaboradas em cada um dos estabelecimentos de ensino e nas CREs, além de coordenar a avaliação dentro do órgão central, que serão enviados às instituições de ensino superior para a interpretação dos dados produzidos nas diferentes fases.

Art. 8º Será criado o Comitê de Acompanhamento e Análise do processo de avaliação, composto por especialistas designados pelas Instituições de Ensino Superior devidamente conveniadas com a SEDUC, com a função de acompanhar o processo, analisar e interpretar os dados produzidos nas fases local, regional e estadual de avaliação.

Art. 9º A avaliação do percurso individual do aluno será aferida por amostragem nas quatro áreas de conhecimento – Linguagens, Matemática, Ciências da Natureza e Ciências Humanas, de forma articulada aos processos de avaliação nacional, desenvolvidos pelo Ministério da Educação no âmbito da Educação Básica.

§ 1º A articulação ao Sistema Nacional de Avaliação da Educação Básica – SAEB compreende a seleção de escolas típicas onde a aplicação das avaliações nacionais será complementada por provas estaduais nas áreas do conhecimento de Ciências da Natureza e Ciências Humanas.

§ 2º O Índice de Desenvolvimento da Educação Básica – IDEB será utilizado como critério para selecionar as CREs e as escolas típicas onde na amostragem serão aplicadas as provas complementares referidas no § 1º do art. 9º deste Decreto.

Art. 10. Este decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se o Decreto nº 45.300, de 30 de outubro de 2007.

PALÁCIO PIRATINI, em Porto Alegre, 28 de dezembro de 2011.

ANEXO B - Ordem de Serviço Nº 02/2012

PORTARIA nº 007/2012

A Coordenadora da 3ª Coordenadoria Regional de Educação, Estrela, Sra. Marisa Cecília Wickert Bastos, no uso de suas atribuições, designa as servidoras estaduais abaixo relacionadas, para constituírem Comissão de Sindicância, sob a presidência da primeira, visando apurar irregularidades apontadas no expediente nº 065194-1900/12.9, envolvendo a E.E.E. Fundamental Heitor Peretti, município de Encantado.

- Larisse Knecht Goethel ID. Func. 2676931/01
 - Veônica Maria Gall ID. Func. 2758415/01
 - Wanda maria Schahren Battisti ID. Func. 1166123/02

Codigo: 1048110

PORTARIA nº 08/2012

A Coordenadora de Educação da 2ª Coordenadoria Regional de Educação, São Leopoldo, no uso de suas atribuições legais e tendo em vista o que consta no expediente nº 112101-1900/12.6, designa os servidores abaixo relacionados para, sob a presidência do primeiro, para constituírem a Comissão de Sindicância, com a finalidade de apurar responsabilidades quanto as possíveis irregularidades no IEEF. Prof. Pedro Schneider, município de São Leopoldo.

- Lucy Maria Reinbrecht Pereira da Silva ID. Func. 1583166/01
 - Locir Dilhe ID. Func. 1409913/01
 - Ledyane Lucena ID. Func. 2648784/01

Codigo: 1048139

PORTARIA nº 09/2012

A Coordenadora de Educação da 2ª Coordenadoria Regional de Educação, São Leopoldo, no uso de suas atribuições legais e tendo em vista o que consta no expediente nº 112102-1900/12.9, designa os servidores abaixo relacionados para, sob a presidência do primeiro, para constituírem a Comissão de Sindicância, com a finalidade de apurar responsabilidades quanto as possíveis irregularidades no EEEF. Guilherme Balduino Baun, município de São Leopoldo.

- Lucy Maria Reinbrecht Pereira da Silva ID. Func. 1583166/01
 - Locir Dilhe ID. Func. 1409913/01
 - Juliana Espinosa Souza ID. Func. 2557339/01

Codigo: 1048140

PORTARIA nº 005/2012

A Coordenadora da 3ª Coordenadoria Estadual de Educação, Sra. Marisa Cecília Wickert Bastos, no uso de suas atribuições, designa as servidoras abaixo relacionadas, para constituírem Comissão de Sindicância, sob a presidência da primeira, visando apurar irregularidades de ordem funcional apontadas no expediente nº 065204-1900/12.0, envolvendo a professora Rejane Rybar, Id. Func. 1623710/01, lotada na E.E.E. Fund. São João Bosco, município de Lageado.

- Larisse Knecht Goethel ID. Func. 2676931/01
 - Rosemari Zigliotti Bolsi ID. Func. 1259130/01
 - Verônica Maria Gall ID. Func. 2758415/01

Codigo: 1048142**ORDENS DE SERVIÇO****ORDEM DE SERVIÇO Nº 02/2012**

Dispõe sobre o processo do SEAP - Sistema Estadual de Avaliação Participativa na Rede Pública estadual, visando consolidar a participação de todos os segmentos da comunidade escolar.

O SECRETÁRIO DE ESTADO DA EDUCAÇÃO, no uso das atribuições legais que lhe confere o artigo 90, inciso I da Constituição do Estado do Rio Grande do Sul e, considerando que:

- a responsabilidade de a mantenedora organizar, coordenar e acompanhar processo de avaliação da sua rede;
- a necessidade de garantir a plena participação de todos os segmentos da comunidade escolar no processo do SEAP - Sistema Estadual de Avaliação Participativa;
- a atribuição das Coordenadorias Regionais de Educação -CRE's de acompanhar e monitorar o processo; e
- o dever da gestão escolar em informar o cronograma desenvolvido, bem como documentar, comprovar e coordenar as etapas constituintes do SEAP.

DETERMINA:

Art.1º As Coordenadorias Regionais de Educação deverão organizar formação com as escolas sobre o SEAP, esclarecendo sobre as etapas e a necessidade de participação de todos os segmentos, consolidando o envolvimento dos vários atores.

Art.2º As escolas, através da sua gestão deverão organizar e informar à CRE o cronograma das etapas do SEAP a ser desenvolvido, cumprindo os tempos determinados no caderno das Orientações para a elaboração da Avaliação Institucional e contemplando as seguintes etapas:

- I - Elaboração do Diagnóstico Preliminar;
- II - Reuniões de cada segmento da comunidade escolar para analisar o Diagnóstico Preliminar;
- III - Discussão, posicionamento e escolha de representantes para compor a Comissão Representativa de Elaboração e Acompanhamento da Avaliação Institucional;
- IV - Consolidação da Avaliação Institucional pela Comissão Representativa de Elaboração e Acompanhamento da Avaliação Institucional.

Art.3º As Coordenadorias Regionais de Educação deverão solicitar o envio dos cronogramas das escolas e monitorar a sua execução, comprovando por via documental (atas e listas de presença) e/ou visitas, o desenvolvimento das etapas do SEAP.

Art.4º Ao final do processo, cada CRE deverá organizar uma planilha contabilizando o total de participantes por etapa.

Parágrafo Único. Cabe aos gestores regionais e às escolas oferecerem as condições para garantir a efetiva participação de todos os segmentos no processo do SEAP.

Art.4º Esta Ordem de Serviço entra em vigor na data de sua publicação.

Codigo: 1048244**LICITAÇÕES**

ASSUNTO: DISPENSA DE LICITAÇÃO

PROCESSO: 51707-1900/12-4

De conformidade com o artigo 24, inciso IV, da Lei Federal n.º 8.666, de 21 de junho de 1993, e com o Parecer Técnico da 28ª Coordenadoria de Obras Públicas à fl. 004, DISPENSO A LICITAÇÃO, visando à contratação emergencial para a execução de reforma no prédio da EEIF NHAMANDU NHEMOPUÁ, em Viamao, RS, pela empresa ALSERVICE COMÉRCIO E SERVIÇOS LTDA., pelo prazo de 90 (noventa) dias, no valor de R\$ 122.644,79 (cento e vinte e dois mil, seiscentos e quarenta e quatro reais e setenta e nove centavos).

Codigo: 1048099

ASSUNTO: DISPENSA DE LICITAÇÃO

PROCESSO: 52031-1900/12-3

De conformidade com o artigo 24, inciso IV, da Lei Federal n.º 8.666, de 21 de junho de 1993, e com o Parecer Técnico da 28ª Coordenadoria de Obras Públicas à fls. 04 à 11, DISPENSO A LICITAÇÃO, visando à contratação emergencial para a execução de reforma da cozinha, drenagem e passarela na EEEF IRMÃ CLÉSSIA, em Gravataí, RS, pela empresa CTA ENGENHEIROS ASSOCIADOS LTDA., pelo prazo de 90 (noventa) dias, no valor de R\$ 81.974,69 (oitenta e um mil, novecentos e setenta e quatro reais e sessenta e nove centavos).

Codigo: 1048100

ASSUNTO: DISPENSA DE LICITAÇÃO

PROCESSO: 80705-1900-12-0

De conformidade com o artigo 24, inciso IV, da Lei Federal n.º 8.666, de 21 de junho de 1993, e com o Parecer Técnico da 28ª Coordenadoria de Obras Públicas à fl. 05, DISPENSO A LICITAÇÃO, visando à contratação emergencial para a execução de reforma da nova entrada de energia com medição e distribuição e recuperação de prédios na EEEF STELLA MARIS, em Alvorada, RS, pela empresa ALSERVICE COMÉRCIO E SERVIÇOS LTDA., pelo prazo de 90 (noventa) dias, no valor de R\$ 101.923,23 (cento e um mil, novecentos e vinte e três reais e vinte e três centavos).

Codigo: 1048101

ASSUNTO: DISPENSA DE LICITAÇÃO

PROCESSO: 51708-1900/12-7

De conformidade com o artigo 24, inciso IV, da Lei Federal n.º 8.666, de 21 de junho de 1993, e com o Parecer Técnico da 28ª Coordenadoria de Obras Públicas à fls. 08 e 09, DISPENSO A LICITAÇÃO, visando à contratação emergencial para a execução de reforma do prédio da administração, drenagem do pátio e readequação da área para refeitório na EEEM EMILIA VIEGA DA ROCHA, em Gravataí, RS, pela empresa MARÇAL PEIXOTO CONSTRUÇÕES LTDA., pelo prazo de 90 (noventa) dias, no valor de R\$ 145.528,92 (cento e quarenta e cinco mil, quinhentos e vinte e oito reais e noventa e dois centavos).

Codigo: 1048102

ASSUNTO: DISPENSA DE LICITAÇÃO

PROCESSO: 109509-1900/11-7

De conformidade com o artigo 24, inciso IV, da Lei Federal n.º 8.666, de 21 de junho de 1993, e com o Parecer Técnico SCTEC/DOE/DAD/Seduc nº. 4423/2012, à folha 168, DISPENSO A LICITAÇÃO, visando à contratação para a execução de obras para recuperação da rede elétrica, limpeza das cauletas da rede pluvial, caixas de inspeção e recuperação geral da caixa d'água no Instituto Estadual Marechal Rondon, em Butiá/RS, pela empresa ANDRÉ HORAK, pelo prazo de 90 (noventa) dias, no valor de R\$ 397.272,18 (trezentos e noventa e sete mil, duzentos e setenta e dois reais e dezoito centavos).

Claudio Sommacal
 Diretor Administrativo GAB/DAD/SEDUC

Codigo: 1048162

ASSUNTO: DISPENSA DE LICITAÇÃO

PROCESSO: 43452-1900/10-7

De conformidade com o artigo 24, inciso IV, da Lei Federal n.º 8.666, de 21 de junho de 1993, e com o Parecer Técnico SCTEC/DOE/DAD/Seduc nº. 4639/2012, à folha 246, DISPENSO A LICITAÇÃO, visando à contratação para a execução de obras em caráter emergencial para readequação da rede elétrica interna, externa e subestação transformadora na Escola Estadual de Ensino Médio Almirante Tamandaré, localizada em Porto Mauá/RS, pela empresa ELETRO VORTMANN LTDA., pelo prazo de 120 (cento e vinte) dias, no valor de R\$ 190.535,00 (cento e noventa mil, quinhentos e trinta e cinco reais).

Codigo: 1048163

ANEXO C - Sistema Estadual de Avaliação Institucional Participativo – RS



GOVERNO DO ESTADO
RIO GRANDE DO SUL
SECRETARIA DA EDUCAÇÃO

SISTEMA ESTADUAL DE AVALIAÇÃO INSTITUCIONAL PARTICIPATIVO - RS

INTRODUÇÃO

O desempenho da rede estadual nas séries iniciais e nas séries finais do ensino fundamental, em ambos assumindo o 9º lugar, segundo o Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB), tem provocado constante notícia e questionamentos sobre o lugar da rede estadual no *ranking* das avaliações nacionais padronizadas.

Esses questionamentos permitem ao governo do Estado interrogar-se sobre as condições objetivas da existência que perpassam esses dados quantitativos tão amplamente divulgados, e que segundo a mídia “*coloca em xeque algumas suposições sobre como garantir qualidade do ensino*” (ZH, 27/2/2011, p. 36, Geral: O X da educação).

É fundamental investigar o contexto (social, institucional, cultural) onde esses indivíduos, referências nas combinações de provas padronizadas e taxas de aprovação nas escolas, estão inseridos. Portanto, interessa avaliar a bifurcação dessa trajetória constituída de dados quantitativos, mas também de informações qualitativas que a eles dão sentido; interessa igualmente compreender o que ocorre com esse sujeito antes de se tornar um percentual coletivo e após as realizações das testagens.

Pretende-se com o ***Sistema Estadual de Avaliação Institucional Participativo (SEAIP-RS)***, construir diagnóstico que permita compreender e decifrar aquilo que está além do que o IDEB tem mostrado sobre a realidade do Estado e, com isto, ultrapassar o limite da quantificação da escola pública, por meio de um olhar detalhado do que ocorre no interior da rede estadual de educação considerando suas diferentes instâncias (escola, Coordenadorias Regionais da Educação-CREs e órgão central-SEDUC), características e necessidades, os pontos de vista sobre o desempenho obtido e as condições que provocaram um determinado resultado.

“...não basta para a escola criar mecanismos de controle que se limitem à construção de avaliações que apresentam dados referentes ao quanto os alunos aprenderam individualmente, ou que consigam expressar como a instituição está conseguindo efetivar sua função (por mais válido e relevante que seja)”. (FLORISE, 2008, p. 4).



GOVERNO DO ESTADO
RIO GRANDE DO SUL
SECRETARIA DA EDUCAÇÃO

Todavia, muitas vezes, quando o Estado constitui mecanismos, especialmente via testes padronizados, o seu esforço para produzir igualdade na educação acaba degradando a aprendizagem para todos, por si só, não conseguindo interferir na realidade educacional das escolas, a não ser por uma das tantas faces que a avaliação educacional apresenta, desconsiderando dessa forma a possibilidade de ações concretas e objetivas para melhoria da aprendizagem do aluno e da ensinagem do educador. Por essa razão utilizar-se-á nesta proposta a abordagem qualitativa, relacionando e interpretando os dados obtidos na *Avaliação Institucional Participativa*.

Entende-se que é a avaliação institucional Participativa e não a avaliação individual que fornecerá as informações necessárias na mudança de rumo da educação pública estadual, posto que as avaliações individuais já sejam aplicadas por meio das provas de cunho nacional que são a base para as estatísticas oficiais. Não há por que nem se justifica o Estado investir retrabalho naquilo que já é feito nacionalmente.

O Sistema de Avaliação Institucional Participativo possibilitará ao mesmo tempo uma leitura sociológica da localidade e uma análise microsociológica da escola-CRE-SEDUC, já que essas instâncias educacionais se constituem, precisamente, nos lugares que são geradas as políticas educacionais, organizam-se a vida concreta dos indivíduos e onde se manifestam os contrastes da sociedade. A análise se faz com os indivíduos envolvidos no processo, já que os sujeitos do contexto são os melhores conhecedores da realidade. Em suas experiências cotidianas eles explicitam conceitos que permitem teorizar sobre aquela realidade e suas produções.

Nessa direção: “...**a avaliação democrática implica a utilização de indicadores, meios de coleta de informação, mensuração e atribuição de valor que sejam compreensíveis e reconhecidos como relevantes pelo conjunto de pessoas que se quer envolver, métodos e instrumentos que apóiem o diálogo e a participação.**” (RIBEIRO, 2005, p. 233).

Assim, o **SEAIP-RS** permite um percurso de análise que visa “desnudar” o que está por de trás dos dados camuflados por percentuais que banalizam a complexidade do trabalho educativo de quem “*professa*”, cotidianamente, na escola. Contudo, cabe explicitar alguns objetivos específicos que se colocam nesta proposta:



GOVERNO DO ESTADO
RIO GRANDE DO SUL
SECRETARIA DA EDUCAÇÃO

- a) Estabelecer um conjunto de indicadores fundamentais aplicáveis por meio de uma metodologia participativa, que favoreça a produção de esforços coletivos na efetivação de uma escola de qualidade social e ajude na tomada de decisão necessária na área da política educacional do Estado.
- b) Propiciar as escolas estaduais, CREs e SEDUC uma base técnica de perspectiva participativa na realização de avaliação institucional com vistas às reorganizações periódicas a fim superar as limitações constatadas.

O Sistema de Avaliação Institucional Participativo aqui proposto aparece então como uma aproximação diagnóstica partilhada, parte do desenvolvimento educacional resultante de um processo de planejamento, ação, acompanhamento, monitoramento e qualificação da realidade avaliada, o que faz do sistema de avaliação uma estratégia inteligente de produção de conhecimento sobre a educação pública do Estado. Evidentemente, essa produção reconhece que todos têm o direito de aprender, não para aprender fixado no passado, mas em um mundo aberto e dinâmico, de possibilidades, de caminhos não tão lineares e reforçando que o futuro está em construção.

Propor a organização de um Sistema de Avaliação Institucional Participativo é pensar um “sistema de problematização” do sentido da Instituição (seu trabalho, suas referenciais, suas relações, sua gestão), de relativizar suas certezas e promover possibilidades. É programar um movimento contínuo e concentrado dos sujeitos no que tange as análises e apreciações em torno da realização dos objetivos educacionais das diferentes instâncias da rede estadual, para reorganizar as decisões, as práticas e prestar contas à sociedade.



GOVERNO DO ESTADO
RIO GRANDE DO SUL
SECRETARIA DA EDUCAÇÃO

I – DIMENSÕES, INDICADORES E DESCRITORES A SEREM CONSIDERADOS NA AVALIAÇÃO INSTITUCIONAL PARTICIPATIVA:

As Dimensões, os Indicadores e os Descritores da qualidade na educação foram criados para ajudar a comunidade escolar na avaliação e na melhoria da qualidade da educação, considerando o posicionamento do Conselho Estadual de Educação (CEE) contido no Parecer 323/99 abaixo transcrito:

"A qualidade- compreendida como resultante do nexo entre recursos materiais, organização administrativa, qualificação dos docentes, planos de estudos e processos didático-pedagógicos empregados - refoge de tentativas de estabelecimento de padrões absolutos e precisa ser referida à situação concreta de cada escola, enquanto única, culturalmente situada e condicionada. Quaisquer indicadores de qualidade que venham a ser utilizados - como índices de evasão e repetência, resultados de avaliações internas ou externas - ganham significados efetivo, quando referidos, não a indicadores absolutos, mas a indicadores produzidos pela própria unidade escolar, ao longo do tempo, buscando sua interpretação sob uma ótica nitidamente diacrônica". (CEE, 1999, pp.16-17)

As dimensões, indicadores e os descritores aqui apresentados baseiam-se, também, nas orientações de várias organizações governamentais e não governamentais: Ação educativa, Unicef, Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento, Inep, Campanha Nacional pelo Direito à educação, Centro de estudos e pesquisa em educação, Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação, Conselho Nacional dos secretários de educação, Fundação Abrinq, Fundescola-MEC, Seif-MEC, Seesp-MEC, Caise-MEC, PAR-MEC, IBGE, Instituto Pólis, Ipea, Undime e Uncme. É, portanto, resultado de extensa parceria entre organizações comprometidas com a melhoria contínua da qualidade da escola.

Para facilitar a visualização do que propomos é necessário conceituar o que entendemos por Dimensão, Indicadores e Descritores:

As Dimensões são os aspectos mais gerais que fazem a integração das esferas institucional macro e micro, cuja ênfase são as grandes características ou traços institucionais e que no seu conjunto organizam uma identidade que serão avaliados, tais como ambiente de trabalho, prática pedagógica, prática da avaliação, gestão institucional, formação, condições de trabalho, ambiente físico da instituição, e acesso permanência e sucesso na escola.



GOVERNO DO ESTADO
RIO GRANDE DO SUL
SECRETARIA DA EDUCAÇÃO

Cada Dimensão é composta por **Indicadores** que revelam algum aspecto peculiar daquela dimensão, portanto os indicadores são a expressão das situações de realidade a ser observada, avaliada e analisada.

Os **Descritores** são os desdobramentos e os detalhamentos dos indicadores que apontam a qualidade e gradação (dos pontos fortes aos mais fracos) das condições da existência de cada indicador (aponta como aquele indicador estaria bem ou mal), assim os descritores manifestam-se como critérios de avaliação que auxiliam no acompanhamento do processo educacional.

1. Visão Geral sobre as Dimensões, Indicadores e Descritores orientadores da avaliação institucional participativa.

As Dimensões, os Indicadores e os Descritores são definidos como elementos importantes de determinada realidade e que ajudam na sua visão diagnóstica. O conjunto dos aspectos a serem observados é:

Na dimensão 1: Ambiente de trabalho

- 1) Relações e solidariedade
- 2) Prazer pelo ambiente de trabalho
- 3) Respeito ao outro
- 4) Combate a discriminação
- 5) Princípios de convivência
- 6) Respeito aos direitos das crianças e adolescentes

Na dimensão 2: Prática Pedagógica

- 7) PPP conhecida e definida por todos
- 8) Planejamento e material didático
- 9) Processo de ensino contextualizado
- 10) Variedades das estratégias e recursos de ensino
- 11) Incentivo a autonomia
- 12) Incentivo ao trabalho coletivo
- 13) Práticas de inclusão

Na dimensão 3: Prática de Avaliação

- 14) Monitoramento do processo de aprendizagem
- 15) Mecanismos de apoio no percurso escolar dos alunos
- 16) Participação dos alunos na avaliação de sua aprendizagem
- 17) Avaliação do trabalho dos profissionais da instituição



GOVERNO DO ESTADO
RIO GRANDE DO SUL
SECRETARIA DA EDUCAÇÃO

18) Interpretação e Uso dos indicadores oficiais de avaliação e dos resultados específicos da Instituição.

Na dimensão 4: Gestão Institucional

- 19) Socialização da informação
- 20) Atuação do conselho escolar
- 21) Participação dos alunos, pais, funcionários e professores
- 22) Parcerias locais e Estabelecimento de Redes
- 23) Tratamento aos conflitos que ocorrem no cotidiano da Instituição.
- 24) Participação da Instituição em programas e/ou projetos de qualificação da educação

Na dimensão 5: Formação

- 25) Formação Inicial
- 26) Formação Continuada

Na dimensão 6: Condições de trabalho

- 27) Suficiência da equipe de trabalho
- 28) Assiduidade e Estabilidade dos profissionais
- 29) Acesso e uso de Tecnologias da Informação
- 30) Alimentação
- 31) Calendário escolar
- 32) Ruídos e sons

Na dimensão 7: Ambiente físico da Instituição

- 33) Instalações físicas gerais
- 34) Equipamentos
- 35) Pátio escolar
- 36) Espaço para prática de esporte
- 37) Sala de aula
- 38) Pintura
- 39) Laboratórios e Bibliotecas
- 40) Plantas, árvores, flores
- 41) Tratamento do lixo
- 42) Acessibilidade
- 43) Prédio e salas



Na dimensão 8: Acesso, permanência e sucesso na escola

- 44)Frequência dos alunos (números de faltas)
- 45)Abandono e evasão
- 46)Apoio aos alunos com defasagem e dificuldade de aprendizagem
- 47)Atenção as famílias dos alunos

Na dimensão 9: SEDUC e CRE

- 48) Programas e Projetos
- 49) Comunicação e atendimento as necessidades das escolas e comunidades.
- 50) Plano e Política Educacional

2. Dimensões, Indicadores e Descritores: Descrições e detalhamentos na realização da avaliação institucional participativa.

Os Indicadores serão pontuados e justificados segundo os Descritores apresentados cuja descrição retratará cinco (5) gradações diferentes, conforme a seguinte explicitação:

Valor 5 – Indicador que aponta, por meio do Descritor, a **situação ideal** de sua existência objetiva, mostrando o Indicador em estado de excelência, e que, portanto, já se encontra na condição desejada.

Valor 4 – Indicador que aponta, por meio do Descritor, a **situação muito boa** da sua existência objetiva, mostrando que aquele indicador necessita pequena mudança, mas que caso não ocorra essa mudança isso não interfere em seu “estado da arte”.

Valor 3 – Indicador que aponta, por meio do Descritor, a **situação boa** de sua existência objetiva, mostrando que aquele indicador apresenta um potencial de mudanças para que se aproxime da condição desejada.

Valor 2 – Indicador que aponta, por meio do Descritor, a **situação precária** de sua existência objetiva, com os aspectos negativos sendo predominantes e que necessitam medidas imediatas para superação desta condição.

Valor 1 – Indicador que aponta, por meio do Descritor, a **situação crítica** de sua existência objetiva existindo apenas aspectos negativos, por essa razão necessitariam intervenções e mudanças estruturais para superação desta condição.



GOVERNO DO ESTADO
RIO GRANDE DO SUL
SECRETARIA DA EDUCAÇÃO

NSA – Não se aplica – Indicador em que não existe possibilidade de avaliar por falta de informação ou por que ele não se aplica a escola.

Abaixo, apresenta-se uma exemplificação:

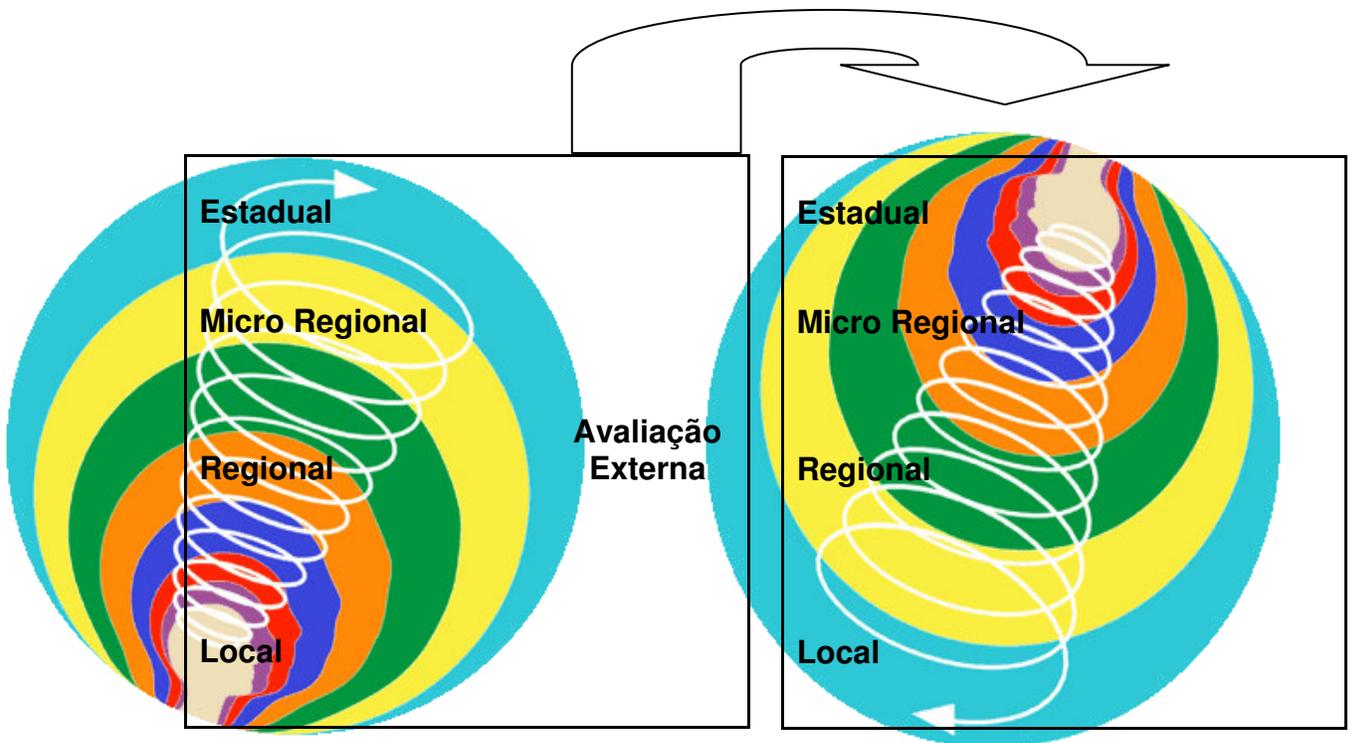
Dimensão 4: Gestão Escolar						
Indicador	Descritor	Pontuação				
		1	2	3	4	5 NSA
21 Participação dos alunos, pais, funcionários e professores.	<p>5. Existe participação atuante e efetiva de todos os segmentos da comunidade escolar, com uma grande mobilização e adesão.</p> <p>4. Existe participação sistemática, porém fica restrita as pessoas que representam os segmentos da comunidade escolar, embora atuantes.</p> <p>3. Existe participação, porém fica restrita as pessoas que representam os segmentos da comunidade escolar mobilizados por convites e/ou convocações e são pouco atuantes.</p> <p>2. Não existe participação de todos os segmentos da comunidade escolar, sendo em geral restrita apenas ao segmento que mantém vínculo empregatício com o Estado.</p> <p>1. Não existe participação dos segmentos da comunidade escolar.</p>					
JUSTIFICATIVA:						



II - ASPECTOS METODOLÓGICOS: APROXIMAÇÕES DOS SUJEITOS, REALIZAÇÕES COLETIVAS E MUDANÇAS INSTITUCIONAIS.

1. Fases do Sistema Estadual de Avaliação Institucional Participativo

Propõe-se organizar os espaços de discussão, os espaços de falas, as práticas necessárias para operacionalizar o SEAIP-RS, metaforicamente, na modalidade “espiral”, em dupla direção, conforme esquema abaixo:



Esse movimento supõe o reconhecimento da diversidade de pontos de vista, que pode advir criador; defesa da **transversalidade** entre sujeitos (indivíduos, grupos, coletivos, comunidades); instalação das condições de diálogo dentro da rede em todos os níveis; questionamento dos resultados a partir de diferentes perspectivas e lógicas, perquirindo a cada fase novos graus de complexidade na análise das informações.

Como visualiza-se pelo esquema anterior o SEAIP-RS preconiza um caminho de mão dupla, que começa com a avaliação local e a ele retorna, após um movimento de reflexão e aprofundamento, com os resultados e informações.

Abaixo, indicam-se as fases do SEAIP-RS:

a) Fase Local:

Cada escola criará o seu **“Grupo Avaliação Institucional Participativa”** (GAIP), composto de um representante de cada segmento da comunidade escolar, que coordenará e mobilizará o processo de avaliação institucional na unidade escolar. Caso a escola tenha Conselho Escolar o GAIP será composto por membros do conselho.

Esse grupo organizará encontros para que a avaliação institucional seja formalmente realizada e enviará a produção da escola para a CRE.

b) Fase Regional/Microregional:

A CRE, também, indicará o seu **“Grupo de Acompanhamento de Avaliação Institucional Participativa”** (GAAIP), com o objetivo de acompanhar as avaliações institucionais realizadas em cada unidade escolar, realizar a avaliação institucional da CRE e de organizar os resultados regionais e encaminhará para SEDUC.

c) Fase Estadual:

A SEDUC comporá o seu **“Grupo de Monitoramento da Avaliação Institucional Participativa”** (GMAIP), com o objetivo de monitorar as avaliações institucionais realizadas em cada unidade escolar, nas CREs, de coordenar a avaliação dentro do órgão central e de enviar à Universidade para realização da interpretação externa dos dados produzidos nas diferentes fases.

d) Fase da Avaliação externa

Universidade parceira realiza a interpretação externa dos dados produzidos nas diferentes fases.

Todas essas fases realizar-se-ão em um clima de respeito, confiança, fidelidade a realidade e Ética profissional.



2. Material de mediação da Avaliação Institucional Participativa

O principal material é um **“Um Itinerário para todos”** é um caderno-roteiro das dimensões e indicadores a serem avaliados. Esse roteiro permite avaliar nove (9) Dimensões compostas de cinquenta (50) indicadores, e deverá ser respondido pelos diferentes segmentos da comunidade escolar, os profissionais que atuam nas CREs e na SEDUC. Para isso é necessário mobilizar os sujeitos que fazem parte das instituições, adequando o material tanto às crianças menores quanto aos deficientes que necessitam de apoio e instrumentos adequados para sua efetiva participação.

Visa, igualmente, fornecer as instituições informações necessárias para planejar e realizar a avaliação institucional participativa, indicando os principais procedimentos e produções à realizar.

REFERENCIA BIBLIOGRAFICA

CASASSUS, Juan. *A escola e a Desigualdade.* Brasília: Editora Plano:Inep, 2002.

CONSELHO ESTADUAL DE EDUCAÇÃO. *Parecer CEED nº 323/99, de 07 de abril de 1999 – Diretrizes Curriculares do Ensino Fundamental e do Ensino Médio para o Sistema Estadual de Ensino.*

DARLING-HAMMOND, L. & ASCHER, C. *Construindo Sistemas de Controle em Escolas Urbanas.* Estudos em Avaliação Educacional. v. 17, n. 35, set/dez de 2006.

DOURADO, Luiz Fernandes. *A qualidade da Educação: Conceitos e Definições.* Brasília, MEC:INEP, s/d.

FLORISE M. *avaliação institucional: é possível avaliar a escola democraticamente? 2008....*

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. *Planos de Metas Compromisso Todos pela Educação: Instrumento de Campo.* Brasília, DF, 2007.

RIBEIRO, Vera Masagão et alli. *Indicadores de qualidade para a mobilização da escola.* Cadernos de Pesquisa, v. 35, n. 124, jan./abr. 2005.



GOVERNO DO ESTADO
RIO GRANDE DO SUL
SECRETARIA DA EDUCAÇÃO

UNICEF ET alli. *Indicadores da Qualidade na Educação*. São Paulo, Ação Educativa, 2004.

_____. *Caminhos do Direito de Aprender: Boas Práticas de 26 Municípios Que Melhoraram a Qualidade da Educação*. Brasília, DF: UNICEF, 2010.

ZERO HORA. Caderno Geral: *o X da educação: Salário nem sempre se traduz em ensino melhor*. Domingo, 27 de fevereiro de 2011, pp. 36-37.

ANEXO D - Sistema Estadual de Avaliação Participativa SEAP-RS - Caderno 1

Secretaria da Educação



SISTEMA ESTADUAL DE AVALIAÇÃO PARTICIPATIVA SEAP-RS

CADERNO DE AVALIAÇÃO Nº 1

**Orientações para a elaboração da
Avaliação Institucional
Outubro 2012**

**SISTEMA ESTADUAL DE AVALIAÇÃO PARTICIPATIVA
SEAP-RS**

OUTUBRO 2012

GOVERNADOR DO ESTADO

TARSO GENRO

SECRETÁRIO DE ESTADO DA EDUCAÇÃO

JOSE CLOVIS DE AZEVEDO

SECRETÁRIA-ADJUNTA DA EDUCAÇÃO

MARIA EULALIA NASCIMENTO

CHEFE DE GABINETE

SIMONE MOSNA DEMOLY

ASSESSORIA TÉCNICA

COORDENADOR: JOSÉ THADEU RODRIGUES DE ALMEIDA

ASSESSORIA JURÍDICA

AGENTE SETORIAL: ERNESTO JOSÉ TONIOLO

COORDENADOR: EDSON MENDES

ASSESSORIA DE IMPRENSA

COORDENADORA: MARCELA MARTINS SANTOS

DEPARTAMENTO PEDAGÓGICO

DIRETOR: SILVIO JANDIR DA SILVA ROCHA

DEPARTAMENTO DE PLANEJAMENTO

DIRETORA: DOLORIS OCAMPOS

DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS

DIRETORA: VIRGÍNIA MARIA DA SILVA NASCIMENTO

DEPARTAMENTO ADMINISTRATIVO

DIRETOR: CLAUDIO SOMMACAL

DEPARTAMENTO DE LOGÍSTICA E SUPRIMENTO

DIRETORA: ANA CLAUDIA FIGUEROA

DEPARTAMENTO DE ARTICULAÇÃO COM OS MUNICÍPIOS

DIRETOR: ANTONIO MARANGON

EQUIPE DE ELABORAÇÃO

SILVIO ROCHA (DIRETOR PEDAGÓGICO)

MARIA EULALIA NASCIMENTO (SECRETÁRIA-ADJUNTA)

ROSA MOSNA (ASSESSORA TÉCNICA DO GABINETE DO DEPARTAMENTO PEDAGÓGICO)

GUILENE SALERNO (ASSESSORA TÉCNICA DO GABINETE DO SECRETÁRIO)

APRESENTAÇÃO

O Programa de Governo da Gestão 2011-2014 foi orientado pela concepção de educação de qualidade social como direito de cidadania. Uma das diretrizes do Programa é a “Democratização e Qualidade do Ensino com Cidadania”, que se desdobra nos seguintes eixos estratégicos:

- Qualificação e Democratização da Gestão;
- Valorização Profissional;
- Modernização Tecnológica e Recuperação Física da Rede Estadual de Ensino;
- Reestruturação Curricular da Educação Básica e Formação Continuada.

Dentre as ações que buscam materializar o eixo da “Qualificação e Democratização da gestão”, que tem como objetivo a busca da melhoria da qualidade da educação básica pública, está a instituição do Sistema Estadual de Avaliação Participativa (SEAP/RS), por meio do Decreto nº 48.744, de 28 de dezembro de 2011.

O SEAP/RS, com suas seis dimensões e cinquenta indicadores e respectivos descritores, possibilitará às escolas, às Coordenadorias Regionais (CREs) e ao órgão central da Secretaria Estadual de Educação (SEDUC) realizar uma reflexão sobre as ações e condições sob as quais está sendo desenvolvido o processo de ensino-aprendizagem na Rede Estadual de Ensino.

Atualmente, para que se atinja uma educação de qualidade social com cidadania, é indispensável que as instituições educacionais elaborem planejamento de gestão pautado por um método participativo e pedagógico e monitorem sua execução permanentemente. Esses procedimentos permitirão a análise constante do processo de ensino-aprendizagem e dos seus resultados e a utilização desses dados como elementos de reorganização e ressignificação da prática escolar. Também concorrerão para estabelecer ações que promovam uma cultura pedagógica comprometida com a aprendizagem de todos.

Desta forma, refletir com a comunidade escolar as dificuldades e possibilidades da Rede Estadual de Ensino significa estimular o aperfeiçoamento das instituições e das políticas educacionais. Este é o grande diferencial do SEAP/RS: ele envolverá a comunidade escolar na produção de diagnóstico e de alternativas para qualificar a educação pública estadual.

Esta avaliação institucional também contribuirá para a consolidação de princípios e conceitos que fundamentam o trabalho na Rede Estadual de Ensino e estruturam o cotidiano das escolas, como gestão democrática, participação, conhecimento como construção do sujeito, avaliação emancipatória, dentre outros.

É importante destacar que o SEAP/RS vai ao encontro das orientações contidas na Resolução Nº 4/2010 do Conselho Nacional de Educação (CNE), que trata das Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais para a Educação Básica, sendo que o inciso II do art. 46 trata da avaliação institucional interna e externa no ambiente educacional e, o inciso III trata da avaliação de redes de Educação Básica, temas explicitados nos art. 52 e 53 da mesma Resolução. Para o CNE (2010, p. 16):

Art. 52. A avaliação institucional interna deve ser prevista no projeto político pedagógico e detalhada no plano de gestão, realizada anualmente, levando em consideração as orientações contidas na regulamentação vigente, para rever o conjunto de objetivos e metas a serem concretizados, mediante ação dos diversos segmentos da comunidade educativa, o que pressupõe delimitação de indicadores compatíveis com a missão da escola, além de clareza quanto ao que seja qualidade social da aprendizagem e da escola.

Art. 53. A avaliação de redes de Educação Básica ocorre periodicamente, é realizada por órgãos externos à escola e engloba os resultados da avaliação institucional, sendo que os resultados dessa avaliação sinalizam para a sociedade se a escola apresenta qualidade suficiente para continuar funcionando como está.

Implantar o SEAP/RS em todas as suas fases – local, regional e estadual – significa concretizar um processo que reafirma a avaliação como um instrumento importante para explicitar os processos internos que ocorrem em cada instância, com o objetivo de diagnosticar quali e quantitativamente a Rede Estadual de Ensino

e qualificar a gestão, aprofundando o controle público com inovação, participação e transversalidade.

No Sistema Estadual de Avaliação Participativa é fundamental participação e compromisso de todos, pois é por meio dessa dinâmica que se reforça o diálogo entre os agentes sociais internos e externos na análise institucional da Rede Estadual de Ensino, constituindo-se, portanto, um momento pedagógico importante de reflexão sobre a educação estadual.

O SEAP/RS também possibilitará consolidar a colaboração com as Instituições de Ensino Superior, em um grande movimento de pensar a SEDUC, as CREs e as escolas: sua gestão, sua prática pedagógica, suas condições físicas e materiais, fazendo um diagnóstico qualitativo do sistema educativo gaúcho, com vistas a detectar suas limitações, seus avanços e suas possibilidades para oferecer uma educação pública de qualidade social, e, a partir deste diagnóstico, promover mudanças de prática e direcionamento da política educacional necessárias visando à melhoria da qualidade social da educação. O diagnóstico da Rede Estadual também poderá apontar a necessidade de mudanças e aperfeiçoamento da formação docente.

CONSTITUIÇÃO DO SEAP/RS

O SEAP/RS é constituído por um conjunto de cinco (5) **Cadernos de Avaliação**. Deste conjunto, em três (3) Cadernos (Nº 2, Nº 3 e Nº 4) estão explicitadas as dimensões, os indicadores e os descritores, com as suas respectivas pontuações, que avaliarão as escolas, as CREs e o órgão central da SEDUC e que estão no portal operacional e de gestão on-line do SEAP/RS (<https://eap.rs.gov.br>), customizado pela Companhia de Processamento de Dados do Estado do Rio Grande do Sul – Procergs, que contém os indicadores qualitativos e quantitativos necessários para a realização da avaliação institucional.

Os demais Cadernos (Nº 1 e Nº 5) apresentam orientações e o roteiro de avaliação dos alunos. A saber:

- **CADERNO DE AVALIAÇÃO Nº1:**
Orientações para elaboração da Avaliação Institucional
- **CADERNO DE AVALIAÇÃO Nº2**
Roteiro para Avaliação Coletiva das Dimensões Institucionais da Escola
- **CADERNO DE AVALIAÇÃO Nº3**
Roteiro para Avaliação Coletiva das Dimensões Institucionais da CRE
- **CADERNO DE AVALIAÇÃO Nº4**
Roteiro para Avaliação Coletiva das Dimensões Institucionais da SEDUC
- **CADERNO DE AVALIAÇÃO Nº5**
Roteiro para Avaliação Individual de Desempenho do Aluno

INDICADORES DO PROCESSO DE AVALIAÇÃO

Indicadores Quantitativos – apresentam um conjunto de informações com o objetivo de auxiliar os segmentos da comunidade escolar a conhecer melhor a escola como um todo. As informações são atualizadas e mostram dados sobre o Índice de Desenvolvimento da Educação Básica – IDEB (do Ensino Fundamental e do Ensino Médio, em série histórica), função docente, taxas de aprovação, reprovação e abandono, por etapa de ensino.

Indicadores Qualitativos: consistem nas seis dimensões e seus respectivos indicadores e descritores, que serão avaliados de forma participativa pelos representantes escolhidos em cada fase do SEAP/RS, conforme orientações contidas no Caderno de Avaliação Nº 1.

CADERNO DE AVALIAÇÃO Nº 1

Orientações para elaboração da Avaliação Institucional

Este **Caderno de Avaliação Nº 1** contém as orientações e os procedimentos para a avaliação institucional das Escolas, das Coordenadorias Regionais de Educação (CRE) e do órgão central da SEDUC, os quais serão fundamentais para nutrir o processo operacional do Sistema Estadual de Avaliação Participativa (SEAP/RS), bem como as instruções para o acesso ao sistema informatizado.

O processo de Avaliação Institucional é anual (Decreto nº 48.744/2011, art. 3º). São três as fases de avaliação do SEAP/RS:

Fase Local: Escola

Fase Regional: Coordenadorias Regionais de Educação (CREs)

Fase Estadual: Secretaria Estadual de Educação (SEDUC).

O processo de avaliação de cada fase desenvolve-se em três etapas distintas, com tarefas e constituição diferenciadas, mas simultâneas. Nas duas primeiras etapas devem ser escolhidos representantes que constituirão a **Comissão Representativa de Elaboração e Acompanhamento da Avaliação Institucional**.

O quadro a seguir demonstra as três etapas do processo de avaliação:

ETAPA	TAREFA	PERÍODO
1ª Etapa	Elaboração do Diagnóstico Preliminar	Entre 15 e 31 de outubro
2ª Etapa	Reuniões de cada segmento da comunidade escolar /setor/departamento para analisar o diagnóstico preliminar. Discussão, posicionamento e escolha de representantes para compor a Comissão Representativa de Elaboração e Acompanhamento da Avaliação Institucional.	Entre 1º e 30 de novembro
3ª Etapa	Consolidação da avaliação institucional pela Comissão Representativa de Elaboração e Acompanhamento da Avaliação Institucional.	Entre 1º e 15 de dezembro

Orientações para a Fase Local

Avaliação Institucional da Escola

1ª Etapa: Elaboração do diagnóstico preliminar pelo Conselho Escolar. Este diagnóstico se dará a partir da análise das seis dimensões contidas no **Caderno de Avaliação Nº 2** e dos indicadores quantitativos contidos no portal operacional do SEAP/RS (<https://eap.rs.gov.br>) e será a base para as discussões nas reuniões dos diferentes segmentos da comunidade escolar.

A seguir é apresentado um roteiro para a elaboração e discussão do diagnóstico preliminar.

ROTEIRO PARA O DIAGNÓSTICO PRELIMINAR

DIMENSÕES	INDICADORES TEMATIZADOS
Dimensão 1	<ul style="list-style-type: none">• Planejamento e monitoramento de metas/ações;• Socialização das informações para todos os segmentos do Conselho Escolar;• Atuação efetiva do Conselho Escolar e participação nas redes de serviço de apoio existentes na comunidade;• Mediação de conflitos que ocorrem no cotidiano da escola.
Dimensão 2	<ul style="list-style-type: none">• Condições adequadas nas instalações gerais e dos espaços de convivência (salas de aula, salas dos setores, espaço cultural, sanitários, quadra de esporte, biblioteca, laboratórios, cozinha, refeitório, dentre outros) com espaço físico que atenda às necessidades de acesso;• Manutenção predial;• Condições adequadas do espaço para prática de esporte e lazer;• Acessibilidade.
Dimensão 3	<ul style="list-style-type: none">• Suficiência, estabilidade e assiduidade dos professores e funcionários;• Utilização das Tecnologias da Informação e Comunicação (TICs);• Clima favorável no coletivo de trabalho;• Práticas de separação de lixo na escola e em sala de aula.
Dimensão 4	<ul style="list-style-type: none">• Discussão e encaminhamentos na comunidade escolar para reduzir a reprovação e melhorar a taxa de permanência dos alunos;• Atendimento especializado a alunos com deficiência;• Condições adequadas da alimentação e de transporte escolar.
Dimensão 5	<ul style="list-style-type: none">• Formação inicial e continuada dos professores;• Participação dos profissionais nas ações de formação promovidas pela SEDUC e Coordenadoria Regional de Educação (CRE).
Dimensão 6	<ul style="list-style-type: none">• Projeto Político Pedagógico (PPP) construído e conhecido por toda a comunidade escolar;• Plano de Trabalho e de Aula articulados ao Plano de Estudos e ao Projeto Político Pedagógico;• Clima favorável à aprendizagem em sala de aula;• Material didático-pedagógico para o trabalho em sala de aula;• Apoio a alunos com defasagem de aprendizagem e proposta de correção de fluxo;• Práticas pedagógicas interdisciplinares, inovadoras e criativas voltadas à investigação e à pesquisa, à inclusão das diversidades, de estímulo à leitura e à escrita e atividades culturais e desportiva;• Estímulo à participação dos alunos nos fóruns da escola;• Plano de trabalho específico e estratégias diferenciadas para os estudos de recuperação;• Estímulo à prática da autoavaliação e participação dos alunos na avaliação da aprendizagem.

2ª Etapa: Reuniões de cada segmento da comunidade escolar, para conhecimento, discussão e posicionamento em relação ao diagnóstico preliminar elaborado pelo Conselho Escolar e apresentado por um ou mais de seus membros. As reuniões podem ocorrer no horário normal da escola, sendo que aquelas que envolverem o segmento alunos são consideradas letivas. Nessas reuniões deverão ser escolhidos um coordenador e um relator, que sistematizarão as propostas oriundas dos debates. Ao coordenador compete organizar a dinâmica dos trabalhos, de forma a possibilitar tempo para que as seis dimensões possam ser discutidas, e, no final da reunião, organizar o processo de escolha dos representantes daquele segmento para compor a **Comissão Representativa de Elaboração e Acompanhamento da Avaliação Institucional da Escola**, responsável pelo trabalho da terceira etapa do processo de avaliação institucional. Ao relator compete assessorar o coordenador, registrar o debate e, no final da reunião, apresentar a síntese da discussão submetendo-a a aprovação da plenária.

No segmento que realizar mais de uma reunião (como o dos alunos, em que a discussão será por turma) o conjunto do material referente aos debates sobre o diagnóstico preliminar deverá ser encaminhado aos representantes daquele segmento para elaboração de uma única síntese antes do início da 3ª etapa. Esta síntese será a base do trabalho da etapa seguinte, pois será ela que orientará a análise dos indicadores e suas respectivas pontuações.

Nesta etapa a participação é direta, devendo ser convocados todos os integrantes de cada segmento da comunidade escolar.

Para fins desta avaliação, são considerados SEGMENTOS DA COMUNIDADE ESCOLAR:

- **Alunos:** todos os alunos do quinto (5º) ano do Ensino Fundamental em diante ou aqueles acima de doze (12) anos.
- **Professores e Funcionários:** todos os profissionais lotados na escola, sejam eles efetivos ou temporários.
- **Pais e Mães:** todos os responsáveis legais ou reconhecidos pela escola por estudantes matriculados no estabelecimento de ensino.

OBS: A participação dos membros do magistério público estadual será computada nos termos do Decreto nº 48.743/2011, Letra E2.

Quanto à participação dos alunos, devem ser observadas as seguintes orientações:

I - Os alunos deverão inicialmente reunir-se nas respectivas turmas, devendo ao final dos debates eleger representantes que integrarão a Comissão Representativa de Elaboração e Acompanhamento da Avaliação Institucional da Escola.

II – Nas escolas com um número muito grande de turmas, será necessário realizar uma segunda rodada de escolha de representantes de alunos, para adequar ao número de representantes proposto para constituir a Comissão Representativa de Elaboração e Acompanhamento da Avaliação Institucional da Escola.

A **Comissão Representativa de Elaboração e Acompanhamento da Avaliação Institucional da Escola** deve ter sua composição de acordo com as seguintes faixas:

- **Escolas com até 100 alunos:** no máximo de dezoito (18) membros, resguardando a proporcionalidade de 1/3 (um terço) para cada segmento.
- **Escolas com 101 a 500 alunos:** no mínimo dezoito (18) e no máximo trinta (30) membros, resguardando a proporcionalidade de 1/3 de professores e funcionários, 1/3 de alunos e 1/3 de pais de alunos da escola.
- **Escolas com 501 a 1.000 alunos:** no mínimo trinta (30) e no máximo quarenta e cinco (45) membros, resguardando a proporcionalidade de 1/3 de professores e funcionários, 1/3 de alunos e 1/3 de pais de alunos da escola.
- **Escolas com mais de 1.001 alunos:** no mínimo quarenta e cinco (45) e no máximo sessenta (60) membros, resguardando a proporcionalidade de 1/3 de professores e funcionários, 1/3 de alunos e 1/3 de pais de alunos da escola.

3ª Etapa: É a etapa de consolidação da avaliação institucional. Instalada a Comissão Representativa de Elaboração e Acompanhamento da Avaliação Institucional da Escola, integrada pelos representantes de cada segmento anteriormente escolhidos, inicialmente a direção da escola deverá acessar o SEAP/RS on-line. Na sequência, deverá ser escolhido um coordenador dos trabalhos, que organizará o processo de debate dos indicadores, um a um. A inserção da pontuação de cada indicador e sua justificativa no portal operacional do SEAP/RS (<https://eap.rs.gov.br>) compete à direção da escola ou a um membro da Comissão designado por ela, assim como o processo de salvamento dos dados, tudo na presença da Comissão.

Após o debate e a inserção da pontuação e justificativa **de todos os cinquenta indicadores**, a direção da escola, na presença da Comissão, vai enviar a avaliação institucional. Este procedimento é realizado **clikando no botão "concluir"**, que se encontra no portal operacional do SEAP/RS (<https://eap.rs.gov.br>), no lado direito da página inicial do Caderno Nº 2.

Para o preenchimento das pontuações e justificativa de cada indicador, que são em número de cinquenta (50), poderá ser necessário agendar mais de uma reunião.

As reuniões da 3ª etapa deverão ser agendadas e informadas previamente a todos os membros da Comissão escolhidos e **deverão ocorrer em dia e horário adequado à participação dos representantes da comunidade escolar, fora do horário letivo**. Todas as reuniões deverão ter seus devidos registros, ou seja, ata contendo a lista dos participantes, discriminando os segmentos.

OBS: A participação dos membros do magistério público estadual será computada nos termos do Decreto nº 48.743/2011, Letra C2.

Orientações para a Fase Regional

Avaliação Institucional da CRE

1ª Etapa: Elaboração do diagnóstico preliminar pelos coordenadores de cada setor da CRE. O diagnóstico se dará a partir da análise das seis dimensões contidas no **Caderno de Avaliação Nº 3** e dos indicadores quantitativos contidos no portal operacional do SEAP/RS (<https://eap.rs.gov.br>).

A seguir é apresentado um roteiro para a elaboração e discussão do diagnóstico preliminar.

ROTEIRO PARA O DIAGNÓSTICO PRELIMINAR	
DIMENSÕES	INDICADORES TEMATIZADOS
Dimensão 1	<ul style="list-style-type: none"> • Planejamento e monitoramento de metas/ações; • Socialização das informações com assessores e servidores; • Mediação de conflitos que ocorrem no cotidiano da escola; • Agilidade e prontidão na tomada das decisões, nos fluxos de processos, na execução dos programas e projetos; • Utilização e atualização de dados nos sistemas de informações; • Acolhimento adequado e ágil ao público em geral, respeitando a diversidade.
Dimensão 2	<ul style="list-style-type: none"> • Condições adequadas de trabalho; • Manutenção predial; • Acessibilidade.
Dimensão 3	<ul style="list-style-type: none"> • Suficiência, estabilidade e assiduidade dos assessores e servidores; • Condições adequadas dos equipamentos de trabalho; • Clima favorável no coletivo de trabalho; • Práticas de separação de lixo.
Dimensão 4	<ul style="list-style-type: none"> • Diagnóstico atualizado das escolas da Rede Estadual de Ensino; • Assessoramento e monitoramento às políticas de acesso às vagas e de expansão das vagas no Ensino Médio; • Monitoramento às políticas de manutenção e qualificação da infraestrutura e modernização tecnológica das escolas; • Assessoramento e monitoramento à política de gestão de pessoas; • Política de formação continuada para os professores e servidores da CRE; • Assessoramento e monitoramento às políticas que visam aumentar as taxas de permanência e de aprovação e o nível de proficiência dos alunos; • Assessoramento e monitoramento às ações de apoio aos alunos com

	<ul style="list-style-type: none"> defasagem de aprendizagem e distorção idade/série; Assessoramento e monitoramento aos Programas de Alimentação Escolar, de Transporte Escolar, Ensino Médio Inovador, Mais Educação, PDE-Interativo, Ensino Médio Politécnico, Escola de Tempo Integral, dentre outros; Assessoramento e monitoramento à política de inclusão e ao Atendimento Educacional Especializado (AEE); Assessoramento e monitoramento à política para mediação de conflitos; autonomia financeira; Assessoramento e monitoramento da atualização de informações e da alimentação de dados realizadas pelas escolas.
Dimensão 5	<ul style="list-style-type: none"> Formação inicial e continuada dos professores; Participação dos profissionais em encontros de formação continuada com utilização dos aportes teóricos e metodológicos na prática profissional.
Dimensão 6	<ul style="list-style-type: none"> Suficiência de equipamentos e materiais para desenvolver o trabalho de assessoria; Assessoramento e monitoramento às questões político-pedagógicas, administrativas e financeiras às escolas; Prática de interpretação e de uso dos indicadores oficiais de avaliação e resultados específicos das escolas.

2ª Etapa: Reunião (ões) do coletivo de cada Setor da CRE, para conhecimento, discussão e posicionamento em relação ao diagnóstico preliminar elaborado pelos coordenadores de cada Setor. Nas reuniões deverão ser escolhidos um coordenador e um relator, que sistematizarão as propostas oriundas dos debates. Ao coordenador compete organizar a dinâmica dos trabalhos, de forma a possibilitar tempo para que as seis dimensões possam ser discutidas, e, no final da reunião, organizar o processo de escolha dos representantes daquele Setor para compor a **Comissão Representativa de Elaboração e Acompanhamento da Avaliação Institucional da CRE**, responsável pelo trabalho da terceira etapa do processo de avaliação institucional. Ao relator compete assessorar o coordenador, registrar o debate e, no final da reunião, apresentar a síntese da discussão submetendo-a a aprovação dos servidores.

A **Comissão Representativa de Elaboração e Acompanhamento da Avaliação Institucional da CRE** deverá ter no **máximo dezoito (18) membros** e expressar a pluralidade dos Setores da Coordenadoria Regional de Educação de forma equitativa.

OBS: A participação dos membros do magistério público estadual será computada nos termos do Decreto nº 48.743/2011, Letra E2.

3ª Etapa: É a etapa de consolidação da avaliação institucional. Instalada a Comissão Representativa de Elaboração e Acompanhamento da Avaliação Institucional da CRE, integrada pelos representantes de cada Setor anteriormente escolhidos, inicialmente o Coordenador (a) Geral da CRE deverá acessar o SEAP/RS on-line. Na sequência, deverá ser escolhido um coordenador dos trabalhos, que organizará o processo de debate dos indicadores, um a um. A inserção da pontuação de cada indicador e sua justificativa no portal operacional do SEAP/RS (<https://eap.rs.gov.br>) compete ao Coordenador (a) Geral ou a um membro da Comissão designado por ele (a), assim como o processo de salvamento dos dados, tudo na presença da Comissão.

Após o debate e a inserção da pontuação e justificativa **de todos os cinquenta indicadores**, o Coordenador (a) Geral, na presença da Comissão, vai enviar a avaliação institucional. Este procedimento é realizado **clikando no botão "concluir"**, que se encontra no portal operacional do SEAP/RS (<https://eap.rs.gov.br>), no lado direito da página inicial do Caderno Nº 3.

Para o preenchimento das pontuações e justificativa de cada indicador, que são em número de cinquenta (50), poderá ser necessário agendar mais de uma reunião.

As reuniões da 3ª etapa deverão ser agendadas e informadas previamente a todos os membros da Comissão escolhidos e **deverão ocorrer em dia e horário adequado à participação dos representantes escolhidos, fora do horário de expediente**. Todas as reuniões deverão ter seus devidos registros, ou seja, ata contendo a lista dos participantes, discriminando os segmentos.

OBS: A participação dos membros do magistério público estadual será computada nos termos do Decreto nº 48.743/2011, Letra C2.

Orientações para a Fase Estadual Avaliação Institucional da SEDUC

1ª Etapa: Elaboração do diagnóstico preliminar pelos diretores de cada departamento da SEDUC, mais três representantes do Gabinete do Secretário, sendo um da Assessoria Técnica (AT), um da Assessoria Jurídica (AJU) e um da Assessoria de Comunicação Social (ACS). O diagnóstico se dará a partir da análise das seis dimensões contidas no **Caderno de Avaliação Nº 4** e dos indicadores quantitativos contidos no portal operacional do SEAP/RS (<https://eap.rs.gov.br>)

A seguir é apresentado um roteiro para a elaboração e discussão do diagnóstico preliminar.

ROTEIRO PARA O DIAGNÓSTICO PRELIMINAR

DIMENSÕES	INDICADORES TEMATIZADOS
Dimensão 1	<ul style="list-style-type: none">• Planejamento e monitoramento de metas/ações;• Socialização das informações com assessores e servidores;• Mediação de conflitos que ocorrem no cotidiano da escola;• Agilidade e prontidão na tomada das decisões, nos fluxos de processos, na execução dos programas e projetos;• Utilização e atualização de dados nos sistemas de informações;• Acolhimento adequado e ágil ao público em geral, respeitando a diversidade.
Dimensão 2	<ul style="list-style-type: none">• Condições adequadas de trabalho;• Manutenção predial;• Acessibilidade.
Dimensão 3	<ul style="list-style-type: none">• Suficiência, estabilidade e assiduidade dos assessores e servidores;• Condições adequadas dos equipamentos de trabalho;• Clima favorável no coletivo de trabalho;• Práticas de separação de lixo.
Dimensão 4	<ul style="list-style-type: none">• Diagnóstico atualizado das escolas da Rede Estadual de Ensino;• Assessoramento e monitoramento às políticas de acesso às vagas e de expansão das vagas no ensino médio;• Monitoramento às políticas de manutenção e qualificação da infraestrutura e modernização tecnológica das escolas;• Política de gestão de pessoas;• Política de formação continuada para os professores e servidores da SEDUC;• Políticas que visam aumentar as taxas de permanência e de aprovação e o nível de proficiência dos alunos;• Políticas voltadas aos alunos com defasagem de aprendizagem e distorção idade/série;• Monitoramento aos Programas de Alimentação Escolar, de Transporte Escolar, Ensino Médio Inovador, Mais Educação, PDE-Interativo, Ensino Médio Politécnico, Escola de Tempo Integral, dentre outros;• Monitoramento à política de inclusão e ao Atendimento Educacional Especializado (AEE);• Política para mediação de conflitos; autonomia financeira.
Dimensão 5	<ul style="list-style-type: none">• Formação inicial e continuada dos professores;• Participação dos profissionais em encontros de formação continuada com utilização dos aportes teóricos e metodológicos na prática profissional.
Dimensão 6	<ul style="list-style-type: none">• Suficiência de equipamentos e materiais para desenvolver o trabalho de assessoria;• Assessoramento às questões político-pedagógicas, administrativas e financeiras às escolas;• Prática de interpretação e de uso dos indicadores oficiais de avaliação e resultados específicos das escolas.

2ª Etapa: Reunião (ões) do coletivo de cada departamento da SEDUC e dos integrantes da Assessoria do Gabinete (AT, AJU, ACS), para conhecimento, discussão e posicionamento em relação ao diagnóstico preliminar elaborado pelos diretores de cada Departamento. Nas reuniões deverão ser escolhidos um coordenador e um relator, que sistematizarão as propostas oriundas dos debates. Ao coordenador compete organizar a dinâmica dos trabalhos, de forma a possibilitar tempo para que as seis dimensões possam ser discutidas e, no final da reunião, organizar o processo de escolha dos representantes do respectivo Departamento para compor a **Comissão Representativa de Elaboração e Acompanhamento da Avaliação Institucional da SEDUC**, responsável pelo trabalho da terceira etapa do processo de avaliação institucional. Ao relator compete assessorar o coordenador, registrar o debate e, no final da reunião, apresentar a síntese da discussão submetendo-a a aprovação dos servidores.

A **Comissão Representativa de Elaboração e Acompanhamento da Avaliação Institucional da SEDUC** será composta por três representantes de cada Departamento e do Gabinete, perfazendo vinte e um (21) membros, que serão os responsáveis pela execução da terceira etapa.

OBS: A participação dos membros do magistério público estadual será computada nos termos do Decreto nº 48.743/2011, Letra E2.

3ª Etapa: É a etapa de consolidação da avaliação institucional. Instalada a Comissão Representativa de Elaboração e Acompanhamento da Avaliação Institucional da SEDUC, integrada pelos representantes de cada Departamento e Gabinete anteriormente escolhidos, inicialmente o Secretário deverá acessar o SEAP/RS on-line. Na sequência, deverá ser escolhido um coordenador dos trabalhos, que organizará o processo de debate dos indicadores, um a um. A inserção da pontuação de cada indicador e sua justificativa no portal operacional do SEAP/RS (<https://eap.rs.gov.br>) Secretário ou a um membro da Comissão por ele designado, assim como o processo de salvamento dos dados, tudo na presença da Comissão.

Após o debate e a inserção da pontuação e justificativa **de todos os cinquenta indicadores**, o Secretário, na presença da Comissão, vai enviar a avaliação institucional. Este procedimento é realizado **clikando no botão "concluir"**, que se encontra no portal operacional do SEAP/RS (<https://eap.rs.gov.br>), no lado direito da página inicial do Caderno Nº 4.

Para o preenchimento das pontuações e justificativa de cada indicador, que são em número de cinquenta (50), poderá ser necessário agendar mais de uma reunião.

As reuniões da 3ª etapa deverão ser agendadas e informadas previamente a todos os membros da Comissão escolhidos e **deverão ocorrer em dia e horário adequado à participação dos representantes escolhidos, fora do horário de expediente**. Todas as reuniões deverão ter seus devidos registros, ou seja, ata contendo a lista dos participantes, discriminando os segmentos.

OBS: A participação dos membros do magistério público estadual será computada nos termos do Decreto nº 48.743/2011, Letra C2.

REFERÊNCIAS

Conselho Nacional de Educação. RESOLUÇÃO Nº 4, de 13 de julho de 2010.
Define Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais para a Educação Básica.

ANEXOS

ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
ASSEMBLEIA LEGISLATIVA
Gabinete de Consultoria Legislativa

DECRETO Nº 48.744, DE 28 DE DEZEMBRO DE 2011

(publicado no DOE nº 250 de 29 de dezembro de 2011)

Institui o Sistema Estadual de Avaliação Participativa do Estado do Rio Grande do Sul – SEAP/RS, e dá outras providências.

O **GOVERNADOR DO ESTADO RIO GRANDE DO SUL**, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 82, incisos V e VII da Constituição do Estado, e

considerando a necessidade de efetuar o levantamento de métodos pedagógicos e de gestão onde se observem resultados satisfatórios e que possam ser utilizados como parâmetro permitindo a adoção de práticas mais adequadas e compatíveis com a realidade da educação no Estado do Rio Grande do Sul;

considerando a necessidade de obter informações mais detalhadas sobre cada uma das instâncias que compõe a Rede Estadual de Ensino e seus participantes, estabelecendo mecanismos que compartilhem essas informações de forma a aprofundar a reflexão coletiva sobre o tema;

considerando a necessidade de discutir os problemas enfrentados pela Rede Estadual de Ensino com a comunidade escolar, permitindo que sejam apresentadas sugestões de melhoria na qualidade da educação e aperfeiçoamento das políticas públicas;

considerando a necessidade de implementar programas e projetos de apoio ao ensino e à aprendizagem, com o objetivo de aumentar as taxas de aprovação e o índice de frequência no Ensino Fundamental e no Ensino Médio, possibilitando o aumento dos índices de desempenho da Educação Básica nas avaliações nacionais, bem como o aumento do Índice de Desenvolvimento da Educação Básica – IDEB projetado;

considerando a necessidade de qualificar as instituições de educação públicas do Estado do Rio Grande do Sul por meio da valorização profissional, com a consolidação de um sistema que permita o acompanhamento contínuo dos professores e especialistas de educação, visando o seu desempenho e aprimoramento;

considerando a necessidade de implementar um Sistema Estadual de Avaliação único, envolvendo processos institucionais, indicadores e descrições previamente estabelecidos; e

considerando a necessidade de consolidar parcerias com as Instituições de Ensino Superior que permitam avaliar as escolas, sua gestão, sua prática pedagógica, suas condições físicas e materiais, possibilitando a identificação das dificuldades e possibilidade de promover mudanças de prática e direcionamento da política educacional.

DECRETA:

Art. 1º Fica instituído o Sistema Estadual de Avaliação Participativa do Estado do Rio Grande do Sul – SEAP/RS, no âmbito da Rede Estadual de Ensino, sob a coordenação da

Secretaria da Educação – SEDUC, que adotará as medidas necessárias à sua efetiva implementação.

Parágrafo único. Compreende-se por Rede Estadual de Ensino o conjunto de Escolas da Rede Pública Estadual, as Coordenadorias Regionais de Educação – CREs, e a Secretaria da Educação.

Art. 2º O SEAP/RS é uma política pública de Estado, de caráter sistêmico e com foco nas instituições e nas pessoas que atuam nas escolas, fornecendo análises abrangentes das dimensões, estruturas, objetivos, relações, atividades, compromissos, responsabilidades sociais das diferentes instâncias e equipamentos públicos da educação estadual.

Art. 3º O SEAP/RS será aplicado anualmente nos níveis e modalidades existentes em todas as escolas públicas estaduais urbanas e rurais, podendo ser estendido às escolas municipais e particulares mediante assinatura de termo de adesão por suas respectivas mantenedoras.

Art. 4º O SEAP/RS tem por finalidade elaborar diagnósticos qualitativos que permitam compreender, com mais profundidade do que as avaliações nacionais, a realidade educacional do Estado do Rio Grande do Sul, de forma a incidir na formulação e/ou implementação das políticas educacionais locais.

Art. 5º A composição do SEAP/RS envolverá processos institucionais e individuais de desempenho dos órgãos e unidades escolares que compõem a Rede Estadual de Ensino e dos alunos.

§ 1º A avaliação institucional será desenvolvida pelos professores e funcionários que atuam nos órgãos da educação, com a efetiva participação da comunidade escolar quando ocorrer nos estabelecimentos de ensino, com a função de analisar, verificar e aferir *in loco* a situação das Escolas, das CREs e da SEDUC.

§ 2º A avaliação individual abrangerá o desempenho dos alunos.

Art. 6º As dimensões, os indicadores e as descrições dos processos institucional e individual a que se refere o art. 5º deste Decreto, serão definidos por regulamentos expedidos pela SEDUC, com ampla divulgação.

Art. 7º São fases do SEAP/RS:

I - Fase Local: realizada em cada estabelecimento de ensino da Rede Pública Estadual;

II - Fase Regional: realizada no âmbito de cada uma das CREs, com a elaboração do diagnóstico interno de cada Coordenadoria e a organização dos resultados regionais a serem encaminhados à SEDUC; e

III - Fase Estadual: realizada no âmbito da SEDUC com a finalidade de monitorar as avaliações institucionais elaboradas em cada um dos estabelecimentos de ensino e nas CREs, além de coordenar a avaliação dentro do órgão central, que serão enviados às instituições de ensino superior para a interpretação dos dados produzidos nas diferentes fases.

Art. 8º Será criado o Comitê de Acompanhamento e Análise do processo de avaliação, composto por especialistas designados pelas Instituições de Ensino Superior devidamente

conveniadas com a SEDUC, com a função de acompanhar o processo, analisar e interpretar os dados produzidos nas fases local, regional e estadual de avaliação.

Art. 9º A avaliação do percurso individual do aluno será aferida por amostragem nas quatro áreas de conhecimento – Linguagens, Matemática, Ciências da Natureza e Ciências Humanas, de forma articulada aos processos de avaliação nacional, desenvolvidos pelo Ministério da Educação no âmbito da Educação Básica.

§ 1º A articulação ao Sistema Nacional de Avaliação da Educação Básica – SAEB compreende a seleção de escolas típicas onde a aplicação das avaliações nacionais será complementada por provas estaduais nas áreas do conhecimento de Ciências da Natureza e Ciências Humanas.

§ 2º O Índice de Desenvolvimento da Educação Básica – IDEB será utilizado como critério para selecionar as CREs e as escolas típicas onde na amostragem serão aplicadas as provas complementares referidas no § 1º do art. 9º deste Decreto.

Art. 10. Este decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se o Decreto nº 45.300, de 30 de outubro de 2007.

PALÁCIO PIRATINI, em Porto Alegre, 28 de dezembro de 2011.

Manual do Usuário

SEAP - Sistema Estadual de Avaliação Participativa

Este documento foi produzido por

	PROCERGS
	Praça dos Açorianos, s/nº CEP 90010-340 Porto Alegre, RS (51) 3210-3100 http://www.procergs.com.br

Sobre este documento

O objetivo deste documento consiste em apresentar as funcionalidades e os recursos do sistema, a fim de possibilitar a realização de todas as atividades inerentes ao perfil do usuário.

Como orientação, comece lendo o tópico "sobre", que contém orientações necessárias para o melhor entendimento dos demais itens.

	Atenção	Indica que a operação requer um cuidado especial.
---	---------	---

Sumário

1	SOBRE O SISTEMA.....	1
1.1	Apresentação do módulo SEAP/RS.....	1
1.2	Requisitos de Funcionamento.....	1
1.3	Acesso ao Sistema (Login)	1
1.3.1	Troca de senha.....	2
1.3.2	Logout	2
1.4	Página Inicial	3
1.5	Informações de Uso do Sistema	3
1.5.1	Botões da barra de funções.....	3
2	FUNCIONALIDADES DO SEAP	4
2.1	Módulo SEAP/RS	4
2.1.1	Perfil Escola	4
2.1.2	Perfil da CRE	4
2.1.3	Perfil da SEDUC	4
2.1.3.1	Preencher Caderno	5
2.1.3.1.1	Janela Caderno da Escola/CRE/SEDUC.....	7
2.1.3.1.2	Janela Caderno de Avaliação da Escola/CRE/SEDUC	8
2.1.3.1.3	Janela Formulário Avaliação	9
2.1.3.2	Consultar resumo das pontuações das avaliações.....	10
2.1.3.2.1	Janela Síntese por indicador.....	10
2.1.3.3	Consultar resumo das avaliações filtrando-as por CREs, Municípios e Escolas	11
2.1.3.3.1	Janela Síntese por indicadores com filtros	12
3	GLOSSÁRIO	13

1 Sobre o sistema

1.1 Apresentação do módulo SEAP/RS

Política pública de Estado que busca construir diagnósticos qualitativos de todas as instâncias da Rede Estadual de Ensino para aperfeiçoar a gestão educacional e o controle público e incidir na melhoria do processo de ensino-aprendizagem com vistas a alcançar uma educação de qualidade social com cidadania.

1.2 Requisitos de Funcionamento

Para o funcionamento do sistema é necessário:

- Microcomputador padrão PC;
- CPU velocidade 1GHz ou superior (Intel, AMD ou compatível);
- Memória RAM 1GB ou mais;
- Placa de Vídeo com suporte à resolução mínima de 800x600;
- Acesso à Internet;
- Windows XP, Windows Vista ou Windows 7 - (32 ou 64 bits);
- Teclado padrão ABNT2.

1.3 Acesso ao Sistema (Login)

Para acessar o sistema, siga os passos abaixo:

1. No navegador de sua preferência, informe o endereço de acesso <http://eap.rs.gov.br>

Você visualiza a janela de identificação da Secretaria da Educação.

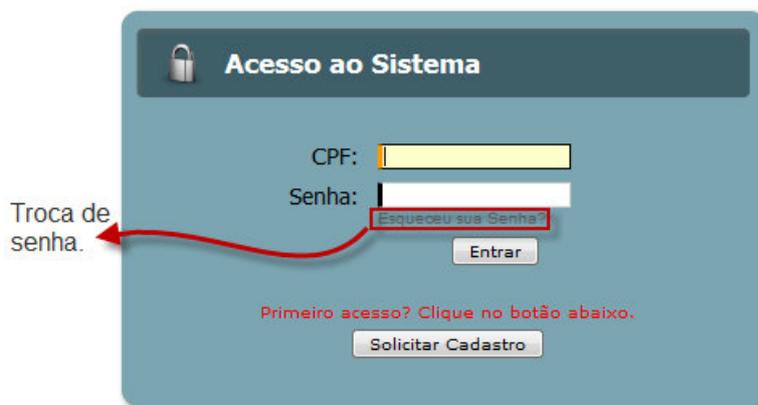
2. No quadro **Acesso ao Sistema**, campo **CPF**, informe a sua matrícula.
3. No campo **Senha**, informe a sua identidade funcional.
4. Clique no botão **Entrar**.

Você visualiza a janela inicial do sistema, **Caderno da Escola/CRE/SEDUC**.

1.3.1 Troca de senha

Para trocar a senha do seu usuário, siga os passos abaixo:

1. Na página de acesso ao sistema, clique no link **Esqueceu sua Senha?**



Você visualiza a janela **Alteração de Senha**.

2. Informe a senha atual no primeiro campo.
3. Informe a nova senha nos campos seguintes.
4. Clique no botão **OK**.

1.3.2 Logout

Para encerrar (fechar) uma sessão do sistema, clique no ícone  ou no botão  do navegador.

1.4 Página Inicial

Página Inicial Usuário: ER Órgão:

SEAP/RS Clique neste link para retornar à esta página inicial, quando estiver preenchendo um caderno ou acessando outras guias. Você visualiza o nome do seu usuário e órgão que pertence.

Escola Síntese por indicador Guias do sistema.

Caderno da Escola

SISTEMA ESTADUAL DE AVALIAÇÃO PARTICIPATIVA - SEAP/RS

Escola: ESC Diretor: ER

O SEAP, através de suas dimensões, indicadores e descritores, constitui-se em um instrumento pedagógico importante de reflexão coletiva sobre o trabalho realizado em cada instância da Rede Estadual de Ensino, possibilitando a qualificação destas instâncias para assegurar uma educação de qualidade social que a contemporaneidade exige.

Caderno de Avaliação número 2 - Instituição de Ensino Clique neste link para iniciar o preenchimento dos cadernos.

Diagnóstico do Caderno de Avaliação número 2 - Instituição de Ensino

Documento para download

Data: 17/09/2012 - 10:11:49 / Último acesso (17/09/2012) - Usuários On-Line SIMEC - Fale Conosco Manual | Tx.: 0,2982s / 4,21

1.5 Informações de Uso do Sistema

1.5.1 Botões da barra de funções

Botões	Descrição
	Clique neste botão para entrar em contato com o responsável pela aplicação.
	Clique neste botão para acessar a ajuda on-line.
	Clique neste botão para adicionar a página atual na lista de favoritos.
	Clique neste botão para imprimir a página atual.
	Clique neste botão para sair do sistema.

2

Funcionalidades do SEAP

2.1 Módulo SEAP/RS

As escolas públicas, Coordenadorias Regionais de Educação e a Secretaria Estadual da Educação avaliam os indicadores e preenchem o caderno.

2.1.1 Perfil Escola

O perfil de usuário da escola possui as ações de preenchimento do **Caderno de Avaliação Nº 2** e consulta ao resumo das pontuações dos formulários de avaliação já preenchidos da escola.

Para obter mais informações de como executar essas ações, consulte os tópicos:

- Preencher Caderno (página 5);
- Consultar Resumo das pontuações das avaliações (página 10).

As guias habilitadas para este perfil são: **Escola** (página inicial) e **Síntese por indicador**.

2.1.2 Perfil da CRE

O perfil de usuário da CRE possui as ações de preenchimento do **Caderno de Avaliação Nº 3** e consulta ao resumo das pontuações dos formulários de avaliação. É possível selecionar formulários de CRES, municípios e escolas específicas.

Para obter mais informações de como executar essas ações, consulte os tópicos:

- Preencher Caderno (página 5);
- Consultar resumo das avaliações, filtrando-as por CRES, Municípios e Escolas (página 11).

As guias habilitadas para este perfil são: **CRE** (página inicial), **Lista CRES**, **Lista Municípios**, **Lista Escolas** e **Síntese por indicador**.

2.1.3 Perfil da SEDUC

O perfil de usuário da SEDUC possui as ações de preenchimento do **Caderno de Avaliação Nº 4** e consulta ao resumo das pontuações dos formulários de avaliação já preenchidos. É possível selecionar formulários de CRES, municípios e escolas específicas.

Para obter mais informações de como executar essas ações, consulte os tópicos:

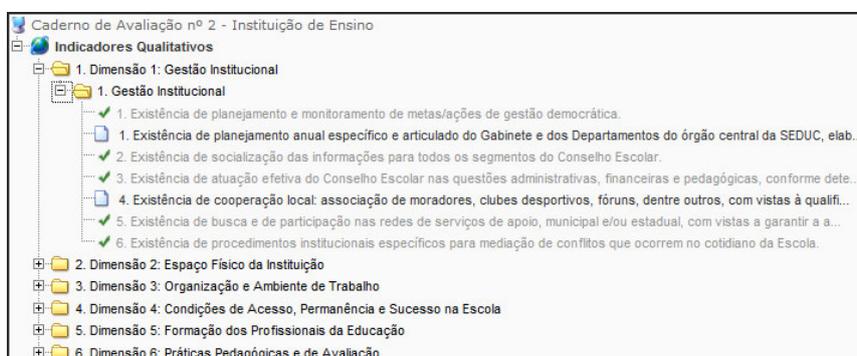
- Preencher Caderno (página 5);
- Consultar resumo das avaliações, filtrando-as por CRES, Municípios e Escolas (página 11).

As guias habilitadas para este perfil são: **SEDUC** (página inicial), **Lista CRES**, **Lista Municípios**, **Lista Escolas** e **Síntese por indicador**.

2.1.3.1 Preencher Caderno

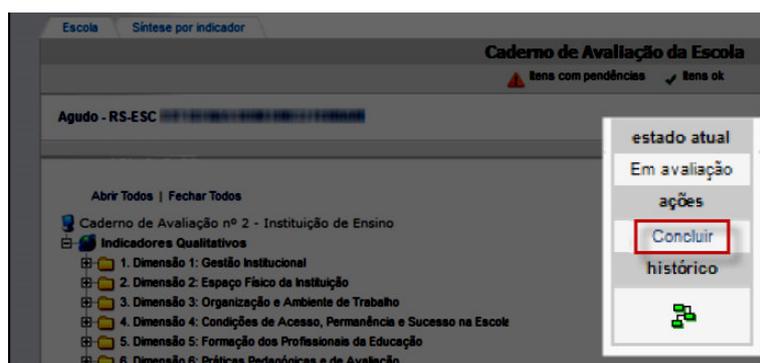
Para preencher o caderno dos formulários de avaliação, siga os passos abaixo:

1. Acesse o sistema com suas credenciais.
Você visualiza a janela **Caderno da Escola/CRE/SEDUC**.
2. Clique no link **Caderno de avaliação de número (2/3/4)**.
Você visualiza a janela **Caderno de Avaliação da Escola/CRE/SEDUC**.
3. Clique no botão  para expandir a árvore com o conteúdo das dimensões, áreas e indicadores.
4. Clique no item com o ícone , que identifica o formulário de avaliação que deve ser preenchido.



Você visualiza a janela **Formulário Avaliação**.

5. Assinale o campo referente à pontuação que deseja para o indicador analisado.
6. Na caixa de texto **Justificativa** informe o motivo da sua escolha de pontuação.
7. Clique no botão **Salvar**.
8. Clique no botão **Próximo** para avançar ao próximo formulário de avaliação.
9. Repita os passos 5 a 8 para todos os formulários de avaliação.
10. Ao completar todos os formulários, clique no botão **Concluir**, localizado no quadro à direita da janela **Caderno de Avaliação da Escola/CRE**.





O perfil da SEDUC não habilita as ações de concluir e consulta ao histórico, portanto, o passo 10 não é necessário.

2.1.3.1.1 Janela Caderno da Escola/CRE/SEDUC

Página Inicial Usuário: Órgão:

SEAP/RS

SEAP/RS

Escola Síntese por indicador

Caderno da Escola

SISTEMA ESTADUAL DE AVALIAÇÃO PARTICIPATIVA - SEAP/RS

Escola: ESC
Diretor:

O SEAP, através de suas dimensões, indicadores e descritores, constitui-se em um instrumento pedagógico importante de reflexão coletiva sobre o trabalho realizado em cada instância da Rede Estadual de Ensino, possibilitando a qualificação destas instâncias para assegurar uma educação de qualidade social que a contemporaneidade exige.

Caderno de Avaliação número 2 - Instituição de Ensino ②

Diagnóstico do Caderno de Avaliação número 2 - Instituição de Ensino

Documento para download

Data: 17/09/2012 - 11:26:56 / Último acesso (17/09/2012) - Usuários On-Line SIMEC - Fale Conosco Manual | Tx.: 0,3317s / 4,21

	<p>Ao acessar o sistema com diferentes perfis, o título da janela varia.</p> <p>Caderno da CRE OU Caderno da SEDUC</p>
---	--

2.1.3.1.2 Janela Caderno de Avaliação da Escola/CRE/SEDUC

Campo/ Botão	Descrição
Estado atual	Apresenta o estado atual do caderno de avaliação. Não Iniciado – Caderno que não teve nenhum formulário de avaliação preenchido. Em Avaliação – Caderno que começou a ser preenchido, mas não foi concluído ainda. Concluídos – Caderno concluído em que todos os formulários de avaliação foram preenchidos.
Histórico 	Clique neste botão para visualizar o histórico de tramitações. Você visualiza a seguinte janela. <div data-bbox="454 1413 1342 1576" style="border: 1px solid black; padding: 5px; margin: 10px 0;"> <p style="text-align: center;">Histórico de Tramitações Instrumento de Diagnóstico SEC</p> <p style="text-align: right;">Estado atual: Em avaliação</p> <p style="text-align: center;"><input type="button" value="Fechar"/></p> </div>
Abrir Todos	Clique neste botão para expandir todos os indicadores das pastas das dimensões e áreas.
Fechar Todos	Clique neste botão para fechar todos os indicadores e pastas que foram expandidos.
	Botão para expandir os itens.
	Botão para recolher os itens expandidos.

	<p>Ao acessar o sistema com diferentes perfis, o título da janela varia.</p> <p style="text-align: center;">Caderno de Avaliação da CRE</p> <p style="text-align: center;">OU</p> <p style="text-align: center;">Caderno de Avaliação da SEDUC</p>
---	--

2.1.3.1.3 Janela Formulário Avaliação

Página Inicial Usuário: STIELER Órgão:

SEAP/RS

Escola Síntese por indicador

Formulário Avaliação ◀ Indica Campo Obrigatório.

Agudo - RS-ESC

Dimensão: 1. Dimensão 1: Gestão Institucional

Área: 1. Gestão Institucional

Indicador: 1. Existência de planejamento anual específico e articulado do Gabinete e dos Departamentos do órgão central da SEDUC, elaborado pelo secretário, diretores, assessores e servidores dos respectivos Departamentos e conhecido pelas Coordenadorias Regionais de Educação (CREs).

Pontuação	Critérios (Preenchimento Obrigatório)
<input type="radio"/>	5. Existe planejamento anual específico e articulado em cada Departamento, elaborado pelo secretário e diretor e por todos os assessores e servidores que atuam no respectivo Departamento e conhecido por todas as CREs.
<input type="radio"/>	4. Existe planejamento anual específico e articulado em cada Departamento, elaborado pelo secretário e diretor e pela maioria dos assessores e servidores que atuam no respectivo Departamento e conhecido por todas as CREs.
<input type="radio"/>	3. Existe planejamento anual específico em cada Departamento, conhecido pela maioria dos assessores e servidores que atuam no respectivo Departamento e por todas as CREs, mas o planejamento é elaborado apenas pelo secretário, diretor e alguns assessores e não é articulado.
<input type="radio"/>	2. Existe planejamento anual específico em cada Departamento, conhecido por alguns assessores e servidores que atuam no respectivo Departamento e por algumas CREs, mas o planejamento é elaborado apenas pelo secretário e diretores e não é articulado.
<input type="radio"/>	1. Não existe planejamento anual específico e articulado nos Departamentos.
<input type="radio"/>	0. NSA

Justificativa: 500 máximo de caracteres

Demanda potenciais:

Salvar Anterior Próximo

Data: 17/09/2012 - 15:59:07 / Último acesso (17/09/2012) - Usuários On-Line SIMEC - Fale Conosco Manual | Tx.: 0,2038s / 4,19

Botão	Descrição
Salvar	Clique neste botão sempre que completar o preenchimento de um dos formulários de avaliação.
Anterior	Clique neste botão para retornar a um formulário de avaliação de uma dimensão, área ou indicador anterior.
Próximo	Clique neste botão para avançar a um formulário de avaliação de uma dimensão, área ou indicador superior.

2.1.3.2 Consultar resumo das pontuações das avaliações

1. Acesse o sistema com suas credenciais.
Você visualiza a janela **Caderno da Escola**.
2. Clique na guia **Síntese por indicador**.
Você visualiza o resumo das avaliações com o número dos indicadores, as pontuações e as justificativas, organizadas por dimensões, na janela **Síntese por indicador**.
3. Consulte as informações desejadas.

2.1.3.2.1 Janela Síntese por indicador

Página Inicial Usuário: [nome] Órgão: [nome]

SEAP/RS

Escola Síntese por indicador

Síntese por indicador

Neste item, agregam-se as planilhas dos quadros de Sistematização dos Créditos de Pontuação e Sistematização Geral por Dimensão.

Agudo - RS - ESC

1. Dimensão 1: Gestão Institucional			
indicador	pontuação	justificativa	
1	5	Teste documentação.	
2	3	Teste.	
3	3	Justificativa teste 1.	
6	5	Justificativa 2.	

2. Dimensão 2: Espaço Físico da Instituição			
indicador	pontuação	justificativa	
7	4	Justificativa 22.	
8	4	Justificativa 33.	
10	3	Teste documentação.	
12	3	Teste documentação.	
13	4	Teste documentação.	
14	3	Teste documentação.	
15	3	Teste documentação.	
16	3	Teste documentação.	
18	3	Teste documentação.	

3. Dimensão 3: Organização e Ambiente de Trabalho			
indicador	pontuação	justificativa	
20	4	Teste documentação.	
21	4	Teste documentação.	
22	2	Teste documentação.	

2.1.3.3 Consultar resumo das avaliações, filtrando-as por CREs, Municípios e Escolas

1. Acesse o sistema com suas credenciais.
Você visualiza a janela **Caderno da CRE/SEDUC**.
2. Clique na guia **Lista CREs**.
Você visualiza a guia **Lista CREs**.
3. Na coluna **Ação**, clique no botão  referente à CRE na qual deseja consultar avaliações.
Você visualiza a guia **Lista Municípios**.
4. Na coluna **Ação**, clique no botão  referente ao município no qual deseja consultar avaliações.
Você visualiza a guia **Lista Escolas**.
5. Na coluna **Diagnóstico**, clique no botão  referente à escola desejada.
Você visualiza o resumo das avaliações na guia **Síntese por indicador**.
6. Consulte as informações desejadas (janela **Síntese por indicadores com filtros**).

	<p>Não é necessário utilizar todas as guias para filtrar as avaliações.</p> <p>É possível utilizar somente as lista de CREs para visualizar o resumo das avaliações, clicando no botão  da coluna Diagnóstico.</p> <p>É possível filtrar diretamente pela lista de municípios. Já a lista de escolas não é visível sem selecionar um município antes.</p>
---	---

2.1.3.3.1 Janela Síntese por indicadores com filtros

SEAP/RS

SEAP/RS

CRE Lista CREs Lista Municípios Lista Escolas Síntese por indicador

Ação	Diagnóstico	CRE	Código
<input checked="" type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>	03 * CRE - ESTRELA	3

Total de registros: 3

3

CRE Lista CREs Lista Municípios Lista Escolas Síntese por indicador

Ação	Município	Código	UF
<input checked="" type="checkbox"/>	Anta Gorda		03 RS
<input checked="" type="checkbox"/>	Arroio do Meio		08 RS
<input checked="" type="checkbox"/>	Bom Retiro do Sul		02 RS
<input checked="" type="checkbox"/>	Canudos do Vale		14 RS

4

CRE Lista CREs Lista Municípios Lista Escolas Síntese por indicador

Diagnóstico	Escola	Código	Situação
<input checked="" type="checkbox"/>	ESC EST ENS MED I		12 não iniciado

Total de Registros: 1

5

CRE Lista CREs Lista Municípios Lista Escolas Síntese por indicador

Síntese por indicador

Neste item, agregam-se as planilhas dos quadros de Sistematização dos Créditos de Pontuação e Sistematização Geral por Dimensão.

Estrela - RS - 03 * CRE - ESTRELA

1. Dimensão 1: Gestão Institucional

indicador	pontuação	justificativa
1	1	Existe planejamento do coordenador geral com os setores, é articulado entre os funcionários e setores da CRE, mas somente algumas ações são conhecidas pelas escolas e órgão central da seduc.
2	4	Existe monitoramento mas não é formal e a valiação é sempre realizada para melhorar a gestão e ações.

3

Glossário

Dimensões: São os aspectos mais gerais, que fazem a integração das esferas institucionais macro e micro, cuja ênfase consiste nas grandes características institucionais que, no seu conjunto, organizam uma identidade que será avaliada: ambiente de trabalho, prática pedagógica, prática da avaliação, gestão institucional, formação, condições de trabalho, ambiente físico da instituição e acesso, permanência e sucesso na escola.

Indicadores (Perguntas): Partes integrantes de uma dimensão, os indicadores representam características de sua dimensão. São os aspectos da realidade educacional a ser avaliada.

Descritores: São os detalhamentos dos indicadores, que apontam dos pontos fortes aos mais fracos de cada indicador, ou seja, são critérios de avaliação que auxiliam no acompanhamento do processo educacional.

Caderno: Instrumento de avaliação.

ANEXO E - Sistema Estadual de Avaliação Participativa -SEAP-RS -Caderno 2

Secretaria da Educação



SISTEMA ESTADUAL DE AVALIAÇÃO PARTICIPATIVA SEAP/RS

CADERNOS DE AVALIAÇÃO Nº 2

**Roteiro para Avaliação Coletiva das Dimensões
Institucional da
ESCOLA
Outubro 2012**

**SISTEMA ESTADUAL DE AVALIAÇÃO PARTICIPATIVA
SEAP-RS**

OUTUBRO 2012

GOVERNADOR DO ESTADO

TARSO GENRO

SECRETÁRIO DE ESTADO DA EDUCAÇÃO

JOSE CLOVIS DE AZEVEDO

SECRETÁRIA-ADJUNTA DA EDUCAÇÃO

MARIA EULALIA NASCIMENTO

CHEFE DE GABINETE

SIMONE MOSNA DEMOLY

ASSESSORIA TÉCNICA

COORDENADOR: JOSÉ THADEU RODRIGUES DE ALMEIDA

ASSESSORIA JURÍDICA

AGENTE SETORIAL: ERNESTO JOSÉ TONIOLO

COORDENADOR: EDSON MENDES

ASSESSORIA DE IMPRENSA

COORDENADORA: MARCELA MARTINS SANTOS

DEPARTAMENTO PEDAGÓGICO

DIRETOR: SILVIO JANDIR DA SILVA ROCHA

DEPARTAMENTO DE PLANEJAMENTO

DIRETORA: DOLORIS OCAMPOS

DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS

DIRETORA: VIRGÍNIA MARIA DA SILVA NASCIMENTO

DEPARTAMENTO ADMINISTRATIVO

DIRETOR: CLAUDIO SOMMACAL

DEPARTAMENTO DE LOGÍSTICA E SUPRIMENTO

DIRETORA: ANA CLAUDIA FIGUEROA

DEPARTAMENTO DE ARTICULAÇÃO COM OS MUNICÍPIOS

DIRETOR: ANTONIO MARANGON

EQUIPE DE ELABORAÇÃO

SILVIO ROCHA (DIRETOR PEDAGÓGICO)

MARIA EULALIA NASCIMENTO (SECRETÁRIA-ADJUNTA)

ROSA MOSNA (ASSESSORA TÉCNICA DO GABINETE DO DEPARTAMENTO PEDAGÓGICO)

GUILENE SALERNO (ASSESSORA TÉCNICA DO GABINETE DO SECRETÁRIO)

APRESENTAÇÃO

O Programa de Governo da Gestão 2011-2014 foi orientado pela concepção de educação de qualidade social como direito de cidadania. Uma das diretrizes do Programa é a “Democratização e Qualidade do Ensino com Cidadania”, que se desdobra nos seguintes eixos estratégicos:

- Qualificação e Democratização da Gestão;
- Valorização Profissional;
- Modernização Tecnológica e Recuperação Física da Rede Estadual de Ensino;
- Reestruturação Curricular da Educação Básica e Formação Continuada.

Dentre as ações que buscam materializar o eixo da “Qualificação e Democratização da gestão”, que tem como objetivo a busca da melhoria da qualidade da educação básica pública, está a instituição do Sistema Estadual de Avaliação Participativa (SEAP/RS), por meio do Decreto nº 48.744, de 28 de dezembro de 2011.

O SEAP/RS, com suas seis dimensões e cinquenta indicadores e respectivos descritores, possibilitará às escolas, às Coordenadorias Regionais (CREs) e ao órgão central da Secretaria Estadual de Educação (SEDUC) realizar uma reflexão sobre as ações e condições sob as quais está sendo desenvolvido o processo de ensino-aprendizagem na Rede Estadual de Ensino.

Atualmente, para que se atinja uma educação de qualidade social com cidadania, é indispensável que as instituições educacionais elaborem planejamento de gestão pautado por um método participativo e pedagógico e monitorem sua execução permanentemente. Esses procedimentos permitirão a análise constante do processo de ensino-aprendizagem e dos seus resultados e a utilização desses dados como elementos de reorganização e ressignificação da prática escolar. Também concorrerão

para estabelecer ações que promovam uma cultura pedagógica comprometida com a aprendizagem de todos.

Desta forma, refletir com a comunidade escolar as dificuldades e possibilidades da Rede Estadual de Ensino significa estimular o aperfeiçoamento das instituições e das políticas educacionais. Este é o grande diferencial do SEAP/RS: ele envolverá a comunidade escolar na produção de diagnóstico e de alternativas para qualificar a educação pública estadual.

Esta avaliação institucional também contribuirá para a consolidação de princípios e conceitos que fundamentam o trabalho na Rede Estadual de Ensino e estruturam o cotidiano das escolas, como gestão democrática, participação, conhecimento como construção do sujeito, avaliação emancipatória, dentre outros.

É importante destacar que o SEAP/RS vai ao encontro das orientações contidas na Resolução Nº 4/2010 do Conselho Nacional de Educação (CNE), que trata das Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais para a Educação Básica, sendo que o inciso II do art. 46 trata da avaliação institucional interna e externa no ambiente educacional e, o inciso III trata da avaliação de redes de Educação Básica, temas explicitados nos art. 52 e 53 da mesma Resolução. Para o CNE (2010, p. 16):

Art. 52. A avaliação institucional interna deve ser prevista no projeto político pedagógico e detalhada no plano de gestão, realizada anualmente, levando em consideração as orientações contidas na regulamentação vigente, para rever o conjunto de objetivos e metas a serem concretizados, mediante ação dos diversos segmentos da comunidade educativa, o que pressupõe delimitação de indicadores compatíveis com a missão da escola, além de clareza quanto ao que seja qualidade social da aprendizagem e da escola.

Art. 53. A avaliação de redes de Educação Básica ocorre periodicamente, é realizada por órgãos externos à escola e engloba os resultados da avaliação institucional, sendo que os resultados dessa avaliação sinalizam para a sociedade se a escola apresenta qualidade suficiente para continuar funcionando como está.

Implantar o SEAP/RS em todas as suas fases – local, regional e estadual – significa concretizar um processo que reafirma a avaliação como um instrumento importante para explicitar os processos internos que ocorrem em cada instância, com o objetivo de diagnosticar quali e quantitativamente a Rede Estadual de Ensino e qualificar a gestão, aprofundando o controle público com inovação, participação e transversalidade.

No Sistema Estadual de Avaliação Participativa é fundamental participação e compromisso de todos, pois é por meio dessa dinâmica que se reforça o diálogo entre os agentes sociais internos e externos na análise institucional da Rede Estadual de Ensino, constituindo-se, portanto, um momento pedagógico importante de reflexão sobre a educação estadual.

O SEAP/RS também possibilitará consolidar a colaboração com as Instituições de Ensino Superior, em um grande movimento de pensar a SEDUC, as CREs e as escolas: sua gestão, sua prática pedagógica, suas condições físicas e materiais, fazendo um diagnóstico qualitativo do sistema educativo gaúcho, com vistas a detectar suas limitações, seus avanços e suas possibilidades para oferecer uma educação pública de qualidade social, e, a partir deste diagnóstico, promover mudanças de prática e direcionamento da política educacional necessárias visando à melhoria da qualidade social da educação. O diagnóstico da Rede Estadual também poderá apontar a necessidade de mudanças e aperfeiçoamento da formação docente.

Dimensões, Indicadores e Descritores

As dimensões, os indicadores e os descritores aqui apresentados baseiam-se nas orientações de várias organizações governamentais e não governamentais: Ação Educativa, Unicef, Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento, Inep, Campanha Nacional pelo Direito à Educação, Centro de Estudos e Pesquisa em Educação, Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação, Conselho Nacional dos Secretários de Educação, Fundação Abrinq, Fundescola-MEC, Seif-MEC, Seesp-MEC, Caise-MEC, PAR-MEC, IBGE, Instituto Pólis, Ipea, Undime e Uncme. São, portanto, resultado de extensa parceria entre organizações comprometidas com a melhoria contínua da qualidade social da educação.

Para facilitar a visualização do que propomos, é necessário conceituar o que entendemos por Dimensões, Indicadores e Descritores:

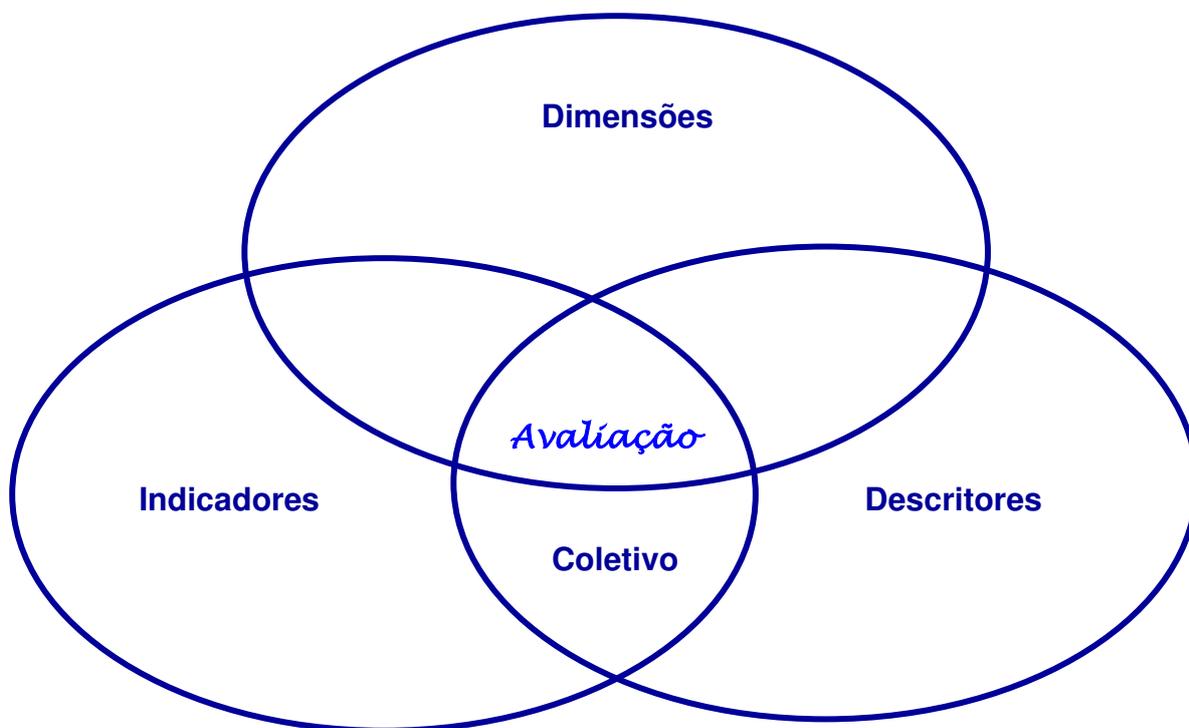
As **DIMENSÕES** são os aspectos mais gerais, que fazem a integração das esferas institucionais macro e micro, cuja ênfase são as grandes características ou traços institucionais que, no seu conjunto, organizam uma identidade que será avaliada: ambiente de trabalho, prática pedagógica, prática da avaliação, gestão institucional, formação, condições de trabalho, ambiente físico da instituição e acesso, permanência e sucesso na escola.

Cada Dimensão é composta por **INDICADORES**, que revelam algum aspecto peculiar daquela dimensão. Portanto, os indicadores são a expressão das situações de realidade a ser observada, avaliada e analisada.

Os **DESCRITORES** são os desdobramentos e os detalhamentos dos indicadores, que apontam a qualidade e gradação (dos pontos fortes aos mais fracos) das condições da existência de cada indicador (apontam como aquele indicador estaria bem ou mal). Assim, os descritores manifestam-se como critérios de avaliação que auxiliam no acompanhamento do processo educacional.

As Dimensões, os Indicadores e os Descritores são definidos como elementos importantes de determinada realidade, que ajudam na sua visão diagnóstica.

O diagrama a seguir sintetiza os aspectos que compõem os tópicos a serem avaliados no Sistema Estadual de Avaliação Participativa (SEAP/RS):



Este «**Caderno de Avaliação nº 2: Roteiro para Avaliação Coletiva das Dimensões Institucionais da Escola**» contém um roteiro que permite avaliar coletivamente seis (6) dimensões institucionais compostas por cinquenta (50) indicadores. Este roteiro deverá ser respondido pelos segmentos da comunidade escolar.

O documento visa, igualmente, fornecer às instituições informações para planejar e realizar a avaliação institucional participativa, indicando os principais procedimentos e produções a realizar.

Avaliação Coletiva das Dimensões Institucionais

Com o conjunto das dimensões institucionais a seguir apontadas busca-se diagnosticar a Rede Estadual de Ensino, verificando se as diferentes instâncias estão dando conta das suas atribuições e, sobretudo, em seu principal aspecto, fazer com que os alunos aprendam com a qualidade cidadã necessária, já que esta é responsabilidade do Estado em suas diversas instituições.

Os indicadores e descritores apontados nas dimensões dão uma ideia da real situação do sistema educacional e fornecem informações consistentes, periódicas e indispensáveis sobre a qualidade do que se faz, concretamente, em cada espaço de trabalho, por meio de um processo sistemático de análise, julgamento e replanejamento do Sistema e das pessoas que o mantêm.

O conjunto dos aspectos a serem observados é o seguinte:

DIMENSÃO 1 – GESTÃO INSTITUCIONAL

- 1) Existência de planejamento e monitoramento de metas/ações de gestão democrática.
- 2) Existência de socialização das informações para todos os segmentos do Conselho Escolar.
- 3) Existência de atuação efetiva do Conselho Escolar nas questões administrativas, financeiras e pedagógicas, conforme determina a Lei nº10.576/1995, alterada pelas Leis nº11.695/2001 e nº13.990/2012.
- 4) Existência de cooperação local: associação de moradores, clubes desportivos, fóruns, dentre outros, com vistas à qualificação da gestão.
- 5) Existência de busca e de participação nas redes de serviço de apoio, municipais e/ou estadual, com vistas a garantir a aprendizagem (saúde e assistência do escolar).
- 6) Existência de procedimentos institucionais específicos para mediação de conflitos que ocorrem no cotidiano da escola.

DIMENSÃO 2 – ESPAÇO FÍSICO DA INSTITUIÇÃO

- 7) Existência de condições adequadas nas instalações gerais (salas de aula, salas dos setores, espaço cultural, sanitários, quadra de esporte, biblioteca, laboratórios, cozinha, refeitório, dentre outros) com espaço físico que atenda as necessidades de acesso.
- 8) Existência de manutenção predial (pintura, reposição de vidros, telhado, pisos, dentre outros) e de projetos complementares (elétrico, hidráulico, plano de prevenção contra incêndio – PPCI, dentre outros).
- 9) Existência de condições adequadas no pátio escolar, área coberta e área verde constituindo-se em espaços de convivência aos alunos da Escola.
- 10) Existência de condições adequadas nas salas de aula e salas dos setores: tamanho, ventilação, iluminação, higiene, acústica e mobiliário, conforme normas existentes.
- 11) Existência de condições adequadas nos sanitários: local (com ventilação, iluminação, higiene e acesso), capacidade de atendimento, aparelhos e instalações hidrossanitárias completas (azulejos, vasos, pia, descarga), conforme normas existentes.
- 12) Existência de condições adequadas na biblioteca: sala própria com espaço para leitura e consulta (com ventilação, iluminação natural, higiene, acústica e acesso); mobiliário e acervo suficiente e atualizado; e atendimento nos turnos.
- 13) Existência de condições adequadas na cozinha e despensa: local (com ventilação, iluminação, higiene e asseio), equipamentos (fogão, geladeira, freezer, batedeira e liquidificador), utensílios (panelas, pratos, talheres e copos) e limpeza da caixa d'água de acordo com as normas da Agência Nacional de Vigilância Sanitária (ANVISA).
- 14) Existência de condições adequadas no refeitório: local (com ventilação, iluminação, higiene, acústica e acesso) e mobiliário.
- 15) Existência de condições adequadas no laboratório de informática: local (com ventilação, iluminação, higiene, acústica e acesso), tamanho, mobiliário, equipamentos e acesso à Internet.
- 16) Existência de condições adequadas no laboratório de Ciências: local (com ventilação, iluminação, higiene, acústica e acesso), tamanho e equipamentos.
- 17) Existência de condições no laboratório de aprendizagem: local adequado (com ventilação, iluminação, higiene, acústica e acesso), tamanho, materiais pedagógicos e equipamentos.
- 18) Existência de condições adequadas do espaço para prática de esporte e lazer.

- 19) Existência de acessibilidade plena: rampa, corrimão, banheiro adaptado, piso podotátil, alargamento de portas, acesso às dependências da escola, conforme estabelece a Lei Federal nº10.098/2000.

DIMENSÃO 3 – ORGANIZAÇÃO E AMBIENTE DE TRABALHO

- 20) Suficiência e assiduidade dos professores.
- 21) Suficiência e assiduidade dos funcionários de escola.
- 22) Existência de estabilidade dos professores.
- 23) Existência de estabilidade dos funcionários de escola.
- 24) Utilização das Tecnologias da Informação e Comunicação (TICs).
- 25) Existência de clima favorável no coletivo de trabalho: boas relações interpessoais, práticas solidárias, participação e pertencimento.
- 26) Existência de práticas de separação de lixo na escola e em sala de aula.

DIMENSÃO 4 – CONDIÇÕES DE ACESSO, PERMANÊNCIA E SUCESSO NA ESCOLA

- 27) Existência de discussão e encaminhamentos na comunidade escolar para reduzir a reprovação e melhorar a taxa de permanência dos alunos.
- 28) Existência de Atendimento Educacional Especializado (AEE) e/ou Sala de Recursos Multifuncional.
- 29) Existência de condições adequadas da alimentação escolar.
- 30) Existência de condições adequadas do transporte escolar (higiene, segurança, assentos e horários).

DIMENSÃO 5 – FORMAÇÃO DOS PROFISSIONAIS DA EDUCAÇÃO

- 31) Formação inicial dos professores.
- 32) Existência de ações de formação continuada na escola.
- 33) Existência de participação dos profissionais nas ações de formação continuada promovidas pela SEDUC e Coordenadoria Regional de Educação (CRE) com socialização e utilização dos aportes teóricos e metodológicos na prática docente.

DIMENSÃO 6 – PRÁTICAS PEDAGÓGICAS E DE AVALIAÇÃO

- 34) Existência de Projeto Político Pedagógico (PPP) construído e conhecido por toda a comunidade escolar.
- 35) Existência de plano de trabalho e de aula articulados ao Plano de Estudos e ao Projeto Político Pedagógico (PPP).
- 36) Existência de clima favorável à aprendizagem em sala de aula/turmas: boas relações interpessoais, práticas solidárias, pertencimento ao coletivo, diálogo permanente entre professor/aluno e entre aluno/aluno.
- 37) Existência e suficiência de material didático-pedagógico para todas as áreas do conhecimento e/ou componentes curriculares.
- 38) Existência de plano didático de apoio a alunos com defasagem de aprendizagem e proposta de correção de fluxo.
- 39) Existência de práticas pedagógicas interdisciplinares.
- 40) Existência de práticas voltadas à inclusão das diversidades (social, cultural, ideológica, étnica, de gênero, de orientação sexual, religiosa, pessoas com deficiências).
- 41) Existência de projetos de estímulo à leitura e à escrita, dirigidos a professores e alunos.
- 42) Existência de atividades culturais e desportivas articuladas ao Projeto Político Pedagógico da Escola.
- 43) Existência de estímulo à participação dos alunos nas instituições e fóruns da escola (conselho escolar, grêmios estudantis, assembleias) e fóruns externos (movimentos sociais, entre outros).
- 44) Existência de plano de trabalho específico e estratégias diferenciadas para os estudos de recuperação.
- 45) Existência de práticas de ensino inovadoras e criativas voltadas à investigação e à pesquisa.
- 46) Existência de socialização do Projeto Político Pedagógico da Escola e dos resultados das avaliações com os pais de alunos.
- 47) Existência de estímulo à prática da autoavaliação.
- 48) Existência de participação dos alunos na avaliação da aprendizagem: pré-conselhos, conselhos de classe participativos, assembleias.
- 49) Prevalência dos aspectos qualitativos sobre os quantitativos na avaliação da aprendizagem dos alunos.

50) Existência de práticas de interpretação e de uso dos indicadores oficiais de avaliação (SAEB e IDEB) e dos resultados específicos da Instituição para estimular ou superar os resultados.

Escalas utilizadas na avaliação dos Indicadores:

Os Indicadores serão pontuados e justificados segundo os Descritores apresentados, os quais retratarão cinco (5) gradações diferentes, conforme a seguinte explicitação:

Valor 5 – Indicador que aponta, por meio do Descritor, a **situação ideal** de sua existência objetiva, mostrando o indicador em estado de excelência e que, portanto, já se encontra na condição desejada.

Valor 4 – Indicador que aponta, por meio do Descritor, a **situação muito boa** da sua existência objetiva, mostrando que aquele indicador necessita pequena mudança, mas, caso não ocorra esta mudança, isso não interfere em seu “estado da arte”.

Valor 3 – Indicador que aponta, por meio do Descritor, a **situação boa** de sua existência objetiva, mostrando que aquele indicador apresenta um potencial de mudanças para que se aproxime da condição desejada.

Valor 2 – Indicador que aponta, por meio do Descritor, a **situação precária** de sua existência objetiva, com os aspectos negativos sendo predominantes, indicando a necessidade de medidas imediatas para superação desta condição.

Valor 1 – Indicador que aponta, por meio do Descritor, a **situação crítica** de sua existência objetiva, existindo apenas aspectos negativos, indicando a necessidade de intervenções e mudanças estruturais para superação desta condição.

NSA – Não se aplica – Indicador em que não existe possibilidade de avaliar, seja por falta de informação, seja por que ele não se aplica à escola.

Etapas da avaliação coletiva das Dimensões Institucionais

O procedimento anual terá três etapas.

1ª etapa: será elaborado um diagnóstico preliminar pelo Conselho Escolar, a partir da análise das seis dimensões contidas no Caderno de Avaliação Nº 2 e dos indicadores quantitativos contidos no portal operacional do SEAP/RS (<https://eap.rs.gov.br>).

2ª etapa: serão realizadas reuniões de cada segmento da comunidade escolar para conhecimento, discussão e posicionamento em relação ao diagnóstico preliminar elaborado pelo Conselho Escolar. Nestas reuniões deverão ser escolhidos os representantes para compor a **Comissão Representativa de Elaboração e Acompanhamento da Avaliação Institucional da Escola**, responsável pelo trabalho da terceira etapa do processo de avaliação institucional.

3ª etapa: a Comissão Representativa de Elaboração e Acompanhamento da Avaliação Institucional da Escola, integrada pelos representantes de cada segmento anteriormente escolhidos, após o debate e tomada de decisões, lançará os dados no portal operacional do SEAP/RS (<https://eap.rs.gov.br>).

O detalhamento e os prazos para o processo de avaliação institucional estão contidos no Caderno de Avaliação Nº 1: Orientações para a elaboração da Avaliação Institucional.

A seguir a representação das três etapas:



No Sistema Estadual de Avaliação Participativa é fundamental a participação e o compromisso de todos, pois é por meio dessa dinâmica que se reforça o diálogo entre os agentes sociais internos e externos na análise institucional da Rede Estadual de Ensino constituindo-se, portanto, um momento pedagógico importante de reflexão sobre a educação estadual: suas limitações, avanços e possibilidades com vistas a oferecer uma educação pública de qualidade social.

Formulário com indicadores e descritores qualitativos:

Na sequência, é apresentado um formulário-roteiro que tem como objetivo orientar o debate e registrar as atividades desenvolvidas durante o processo de Avaliação Institucional do Sistema Estadual. Este Caderno servirá de base para o registro das informações a serem lançadas no Sistema informatizado.

DIMENSÃO 1: GESTÃO INSTITUCIONAL

Dimensão 1: Gestão Institucional							
Indicador	Descritores	Pontuação					
		1	2	3	4	5	NSA
1. Existência de planejamento e monitoramento de metas/ações de gestão democrática.	5. Existem planejamento e monitoramento sistemáticos de ações/metast de gestão democrática que envolva questões administrativas, pedagógicas e financeiras.						JUSTIFICATIVA:
	4. Existe planejamento sistemático de ações/metast de gestão democrática que envolva questões administrativas, pedagógicas e financeiras, mas não existe monitoramento de todas as questões.						
	3. Existem, na maioria das vezes, planejamento e monitoramento de ações/metast de gestão democrática que envolva apenas questões administrativas e financeiras.						
	2. Existe planejamento esporádico de ações/metast de gestão democrática que envolva apenas questões administrativas e financeiras, mas não existe monitoramento.						
	1. Não existem planejamento e monitoramento de ações/metast de gestão democrática que envolva questões administrativas, pedagógicas e financeiras.						

Etapas da avaliação coletiva das Dimensões Institucionais

O procedimento anual terá três etapas.

1ª etapa: será elaborado um diagnóstico preliminar pelo Conselho Escolar, a partir da análise das seis dimensões contidas no Caderno de Avaliação Nº 2 e dos indicadores quantitativos contidos no portal operacional do SEAP/RS (<https://eap.rs.gov.br>).

2ª etapa: serão realizadas reuniões de cada segmento da comunidade escolar para conhecimento, discussão e posicionamento em relação ao diagnóstico preliminar elaborado pelo Conselho Escolar. Nestas reuniões deverão ser escolhidos os representantes para compor a **Comissão Representativa de Elaboração e Acompanhamento da Avaliação Institucional da Escola**, responsável pelo trabalho da terceira etapa do processo de avaliação institucional.

3ª etapa: a Comissão Representativa de Elaboração e Acompanhamento da Avaliação Institucional da Escola, integrada pelos representantes de cada segmento anteriormente escolhidos, após o debate e tomada de decisões, lançará os dados no portal operacional do SEAP/RS (<https://eap.rs.gov.br>).

O detalhamento e os prazos para o processo de avaliação institucional estão contidos no Caderno de Avaliação Nº 1: Orientações para a elaboração da Avaliação Institucional.

A seguir a representação das três etapas:

Dimensão 1: Gestão Institucional							
Indicador	Descritores	Pontuação					
		1	2	3	4	5	NSA
<p>2. Existência de socialização das informações para todos os segmentos do Conselho Escolar.</p>	<p>5. Existe divulgação de todas as informações oriundas da Coordenadoria Regional de Educação, do órgão central da SEDUC e do Ministério da Educação aos quatro segmentos do Conselho Escolar.</p>						
	<p>4. Existe divulgação da maioria das informações oriundas da Coordenadoria Regional de Educação, do órgão central da SEDUC e do Ministério da Educação aos quatro segmentos do Conselho Escolar.</p> <p>3. Existe divulgação da maioria das informações oriundas da Coordenadoria Regional de Educação, do órgão central da SEDUC e do Ministério da Educação, mas apenas para alguns segmentos do Conselho Escolar.</p> <p>2. Existe divulgação de algumas informações oriundas da Coordenadoria Regional de Educação, do órgão central da SEDUC e do Ministério da Educação, mas apenas ao segmento dos professores.</p> <p>1. Não existe a prática de divulgar informações oriundas da Coordenadoria Regional de Educação, do órgão central da SEDUC e do Ministério da Educação aos segmentos do Conselho Escolar.</p>	JUSTIFICATIVA:					

Dimensão 1: Gestão Institucional							
Indicador	Descritores	Pontuação					
		1	2	3	4	5	NSA
3. Existência de atuação efetiva do Conselho Escolar nas questões administrativas, financeiras e pedagógicas, conforme determina a Lei nº10.576/1995, alterada pelas Leis nº11.695/2001 e nº13.990/2012	<p>5. Existe atuação efetiva de todos os segmentos do Conselho Escolar nas discussões e deliberações sobre questões administrativas, financeiras e pedagógicas, conforme determina a Lei nº10.576/95 alterada pelas Leis nº11.695/01 e nº13.990/12.</p>						
	<p>4. Existe atuação efetiva da maioria dos segmentos do Conselho Escolar nas discussões e deliberações sobre questões administrativas, financeiras e pedagógicas, conforme determina a Lei nº 10.576/95 alterada pelas Leis nº 11.695/01 e nº 13.990/12.</p> <p>3. Existe atuação efetiva de todos os segmentos do Conselho Escolar nas discussões e deliberações, conforme determina a Lei nº 10.576/95 alterada pelas Leis nº 11.695/01 e nº 13.990/12, mas restringe-se às questões administrativas e financeiras.</p> <p>2. Existe atuação efetiva de alguns segmentos do Conselho Escolar nas discussões e deliberações, conforme determina a Lei nº 10.576/95 alterada pelas Leis nº 11.695/01 e nº 13.990/12, mas restringe-se às questões administrativas e financeiras.</p> <p>1. Não existe atuação</p>	JUSTIFICATIVA:					

	<p>efetiva de todos os segmentos do Conselho Escolar nas discussões e deliberações sobre questões administrativas, financeiras e pedagógicas, conforme determina a Lei nº 10.576/95 alterada pelas Leis nº 11.695/01 e nº 13.990/12.</p>	
--	--	--

Dimensão 1: Gestão Institucional							
Indicador	Descritor	Pontuação					
		1	2	3	4	5	NSA
<p>4. Existência de cooperação local: associação de moradores, clubes desportivos, fóruns, dentre outros, com vistas à qualificação da gestão.</p>	<p>5. Existe cooperação sistemática com as diversas associações de moradores, clubes desportivos, fóruns existentes na comunidade escolar com vistas à qualificação da gestão.</p>						<p>JUSTIFICATIVA:</p>
	<p>4. Existe cooperação na maioria das situações com as diversas associações de moradores, clubes desportivos, fóruns existentes na comunidade escolar com vistas à qualificação da gestão.</p> <p>3. Existe cooperação com as diversas associações de moradores, clubes desportivos, fóruns existentes na comunidade escolar com vistas à qualificação da gestão apenas quando surgem situações que a escola não consegue resolver.</p> <p>2. Existe cooperação com as diversas associações existentes na comunidade escolar de moradores, clubes desportivos, fóruns com vistas à qualificação da gestão apenas quando surgem convites.</p> <p>1. Não existe cooperação com as diversas associações existentes na comunidade escolar de moradores, clubes desportivos, fóruns com vistas à qualificação da gestão.</p>						

Dimensão 1: Gestão Institucional							
Indicador	Descritores	Pontuação					
		1	2	3	4	5	NSA
<p>5. Existência de busca e de participação nas redes de serviços de apoio, municipal e/ou estadual, com vistas a garantir a aprendizagem (saúde e assistência do escolar).</p>	<p>5. Existem a busca e a participação sistemática nas redes de serviços de apoio, municipal e/ou estadual, com vistas a garantir a aprendizagem de todos os alunos (saúde e assistência do escolar).</p> <p>4. Existem a busca e a participação esporádica nas redes de apoio à educação com vistas a garantir a aprendizagem de todos os alunos (saúde e assistência do escolar).</p> <p>3. Existem a busca e a participação nas redes de apoio com vistas a garantir a aprendizagem de todos os alunos (saúde e assistência do escolar), apenas quando surgem situações que a escola não consegue resolver.</p> <p>2. Existe a participação nas redes de apoio com vistas a garantir a aprendizagem de todos os alunos (saúde e assistência do escolar), apenas quando surgem convites.</p> <p>1. Não existe a busca e a participação nas redes de apoio aos alunos (saúde e assistência do escolar).</p>						
		JUSTIFICATIVA:					

Dimensão 1: Gestão Institucional							
Indicador	Descritores	Pontuação					
		1	2	3	4	5	NSA
<p>6. Existência de procedimentos institucionais específicos para mediação de conflitos que ocorrem no cotidiano da Escola.</p>	<p>5. Existem procedimentos institucionais específicos para mediação de conflitos, conhecidos por todos os integrantes da comunidade escolar, e sempre utilizados.</p> <p>4. Existem procedimentos institucionais específicos para mediação de conflitos, conhecidos por todos os integrantes da comunidade escolar, utilizados na maioria das vezes.</p> <p>3. Existem procedimentos institucionais específicos para mediação de conflitos, conhecidos por todos os integrantes da comunidade escolar, mas utilizados esporadicamente.</p> <p>2. Existem procedimentos institucionais específicos para mediação de conflitos, mas conhecidos por uma minoria dos integrantes da comunidade escolar e raramente utilizados.</p> <p>1. Não existem procedimentos institucionais específicos para mediação de conflitos.</p>						
		JUSTIFICATIVA:					

DIMENSÃO 2: ESPAÇO FÍSICO DA INSTITUIÇÃO

Dimensão 2: Espaço Físico da Instituição							
Indicador	Descritores	Pontuação					
		1	2	3	4	5	NSA
7. Existência de condições adequadas nas instalações gerais (salas de aula, salas dos setores, espaço cultural, sanitários, quadra de esportes, biblioteca, laboratórios, cozinha, refeitório, dentre outros) com espaço físico que atenda as necessidades de acesso.	<p>5. Existem condições plenamente adequadas nas instalações gerais da Escola (salas de aula, salas dos setores, espaço cultural, sanitários, quadra de esportes, biblioteca, laboratórios, cozinha, refeitório, dentre outros) e o espaço físico atende às necessidades de acesso.</p> <p>4. Existem condições adequadas nas instalações gerais da Escola (salas de aula, salas dos setores, espaço cultural, sanitários, quadra de esportes, biblioteca, laboratórios, cozinha, refeitório, dentre outros) e o espaço físico atende parcialmente às necessidades de acesso.</p> <p>3. Existem condições parcialmente adequadas nas instalações gerais da Escola (salas de aula, salas dos setores, espaço cultural, sanitários, quadra de esportes, biblioteca, laboratórios, cozinha, refeitório, dentre outros) e o espaço físico atende parcialmente às necessidades de acesso.</p> <p>2. Existem condições precárias nas instalações gerais da Escola e o espaço físico (salas de aula, salas dos setores, espaço cultural, sanitários, quadra de esportes,</p>						
		JUSTIFICATIVA:					

	<p>biblioteca, laboratórios, cozinha, refeitório, dentre outros) atende precariamente as necessidades de acesso.</p> <p>1. Não existem condições adequadas nas instalações gerais da Escola (salas de aula, salas dos setores, espaços culturais, sanitários, quadra de esportes, biblioteca, laboratórios, cozinha, refeitório, dentre outros) e o espaço físico não atende às necessidades de acesso.</p>	
--	--	--

Dimensão 2: Espaço Físico da Instituição							
Indicador	Descritores	Pontuação					
		1	2	3	4	5	NSA
<p>8. Existência de manutenção predial (pintura, reposição de vidros, telhado, pisos, dentre outros) e de projetos complementares (elétrico, hidráulico, plano de prevenção contra incêndio – PPCI, dentre outros).</p>	<p>5. Existe manutenção sistemática predial (pintura, reposição de vidros, telhado, pisos, dentre outros) e de projetos complementares (elétrico, hidráulico, plano de prevenção contra incêndio – PPCI, dentre outros) em todos os espaços da escola.</p>						
	<p>4. Existe manutenção sistemática predial (pintura, reposição de vidros, telhado, pisos, dentre outros) e da maioria dos projetos complementares (elétrico, hidráulico, plano de prevenção contra incêndio – PPCI, dentre outros) nos espaços da escola.</p> <p>3. Existe manutenção sistemática Predial (pintura, reposição de vidros, telhado, pisos, dentre outros) e esporádica na maioria dos projetos complementares (elétrico, hidráulico, plano de prevenção contra incêndio – PPCI, dentre outros) nos espaços da escola.</p> <p>2. Existe, raramente, manutenção predial (pintura, reposição de vidros, telhado, pisos, dentre outros) e dos projetos complementares (elétrico, hidráulico, plano de prevenção contra incêndio – PPCI, dentre outros) nos espaços da escola.</p> <p>1. Não existe manutenção predial (pintura, reposição de vidros, telhado, pisos, dentre outros) e de projetos complementares (elétrico, hidráulico, plano de prevenção contra incêndio – PPCI, dentre outros) na escola.</p>	<p>JUSTIFICATIVA:</p>					

Dimensão 2: Espaço Físico da Instituição							
Indicador	Descritores	Pontuação					
		1	2	3	4	5	NSA
<p>9. Existência de condições adequadas no pátio escolar, com área coberta e área verde constituindo-se em espaços de convivência aos alunos da Escola.</p>	<p>5. Existem condições plenamente adequadas no pátio escolar, área coberta e área verde, constituindo-se em espaços de convivência adequados aos alunos da Escola.</p>						
	<p>4. Existem condições adequadas no pátio escolar, área coberta e área verde constituindo-se em espaços de convivência adequados aos alunos da Escola, mas a área coberta é restrita.</p> <p>3. Existem condições parcialmente adequadas no pátio escolar, área coberta e área verde, mas, devido ao tamanho muito restrito, não se constituem em espaços adequados de convivência aos alunos da Escola.</p> <p>2. Existem condições precárias no pátio escolar e não há área coberta e área verde, não se constituindo em espaços adequados de convivência aos alunos da Escola.</p> <p>1. Não existem pátio nem área coberta e área verde na Escola.</p>	JUSTIFICATIVA:					

Dimensão 2: Espaço Físico da Instituição							
Indicador	Descritores	Pontuação					
		1	2	3	4	5	NSA
<p>10. Existência de condições adequadas nas salas de aula e salas dos setores: tamanho, aeração, iluminação, higiene, acústica e mobiliário, conforme normas existentes.</p>	<p>5. Existem condições plenamente adequadas em todas as salas de aula e salas dos setores quanto ao tamanho, aeração, iluminação, higiene, acústica e mobiliário, conforme normas existentes.</p> <p>4. Existem condições parcialmente adequadas em todas as salas de aula e salas dos setores quanto ao tamanho, aeração, iluminação, higiene, acústica e mobiliário, conforme normas existentes.</p> <p>3. Existem condições parcialmente adequadas em algumas salas de aula e salas dos setores quanto ao tamanho, aeração, iluminação, higiene, acústica e mobiliário, conforme normas existentes.</p> <p>2. Existem condições parcialmente adequadas em todas as salas de aula e salas dos setores quanto ao tamanho, mas são precárias quanto à aeração, iluminação, higiene, acústica e mobiliário, conforme normas existentes.</p> <p>1. Não existem condições adequadas em nenhuma sala de aula e salas dos setores quanto ao tamanho, aeração, iluminação, higiene, acústica e mobiliário, conforme normas existentes.</p>						
		JUSTIFICATIVA:					

Dimensão 2: Espaço Físico da Instituição							
Indicador	Descritores	Pontuação					
		1	2	3	4	5	NS A
<p>11. Existência de condições adequadas nos sanitários: local (com aeração, iluminação, higiene e acesso), capacidade de atendimento, aparelhos e instalações hidrossanitárias completas (azulejos, vasos, pia, descarga, dentre outras), conforme normas existentes.</p>	<p>5. Existem condições plenamente adequadas nos sanitários quanto ao local (com aeração, iluminação, higiene e acesso), a capacidade de atendimento suficiente, aparelhos e instalações hidrossanitárias, conforme normas existentes.</p>						
	<p>4. Existem condições adequadas nos sanitários quanto ao local (com aeração, iluminação, higiene e acesso), a capacidade de atendimento suficiente, os aparelhos e instalações hidrossanitárias (azulejos, vasos, pia, descarga, dentre outras), conforme normas existentes.</p> <p>3. Existem condições parcialmente adequadas nos sanitários quanto ao local (com aeração, iluminação, higiene e acesso), a capacidade de atendimento suficiente, os aparelhos e instalações hidrossanitárias (azulejos, vasos, pia, descarga, dentre outras), conforme normas existentes, mas a capacidade de atendimento é insuficiente.</p> <p>2. Existem condições parcialmente adequadas nos sanitários quanto ao local (com aeração, iluminação, higiene e acesso), mas são precários os aparelhos e instalações hidrossanitárias (azulejos, vasos, pia, descarga, dentre outras), conforme normas existentes, e a capacidade de atendimento é insuficiente.</p> <p>1. Não existem condições adequadas nos sanitários quanto ao local (com aeração, iluminação, higiene e acesso), capacidade de atendimento, aparelhos e</p>	JUSTIFICATIVA:					

	instalações hidrossanitárias (azulejos, vasos, pia, descarga, dentre outras), conforme normas existentes.	
--	---	--

Dimensão 2: Espaço Físico da Instituição							
Indicador	Descritores	Pontuação					
		1	2	3	4	5	NSA
<p>12. Existência de condições adequadas na Biblioteca: sala própria com espaço para leitura e consulta (com aeração, iluminação natural, higiene, acústica e acesso); mobiliário e acervo suficiente e atualizado; e atendimento nos turnos.</p>	<p>5. Existem condições plenamente adequadas na biblioteca quanto à sala própria, espaço para leitura e consulta (com aeração, iluminação natural, higiene, acústica, e acesso), mobiliário e acervo suficiente e atualizado, com responsável pelo atendimento em todos os turnos.</p>						
	<p>4. Existem condições adequadas na biblioteca quanto à sala própria (com aeração, iluminação natural, higiene, acústica, e acesso), mobiliário e acervo suficiente e atualizado e com responsável pelo atendimento em todos os turnos, mas o espaço para leitura e consulta é restrito.</p> <p>3. Existem condições adequadas na biblioteca quanto à sala própria (com aeração, iluminação natural, higiene, acústica, e acesso), acervo atualizado e mobiliário, porém o acervo é insuficiente, não há espaço para leitura e consulta e responsável pelo atendimento em todos os turnos.</p> <p>2. Existem condições adequadas na biblioteca quanto à sala própria (com aeração, iluminação natural, higiene, acústica, e acesso), porém não há espaço para leitura e consulta, o acervo é insuficiente e desatualizado, o mobiliário é inadequado e não há responsável pelo</p>	JUSTIFICATIVA:					

	<p>atendimento em todos os turnos.</p> <p>1. Não existe biblioteca na escola.</p>	
--	---	--

Dimensão 2: Espaço Físico da Instituição							
Indicador	Descritores	Pontuação					
		1	2	3	4	5	NSA
<p>13. Existência de condições adequadas na cozinha e despensa: local (com aeração, iluminação e higiene), Equipamentos (fogão, geladeira, freezer, batedeira e liquidificador), utensílios (panelas, pratos, talheres e copos) e limpeza da caixa d'água de acordo com as normas da ANVISA.</p>	<p>5. Existem cozinha e despensa, com local (com aeração, iluminação e higiene), equipamentos (fogão, geladeira, freezer, batedeira e liquidificador) e utensílios (panelas, pratos, talheres e copos) plenamente adequados e a limpeza da caixa d'água é realizada de acordo com as normas da ANVISA.</p>						
	<p>4. Existem cozinha e despensa, com local (com aeração, iluminação e higiene), equipamentos (fogão, geladeira, freezer, batedeira e liquidificador) e utensílios (panelas, pratos, talheres e copos) adequados e a limpeza da caixa d'água é realizada de acordo com as normas da ANVISA.</p> <p>3. Existem cozinha com local (com aeração, iluminação e higiene), equipamentos (fogão, geladeira, freezer, batedeira e liquidificador) e utensílios (panelas, pratos, talheres e copos) parcialmente adequados e a limpeza da caixa d'água é realizada de acordo com as normas da ANVISA, porém não há despensa.</p> <p>2. Existem cozinha com local (com aeração, iluminação e higiene), equipamentos (fogão, geladeira, freezer, batedeira e liquidificador) e utensílios (panelas, pratos, talheres e copos)</p>	JUSTIFICATIVA:					

	<p>precários; a limpeza da caixa d'água nem sempre é realizada de acordo com as normas da ANVISA e não há despensa.</p> <p>1. Não existem cozinha e despensa na Escola.</p>	
--	--	--

Dimensão 2: Espaço Físico da Instituição							
Indicador	Descritores	Pontuação					
		1	2	3	4	5	NSA
<p>14. Existência de condições adequadas no refeitório: local (com aeração, iluminação, higiene, acústica e acesso) e mobiliário.</p>	<p>5. Existe refeitório em local (com aeração, iluminação, higiene, acústica e acesso) plenamente adequado, com mesas e cadeiras adequadas e suficientes.</p>						
	<p>4. Existe refeitório em local (com aeração, iluminação, higiene, acústica e acesso) parcialmente adequado, com mesas adequadas e suficientes, porém, faltam cadeiras.</p> <p>3. Existe refeitório em local (com aeração, iluminação, higiene, acústica e acesso) parcialmente adequado, com mesas e cadeiras adequadas, porém, insuficientes.</p> <p>2. Existe refeitório em condições precárias quanto ao local (com aeração, iluminação, higiene, acústica e acesso) e mobiliário.</p> <p>1. Não existe refeitório na Escola.</p>	JUSTIFICATIVA:					

Dimensão 2: Espaço Físico da Instituição							
Indicador	Descritores	Pontuação					
		1	2	3	4	5	NS A
<p>15. Existência de condições adequadas no laboratório de informática: local (com aeração, iluminação, higiene, acústica e acesso), tamanho, mobiliário, equipamentos e acesso a Internet.</p>	<p>5. Existem condições plenamente adequadas no laboratório de informática quanto ao local (com aeração, iluminação, higiene, acústica e acesso), tamanho, mobiliário e equipamentos suficientes e acesso a Internet.</p>						<p>JUSTIFICATIVA:</p>
	<p>4. Existem condições adequadas no laboratório de informática quanto ao local (com aeração, iluminação, higiene, acústica e acesso), tamanho mobiliário e acesso à Internet, porém, os equipamentos são insuficientes.</p>						
	<p>3. Existem condições parcialmente adequadas no laboratório de informática quanto ao local (com aeração, iluminação, higiene, acústica e acesso), tamanho, porém, o acesso a Internet é lento e os equipamentos são insuficientes.</p>						
	<p>2. Existem condições precárias no laboratório de informática quanto ao local (com aeração, iluminação, higiene,</p>						

	<p>acústica e acesso), mobiliário, equipamentos e acesso a Internet.</p> <p>1. Não existe laboratório de informática e não há acesso a Internet na Escola.</p>	
--	--	--

Dimensão 2: Espaço Físico da Instituição							
Indicador	Descritores	Pontuação					
		1	2	3	4	5	NSA
16. Existência de condições adequadas no laboratório de Ciências: local (com aeração, iluminação, higiene, acústica e acesso), tamanho e equipamentos.	<p>5. Existem condições plenamente adequadas no laboratório de Ciências quanto ao local (com aeração, iluminação, higiene, acústica e acesso) e equipamentos suficientes.</p> <p>4. Existem condições adequadas no laboratório de Ciências quanto ao local (com aeração, iluminação, higiene, acústica e acesso), porém, os equipamentos são insuficientes.</p> <p>3. Existem condições parcialmente adequadas no laboratório de Ciências quanto ao local (com aeração, iluminação, higiene, acústica e acesso); os equipamentos são insuficientes.</p> <p>2. Existem condições precárias no laboratório de Ciências quanto ao local (com aeração, iluminação, higiene, acústica e acesso) e os equipamentos são insuficientes.</p> <p>1. Não existe laboratório de Ciências na Escola.</p>						
	JUSTIFICATIVA:						

Dimensão 2: Espaço Físico da Instituição							
Indicador	Descritores	Pontuação					
		1	2	3	4	5	NSA
<p>17. Existência de condições adequadas no laboratório de aprendizagem: local (com aeração, iluminação, higiene, acústica e acesso), tamanho, materiais pedagógicos e equipamentos.</p>	<p>5. Existem condições plenamente adequadas no laboratório de aprendizagem quanto ao local (com aeração, iluminação, higiene, acústica e acesso), equipamentos e materiais pedagógicos suficientes.</p>						
	<p>4. Existem condições adequadas no laboratório de aprendizagem quanto ao local (com aeração, iluminação, higiene, acústica e acesso) e materiais pedagógicos, porém, os equipamentos são insuficientes.</p> <p>3. Existem condições parcialmente adequadas no laboratório de aprendizagem quanto ao local (com aeração, iluminação, higiene, acústica e acesso), e os equipamentos e materiais pedagógicos são insuficientes.</p> <p>2. Existem condições precárias no laboratório de aprendizagem quanto ao local (com aeração, iluminação, higiene, acústica e acesso) e os equipamentos são insuficientes.</p> <p>1. Não existe laboratório de aprendizagem na Escola.</p>	JUSTIFICATIVA:					

Dimensão 2: Espaço Físico da Instituição							
Indicador	Descritores	Pontuação					
		1	2	3	4	5	NSA
18. Existência de condições no espaço escolar para prática de esportes e lazer.	<p>5. Existem espaços cobertos e não cobertos, plenamente adequados e suficientes, para a prática de esportes e lazer na Escola.</p> <p>4. Existem espaços cobertos e não cobertos adequados para a prática de esportes e lazer na Escola, porém insuficientes.</p> <p>3. Existem espaços cobertos e não cobertos parcialmente adequados para a prática de esportes na Escola e são insuficientes.</p> <p>2. Existem espaços precários para a prática de esportes e lazer na Escola e não existem espaços cobertos.</p> <p>1. Não existem espaços para a prática de esportes e lazer na Escola.</p>						
		JUSTIFICATIVA:					

Dimensão 2: Espaço Físico da Instituição							
Indicador	Descritores	Pontuação					
		1	2	3	4	5	NSA
19. Existência de Acessibilidade Plena: rampa, corrimão, sanitário adaptado, piso podotátil, sinalização visual, alargamento de portas, acesso às dependências da escola, dentre outras – Lei Federal nº 10.098/2000.	5. Existe acessibilidade plena na Escola: rampa, corrimão, sanitário adaptado, piso podotátil, sinalização visual, alargamento de portas, acesso às dependências da escola, dentre outras – Lei Federal nº 10.098/2000.						
	4. Existe acessibilidade parcial na Escola, pois atende a maioria das especificações da Lei Federal nº 10.098/2000. 3. Existe acessibilidade parcial na Escola, pois atende algumas das especificações da Lei Federal nº 10.098/2000. 2. Existe acessibilidade precária na Escola, pois só atende a especificação da Lei Federal nº 10.098/2000 quanto ao banheiro adaptado. 1. Não existe acessibilidade na Escola.	JUSTIFICATIVA:					

DIMENSÃO 3: ORGANIZAÇÃO E AMBIENTE DE TRABALHO

Dimensão 3: Organização e Ambiente de Trabalho							
Indicador	Descritores	Pontuação					
		1	2	3	4	5	NS A
20. Suficiência e assiduidade dos professores.	<p>5. Existe suficiência de professores para atender todas as etapas e modalidades de ensino ofertadas pela Escola e em torno de 5% dos professores, mensalmente, apresentam faltas e/ou licenças.</p> <p>4. Existe suficiência de professores para atender todas as etapas e modalidades de ensino ofertadas na Escola e em torno de 10% dos professores, mensalmente, apresentam faltas e/ou licenças.</p> <p>3. Existe suficiência de professores para atender a maioria das etapas e modalidades de ensino ofertadas na Escola e em torno de 15% dos professores, mensalmente, apresentam faltas e/ou licenças.</p> <p>2. Existe suficiência de professores para atender a maioria das etapas e modalidades de ensino ofertadas na Escola e em torno de 25% dos professores, mensalmente, apresentam faltas e/ou licenças.</p> <p>1. Não existe suficiência de professores para atender todas as etapas e modalidades de ensino ofertados na Escola e a assiduidade é baixa.</p>						
		JUSTIFICATIVA:					

Dimensão 3: Organização e Ambiente de Trabalho							
Indicador	Descritores	Pontuação					
		1	2	3	4	5	NSA
21. Suficiência e assiduidade dos funcionários de escola.	<p>5. Existe suficiência de funcionários para atender os diversos setores da escola e aproximadamente 5% dos funcionários, mensalmente, apresentam faltas e/ou licenças.</p> <p>4. Existe suficiência de funcionários para atender os diversos setores da escola e aproximadamente 10% dos funcionários, mensalmente, apresentam faltas e/ou licenças.</p> <p>3. Existe suficiência de funcionários para atender alguns setores da escola e 15% dos funcionários, mensalmente, apresentam faltas e/ou licenças.</p> <p>2. Existe suficiência de funcionários para atender alguns setores da escola e 25% dos funcionários, mensalmente, apresentam faltas e/ou licenças.</p> <p>1. Não existe suficiência de funcionários para atender os diversos setores da escola e a assiduidade é baixa.</p>						
	JUSTIFICATIVA:						

Dimensão 3: Organização e Ambiente de Trabalho							
Indicador	Descritores	Pontuação					
		1	2	3	4	5	NSA
22. Existência de estabilidade dos professores.	5. Todos os professores lotados na escola têm estabilidade.						
	4. Em torno de 90% dos professores lotados na escola têm estabilidade. 3. Em torno de 70% dos professores lotados na escola têm estabilidade. 2. Em torno de 50% dos professores lotados na escola têm estabilidade. 1. Não existem professores com estabilidade na escola.	JUSTIFICATIVA:					

Dimensão 3: Organização e Ambiente de Trabalho							
Indicador	Descritores	Pontuação					
		1	2	3	4	5	NSA
23. Existência de estabilidade dos funcionários de escola.	5. Todos os funcionários lotados na escola têm estabilidade.						
	4. Em torno de 90% dos funcionários lotados na escola têm estabilidade. 3. Em torno de 70% dos funcionários lotados na escola têm estabilidade. 2. Em torno de 50% dos funcionários lotados na escola têm estabilidade. 1. Não existem funcionários com estabilidade na escola.	JUSTIFICATIVA:					

Dimensão 3: Organização e Ambiente de Trabalho							
Indicador	Descritores	Pontuação					
		1	2	3	4	5	NSA
<p>24. Utilização das Tecnologias da Informação e Comunicação (TICs).</p>	<p>5. Sistematicamente todos os professores utilizam as TICs nas atividades pedagógicas e todos os funcionários as utilizam nas atividades administrativas.</p>						
	<p>4. Sistematicamente todos os professores utilizam as TICs nas atividades pedagógicas, porém, somente os funcionários da secretaria as utilizam nas atividades administrativas.</p> <p>3. Sistematicamente, a maioria dos professores utiliza as TICs nas atividades pedagógicas, porém somente os funcionários da secretaria as utilizam nas atividades administrativas.</p> <p>2. Alguns professores utilizam as TICs nas atividades pedagógicas e alguns funcionários da secretaria as utilizam nas atividades administrativas.</p> <p>1. Não se verifica a utilização das TICs pelos professores e funcionários da escola.</p>	<p>JUSTIFICATIVA:</p>					

Dimensão 3: Organização e Ambiente de Trabalho							
Indicador	Descritores	Pontuação					
		1	2	3	4	5	NSA
<p>25. Existência de clima favorável de trabalho: boas relações interpessoais, práticas solidárias, participação e pertencimento no coletivo de trabalho.</p>	<p>5. Existe sempre um clima favorável de trabalho, que é percebido nas boas relações interpessoais, nas práticas solidárias, na participação e pertencimento no coletivo de trabalho.</p> <p>4. Existe na maioria das vezes um clima favorável de trabalho, que é percebido nas boas relações interpessoais, nas práticas solidárias, na participação e pertencimento no coletivo de trabalho.</p> <p>3. Existe na maioria das vezes um clima favorável de trabalho, que é percebido nas boas relações interpessoais, nas práticas solidárias, mas a participação e o pertencimento no coletivo de trabalho são frágeis.</p> <p>2. Existe um clima favorável de trabalho apenas nos momentos de confraternização e nas datas festivas.</p> <p>1. Não existe um clima favorável de trabalho na Escola.</p>						
		JUSTIFICATIVA:					

Dimensão 3: Organização e Ambiente de Trabalho							
Indicador	Descritores	Pontuação					
		1	2	3	4	5	NSA
26. Existência de práticas de separação de lixo na escola e em sala de aula.	<p>5. Existe a prática sistemática de separação de lixo na escola e nas salas de aula, na qual todos se envolvem.</p> <p>4. Existe a prática sistemática de separação de lixo na escola e nas salas de aula com envolvimento da maioria.</p> <p>3. Existe a prática sistemática de separação de lixo na escola, mas não nas salas de aula e nem todos se envolvem.</p> <p>2. Existe a prática esporádica de separação de lixo na escola, mas não nas salas de aula e só uma minoria se envolve.</p> <p>1. Não existe a prática de separação de lixo na escola e nas salas de aula.</p>						
		JUSTIFICATIVA:					

DIMENSÃO 4: CONDIÇÕES DE ACESSO, PERMANÊNCIA E SUCESSO NA ESCOLA

Dimensão 4: Condições de Acesso, Permanência e Sucesso na Escola							
Indicador	Descritores	Pontuação					
		1	2	3	4	5	NSA
27. Existência de discussão na comunidade escolar sobre como reduzir a reprovação e melhorar a taxa de permanência dos alunos.	5. Existe discussão sistemática em todos os segmentos da comunidade escolar sobre como reduzir a reprovação e melhorar a taxa de permanência dos alunos.						
	4. Existe discussão sistemática , envolvendo a maioria dos segmentos da comunidade escolar sobre como reduzir a reprovação e melhorar a taxa de permanência dos alunos. 3. Existe discussão sistemática sobre como reduzir a reprovação e melhorar a taxa de permanência dos alunos, restrita ao segmento professores . 2. Existe discussão esporádica sobre como reduzir a reprovação e melhorar a taxa de permanência dos alunos, restrita ao segmento professores . 1. Não existe discussão sobre como reduzir a reprovação e melhorar a taxa de permanência dos alunos na comunidade escolar.	JUSTIFICATIVA:					

Dimensão 4: Condições de Acesso, Permanência e Sucesso na Escola							
Indicador	Descritores	Pontuação					
		1	2	3	4	5	NSA
<p>28. Existência de Atendimento Educacional Especializado – AEE– e/ou Sala de Recursos Multifuncional.</p> <p>(Obs.: Caso a Escola não tenha aluno de inclusão deverá marcar NSA)</p>	<p>5. Existe o AEE com atendimento na Sala de Recursos Multifuncional plenamente adequado no que diz respeito ao conjunto de atividades, recursos pedagógicos e interação com o(s) professor(es) referência(s).</p> <p>4. Existe o AEE com atendimento na Sala de Recursos Multifuncional adequado no que diz respeito ao conjunto de atividades, recursos pedagógicos e interação com o(s) professor(es) referência(s).</p> <p>3. Existe o AEE com atendimento na Sala de Recursos Multifuncional adequado no que diz respeito ao conjunto de atividades e recursos pedagógicos, porém, não existe interação como(s) professor(es) referência(s).</p> <p>2. Existe o AEE com atendimento, porém, não existe a Sala de Recursos Multifuncional, nem a interação com o(s) professor(es) referência(s).</p> <p>1. Não existe AEE nem Sala de Recursos Multifuncional.</p>						
		JUSTIFICATIVA:					

Dimensão 4: Condições de Acesso, Permanência e Sucesso na Escola							
Indicador	Descritores	Pontuação					
		1	2	3	4	5	NSA
29. Existência de condições adequadas da alimentação escolar.	5. A alimentação escolar é servida no refeitório, em horários adequados, e o percentual de adesão é de todos dos alunos.						
	4. A alimentação escolar é servida no refeitório, em horários adequados, e o percentual de adesão é da ampla maioria dos alunos. 3. A alimentação escolar é servida no refeitório, os horários não são os mais adequados e o percentual de adesão é da maioria dos alunos. 2. A alimentação escolar é servida em horários inadequados, não existe refeitório e o percentual de adesão é da minoridade dos alunos. 1. Não existe oferta de alimentação escolar.	JUSTIFICATIVA:					

Dimensão 4: Condições de Acesso, Permanência e Sucesso na Escola							
Indicador	Descritores	Pontuação					
		1	2	3	4	5	NSA
<p>30. Existência de condições adequadas no transporte escolar (asseio, segurança, assentos, horários)</p> <p>(Obs.: Caso a Escola não tenha aluno que necessite de transporte escolar deverá marcar NSA)</p>	<p>5. Os veículos que realizam o transporte escolar estão em condições plenamente adequadas de segurança e asseio, é respeitado o número de assentos e há cumprimento de horários.</p> <p>4. Os veículos que realizam o transporte escolar estão em condições adequadas de segurança e limpeza e há cumprimento de horários, porém, não é respeitado o número de assentos.</p> <p>3. Os veículos que realizam o transporte escolar estão em condições parcialmente adequadas de segurança e limpeza, há cumprimento de horários e não é respeitado o número de assentos.</p> <p>2. Os veículos que realizam o transporte escolar estão em condições precárias de segurança e limpeza, não há cumprimento de horários e não é respeitado o número de assentos.</p> <p>1. Não existem condições adequadas no transporte escolar.</p>						
		JUSTIFICATIVA:					

DIMENSÃO 5: FORMAÇÃO DOS PROFISSIONAIS DA EDUCAÇÃO

Dimensão 5: Formação dos Profissionais da Educação							
Indicador	Descritores	Pontuação					
		1	2	3	4	5	NSA
31. Formação inicial dos professores.	<p>5. Todos os professores possuem formação em nível superior em curso de licenciatura plena.</p> <p>4. Mais de 80% dos professores possuem formação em nível superior em curso de licenciatura plena.</p> <p>3. Em torno de 70% dos professores possuem formação em nível superior em curso de licenciatura plena.</p> <p>2. Menos de 50% dos professores possuem formação em nível superior em curso de licenciatura plena.</p> <p>1. Nenhum professor possui formação em nível superior em curso de licenciatura plena.</p>						
		JUSTIFICATIVA:					

Dimensão 5: Formação dos Profissionais da Educação							
Indicador	Descritores	Pontuação					
		1	2	3	4	5	NSA
32. Existência de ações de formação continuada na escola.	<p>5. Existem ações sistemáticas na escola voltadas à formação continuada visando à melhoria da qualidade da educação, com participação ativa de todos os professores e funcionários de escola.</p> <p>4. Existem ações sistemáticas na escola voltadas à formação continuada visando à melhoria da qualidade da educação, com participação ativa da maioria dos professores e funcionários de escola.</p> <p>3. Existem ações sistemáticas na escola voltadas à formação continuada visando à melhoria da qualidade da educação, com participação ativa de alguns professores e alguns funcionários de escola.</p> <p>2. Existem ações esporádicas na escola voltadas à formação continuada visando à melhoria da qualidade da educação, com participação da minoria dos professores e sem a participação dos funcionários de escola.</p> <p>1. Não existem ações na escola voltadas à formação continuada dos professores e funcionários de escola visando à melhoria da qualidade da educação.</p>						
	JUSTIFICATIVA:						

Dimensão 5: Formação dos Profissionais da Educação							
Indicador	Descritores	Pontuação					
		1	2	3	4	5	NSA
33. Existência de participação dos profissionais nas ações de formação continuada promovidas pela SEDUC e CRE, com socialização e utilização dos aportes teóricos e metodológicos na prática docente.	<p>5. A escola sempre se organiza para participar das ações de formação continuada promovidas pela SEDUC e CRE, com participação ativa dos professores e funcionários de escola, com socialização e utilização dos aportes teóricos e metodológicos na prática docente.</p>						
	<p>4. A escola, na maioria das vezes, se organiza para participar das ações de formação continuada promovidas pela SEDUC e CRE, com participação ativa dos professores e funcionários de escola, com socialização e utilização os aportes teóricos e metodológicos na prática docente.</p> <p>3. A escola, na maioria das vezes, se organiza para participar das ações de formação continuada promovidas pela SEDUC e CRE, mas não há participação ativa dos professores e funcionários e só alguns socializam e utilizamos aportes teóricos e metodológicos na prática docente.</p> <p>2. A escola esporadicamente se organiza para participar das ações de formação continuada promovidas pela SEDUC e CRE, não há participação ativa dos professores e funcionários de escola, nem socialização e utilização dos aportes teóricos e metodológicos na prática docente.</p> <p>1. A escola não se organiza para participar das ações de formação continuada promovidas pela SEDUC e CRE.</p>	JUSTIFICATIVA:					

DIMENSÃO 6: PRÁTICAS PEDAGÓGICAS E AVALIAÇÃO

Dimensão 6: Práticas Pedagógicas e de Avaliação							
Indicador	Descritores	Pontuação					
		1	2	3	4	5	NSA
34. Existência de Projeto Político Pedagógico (PPP) construído e conhecido por toda a comunidade escolar.	<p>5. Existe Projeto Político Pedagógico construído e conhecido por toda a comunidade escolar.</p> <p>4. Existe Projeto Político Pedagógico construído e conhecido pela maioria da comunidade escolar.</p> <p>3. Existe Projeto Político Pedagógico construído e conhecido por alguns integrantes da comunidade escolar.</p> <p>2. Existe Projeto Político Pedagógico construído e conhecido somente pelo segmento dos professores.</p> <p>1. Existe Projeto Político Pedagógico, mas não foi construído de forma participativa.</p>						JUSTIFICATIVA:

Dimensão 6: Práticas Pedagógicas e de Avaliação							
Indicador	Descritores	Pontuação					
		1	2	3	4	5	NSA
35. Existência de plano de trabalho e de aula articulados ao Plano de Estudos e ao Projeto Político Pedagógico(PPP).	<p>5. Todos os professores elaboram plano de trabalho e de aula articulados ao Plano de Estudos e ao Projeto Político Pedagógico.</p>						
	<p>4. A maioria dos professores elabora plano de trabalho e de aula articulados ao Plano de Estudos e ao Projeto Político Pedagógico.</p> <p>3. Alguns professores elaboram plano de trabalho e de aula articulados ao Plano de Estudos e ao Projeto Político Pedagógico.</p> <p>2. Alguns professores elaboram plano de trabalho e de aula articulados, porém a grande parte dos professores não conhece o Plano de Estudos e o Projeto Político Pedagógico.</p> <p>1. Nenhum professor elabora o plano de trabalho e de aula articulados ao Plano de Estudos e ao Projeto Político-Pedagógico.</p>	JUSTIFICATIVA:					

Dimensão 6: Práticas Pedagógicas e de Avaliação							
Indicador	Descritores	Pontuação					
		1	2	3	4	5	NSA
<p>36. Existência de clima favorável à aprendizagem em sala de aula/turmas: boas relações interpessoais, práticas solidárias, pertencimento ao coletivo, diálogo permanente entre professor/aluno e entre aluno/aluno.</p>	<p>5. Existe em todas as salas de aula/turmas um clima favorável à aprendizagem: boas relações interpessoais, práticas solidárias, pertencimento ao coletivo, diálogo permanente entre professor/aluno e entre aluno/aluno.</p> <p>4. Existe na maioria das salas de aula/turmas um clima favorável à aprendizagem: boas relações interpessoais, práticas solidárias, pertencimento ao coletivo, diálogo permanente entre professor/aluno e entre aluno/aluno.</p> <p>3. Existe em algumas salas de aula/turmas um clima favorável à aprendizagem: boas relações interpessoais, práticas solidárias, pertencimento ao coletivo, diálogo permanente entre professor/aluno e entre aluno/aluno.</p> <p>2. Existe em algumas salas de aula/turmas apenas práticas solidárias e diálogo entre professor/aluno.</p> <p>1. Não existe um clima favorável à aprendizagem nas salas de aula/turmas.</p>						
		JUSTIFICATIVA:					

Dimensão 6: Práticas Pedagógicas e de Avaliação							
Indicador	Descritores	Pontuação					
		1	2	3	4	5	NSA
37. Existência e suficiência de material didático- pedagógico para todas as áreas do conhecimento e/ou componentes curriculares.	5. Existem materiais didático-pedagógicos diversos, suficientes e atualizados para todas as áreas do conhecimento e/ou componentes curriculares.						JUSTIFICATIVA:
	4. Existem materiais didático-pedagógicos diversos, suficientes e atualizados para a maioria das áreas do conhecimento e/ou componentes curriculares.						
	3. Existem materiais didático-pedagógicos diversos, atualizados para a maioria das áreas do conhecimento e/ou componentes curriculares, mas insuficientes .						
	2. Existem materiais didático-pedagógicos algumas áreas do conhecimento e/ou componentes curriculares, porém, não há diversidade, são insuficientes e desatualizados .						
	1. Não existem materiais didático-pedagógicos.						

Dimensão 6: Práticas Pedagógicas e de Avaliação							
Indicador	Descritores	Pontuação					
		1	2	3	4	5	NSA
38. Existência de plano de apoio aos alunos com defasagem de aprendizagem e proposta de correção de fluxo.	5. Existe plano de apoio a todos os alunos com defasagem de aprendizagem e proposta de correção de fluxo.						
	4. Existe plano de apoio para a maioria dos alunos com defasagem de aprendizagem e proposta de correção de fluxo. 3. Existe plano de apoio para alguns alunos com defasagem de aprendizagem e proposta de correção de fluxo. 2. Existe plano de apoio para alguns alunos com defasagem de aprendizagem, mas não existe proposta de correção de fluxo. 1. Não existe plano de apoio aos alunos com defasagem de aprendizagem e proposta de correção de fluxo.	JUSTIFICATIVA:					

Dimensão 6: Práticas Pedagógicas e de Avaliação							
Indicador	Descritores	Pontuação					
		1	2	3	4	5	NSA
39. Existência de práticas pedagógicas interdisciplinares.	5. Existem, sistematicamente , práticas interdisciplinares envolvendo todos os professores. 4. Existem, sistematicamente , práticas interdisciplinares envolvendo a maioria dos professores. 3. Existem, sistematicamente , práticas interdisciplinares envolvendo alguns professores. 2. Existem, esporadicamente , práticas interdisciplinares envolvendo alguns professores. 1. Não existem práticas interdisciplinares na Escola.						
		JUSTIFICATIVA:					

Dimensão 6: Práticas Pedagógicas e de Avaliação						
Indicador	Descritores	Pontuação				
		1	2	3	4	5
<p>40. Existência de práticas voltadas à inclusão das diversidades (social, cultural, ideológica, étnica, de gênero, de orientação sexual, religiosa, pessoas com deficiências).</p>	<p>5. Existem práticas voltadas à inclusão das diversidades (social, cultural, ideológica, étnica, de gênero, de orientação sexual, religiosa, pessoas com deficiências) envolvendo todos os professores, alunos e funcionários.</p>					
	<p>4. Existem práticas voltadas à inclusão das diversidades (social, cultural, ideológica, étnica, de gênero, de orientação sexual, religiosa, pessoas com deficiências) envolvendo a maioria dos professores, alunos e funcionários.</p> <p>3. Existem práticas voltadas à inclusão das diversidades (social, cultural, ideológica, étnica, de gênero, de orientação sexual, religiosa, pessoas com deficiências) envolvendo alguns professores, alunos e funcionários.</p> <p>2. Existem práticas esporádicas voltadas à inclusão das diversidades (social, cultural, ideológica, étnica, de gênero, de orientação sexual, religiosa, pessoas com deficiências) envolvendo alguns professores, alunos e funcionários.</p>	JUSTIFICATIVA:				

	<p>1. Não existem práticas voltadas à inclusão das diversidades (social, cultural, ideológica, étnica, de gênero, de orientação sexual, religiosa, pessoas com deficiências) na Escola.</p>	
--	---	--

Dimensão 6: Práticas Pedagógicas e de Avaliação							
Indicador	Descritores	Pontuação					
		1	2	3	4	5	NSA
41. Existência de projetos de estímulo à leitura e à escrita dirigidos a professores e alunos.	5. Existem projetos permanentes de incentivo à leitura e à escrita, com adesão de todos os professores e alunos.						
	4. Existem projetos permanentes de incentivo à leitura e à escrita, com adesão da maioria dos professores e alunos. 3. Existem projetos permanentes de incentivo à leitura e à escrita, com adesão de alguns professores e alunos. 2. Existem projetos esporádicos de incentivo à leitura e à escrita, com adesão de alguns professores e alunos. 1. Não existem projetos de incentivo à leitura e à escrita.	JUSTIFICATIVA:					

Dimensão 6: Práticas Pedagógicas e de Avaliação							
Indicador	Descritores	Pontuação					
		1	2	3	4	5	NSA
42. Existência de atividades culturais e desportivas articuladas ao Projeto Político Pedagógico da Escola (PPP) da Escola.	5. Existem, sistematicamente , atividades culturais e desportivas articuladas ao Projeto Político Pedagógico da Escola.						
	4. Existem, na maioria das vezes , atividades culturais e desportivas articuladas ao Projeto Político Pedagógico da Escola. 3. Existem, algumas vezes , atividades culturais e desportivas articuladas ao Projeto Político Pedagógico da Escola. 2. Existem, esporadicamente , atividades culturais e desportivas articuladas ao Projeto Político Pedagógico da Escola. 1. Não existem atividades culturais e desportivas articuladas ao Projeto Político Pedagógico da Escola.	JUSTIFICATIVA:					

Dimensão 6: Práticas Pedagógicas e de Avaliação							
Indicador	Descritores	Pontuação					
		1	2	3	4	5	NSA
<p>43. Existência de estímulo à participação dos alunos nas instituições e fóruns da escola (conselho escolar, grêmio estudantil, assembleias) e fóruns externos (movimentos sociais, entre outros).</p>	<p>5. Existe estímulo permanente de incentivo à participação dos alunos nas instituições e fóruns da escola (conselho escolar, grêmio estudantil, assembleias) e fóruns externos (movimentos sociais, entre outros) estimulados por todos os professores.</p>						
	<p>4. Existe estímulo permanente de incentivo à participação dos alunos nas instituições e fóruns da escola (conselho escolar, grêmio estudantil, assembleias) e fóruns externos (movimentos sociais, entre outros), estimulados pela maioria dos professores.</p> <p>3. Existe estímulo permanente de incentivo à participação dos alunos nas instituições e fóruns da escola (conselho escolar, grêmio estudantil, assembleias) e fóruns externos (movimentos sociais, entre outros), estimulados por alguns professores.</p> <p>2. Existe estímulo esporádico de incentivo à participação dos alunos nas instituições e fóruns da escola (conselho escolar, grêmio estudantil, assembleias) e fóruns externos (movimentos sociais, entre outros), estimulados por alguns professores.</p> <p>1. Não existe estímulo de incentivo à participação dos alunos nas instituições e fóruns da escola (conselho escolar, grêmio estudantil, assembleias) e fóruns externos (movimentos sociais, entre outros).</p>	JUSTIFICATIVA:					

Dimensão 6: Práticas Pedagógicas e de Avaliação						
Indicador	Descritores	Pontuação				
		1	2	3	4	5 NS A
44. Existência de plano de trabalho específico e estratégias diferenciadas para estudos de recuperação.	<p>5. Existem plano de trabalho específico e estratégias diferenciadas para os alunos que necessitam de estudos de recuperação desenvolvidos por todos os professores, de acordo com seu componente curricular.</p>					
	<p>4. Existem plano de trabalho específico e estratégias diferenciadas para os alunos que necessitam de estudos de recuperação, desenvolvidos pela maioria dos professores, de acordo com seu componente curricular.</p> <p>3. Existem plano de trabalho específico e estratégias diferenciadas para os alunos que necessitam de estudos de recuperação desenvolvidos por alguns professores, de acordo com seu componente curricular.</p> <p>2. Existe plano de trabalho específico para os alunos que necessitam de estudos de recuperação, desenvolvido por alguns professores, de acordo com seu componente curricular, porém não existem estratégias diferenciadas.</p> <p>1. Não existe Plano de Trabalho específico aos alunos que necessitam de estudos de recuperação.</p>	JUSTIFICATIVA:				

Dimensão 6: Práticas Pedagógicas e de Avaliação							
Indicador	Descritores	Pontuação					
		1	2	3	4	5	NSA
<p>45. Existência de práticas de ensino inovadoras e criativas voltadas à investigação e à pesquisa.</p>	<p>5. Existem práticas de ensino sistemáticas, inovadoras e criativas voltadas à investigação e à pesquisa desenvolvidas por todos os professores.</p>						
	<p>4. Existem práticas de ensino sistemáticas, inovadoras e criativas voltadas à investigação e à pesquisa desenvolvidas pela maioria dos professores.</p> <p>3. Existem práticas de ensino sistemáticas, inovadoras e criativas voltadas à investigação e à pesquisa desenvolvidas por alguns professores.</p> <p>2. Existem práticas de ensino esporádicas, inovadoras e criativas voltadas à investigação e à pesquisa desenvolvidas por alguns professores.</p> <p>1. Não existem práticas de ensino inovadoras e criativas voltadas à investigação e à pesquisa.</p>	JUSTIFICATIVA:					

Dimensão 6: Práticas Pedagógicas e de Avaliação							
Indicador	Descritores	Pontuação					
		1	2	3	4	5	NSA
<p>46. Existência de socialização do Projeto Pedagógico da Escola e dos resultados das avaliações com os pais de alunos.</p>	<p>5. Existe socialização do Projeto Político Pedagógico da Escola e dos resultados das avaliações com todos os pais de alunos.</p> <p>4. Existe socialização do Projeto Político Pedagógico da Escola e dos resultados das avaliações com a maioria dos pais de alunos.</p> <p>3. Existe socialização de Projeto Político Pedagógico da Escola e dos resultados das avaliações com alguns pais de alunos.</p> <p>2. Existe socialização dos resultados das avaliações com alguns pais de alunos, mas não existe socialização do Projeto Político Pedagógico da Escola.</p> <p>1. Não existe socialização de Projeto Político Pedagógico da Escola e dos resultados das avaliações com os pais de alunos.</p>						
		JUSTIFICATIVA:					

Dimensão 6: Práticas Pedagógicas e de Avaliação							
Indicador	Descritores	Pontuação					
		1	2	3	4	5	NSA
47. Existência de estímulo à prática da autoavaliação.	5. Todos os professores estimulam, sistematicamente , seus alunos à prática da autoavaliação.						
	4. A maioria dos professores estimula, sistematicamente , seus alunos à prática da autoavaliação. 3. Alguns professores estimulam, sistematicamente , seus alunos à prática da autoavaliação. 2. Alguns professores estimulam, esporadicamente , seus alunos à prática da autoavaliação. 1. Não existe incentivo à prática da autoavaliação.	JUSTIFICATIVA:					

Dimensão 6: Práticas Pedagógicas e de Avaliação							
Indicador	Descritores	Pontuação					
		1	2	3	4	5	NSA
48. Existência de participação dos alunos na avaliação da aprendizagem: pré-conselhos, conselhos de classe participativos, assembleias.	5. Existem espaços sistemáticos de participação de todas as turmas na avaliação da aprendizagem: pré-conselhos, conselhos de classe participativos, assembleias.						
	4. Existem espaços sistemáticos de participação da maioria das turmas na avaliação da aprendizagem: pré-conselhos, conselhos de classe participativos, assembleias. 3. Existem espaços sistemáticos de participação de algumas turmas na avaliação da aprendizagem: pré-conselhos, conselhos de classe participativos, assembleias. 2. Existem espaços esporádicos de participação de algumas turmas na avaliação da aprendizagem: pré-conselhos, conselhos de classe participativos, assembleias. 1. Não existem espaços de participação das turmas na avaliação da aprendizagem: pré-conselhos, conselhos de classe participativos, assembleias.	JUSTIFICATIVA:					

Dimensão 6: Práticas Pedagógicas e de Avaliação							
Indicador	Descritores	Pontuação					
		1	2	3	4	5	NSA
<p>49. Prevalência dos aspectos qualitativos sobre os quantitativos na avaliação da aprendizagem dos alunos.</p>	<p>5. Existe a prevalência dos aspectos qualitativos sobre os quantitativos na avaliação da aprendizagem dos alunos, respeitada por todos os professores.</p>						
	<p>4. Existe a prevalência dos aspectos qualitativos sobre os quantitativos na avaliação da aprendizagem dos alunos, respeitada pela maioria dos professores.</p> <p>3. Existe a prevalência dos aspectos qualitativos sobre os quantitativos na avaliação da aprendizagem dos alunos, respeitada por alguns professores.</p> <p>2. Existe a prevalência eventual dos aspectos qualitativos sobre os quantitativos na avaliação da aprendizagem dos alunos.</p> <p>1. Não existe a prevalência dos aspectos qualitativos sobre os quantitativos na avaliação da aprendizagem dos alunos.</p>	JUSTIFICATIVA:					

Dimensão 6: Práticas Pedagógicas e de Avaliação							
Indicador	Descritores	Pontuação					
		1	2	3	4	5	NSA
50. Existência de práticas de interpretação e de uso dos indicadores oficiais de avaliação (SAEB e IDEB) e dos resultados específicos da Escola para estimular ou superar os resultados.	<p>5. Existe sistematicamente a prática de interpretação e de uso dos indicadores oficiais de avaliação (SAEB e IDEB) e dos resultados específicos da Escola para estimular ou superar os resultados, envolvendo toda a comunidade escolar.</p>						
	<p>4. Existe sistematicamente a prática de interpretação e de uso dos indicadores oficiais de avaliação (SAEB e IDEB) e dos resultados específicos da Escola para estimular ou superar os resultados, envolvendo a maioria da comunidade escolar.</p> <p>3. Existe sistematicamente a prática de interpretação e de uso dos indicadores oficiais de avaliação (SAEB e IDEB) e dos resultados específicos da Escola para estimular ou superar os resultados, envolvendo alguns integrantes da comunidade escolar.</p> <p>2. Existe esporadicamente a prática de interpretação e de uso dos indicadores oficiais de avaliação (SAEB e IDEB) e dos resultados específicos da Escola para estimular ou superar os resultados, envolvendo somente alguns professores e equipe diretiva.</p> <p>1. Não existe a prática de interpretação e de uso dos indicadores oficiais de avaliação (SAEB e IDEB) e dos resultados específicos na Escola.</p>	JUSTIFICATIVA:					

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Nesta etapa do Sistema Estadual de Avaliação Participativa, são fundamentais a participação e o compromisso de todos os segmentos da comunidade escolar, pois é por meio dessa dinâmica que se reforça o diálogo entre os agentes sociais internos e externos na análise institucional e, também, vislumbram-se as possibilidades de retorno e intervenção na prática coletiva que está incorporada ao cotidiano escolar, bem como as mudanças nela necessárias.

Assim, acreditamos que a análise criteriosa do conjunto das dimensões desdobradas em indicadores e descritores traz um impacto positivo à escola e aos seus diversos segmentos, na medida em que ajuda na tomada de consciência ou de mudanças. Por isso, a importância de não torná-lo um instrumento burocrático, mas que seja visto como um momento pedagógico importante de reflexão sobre a escola: suas limitações, avanços e possibilidades com vistas a oferecer uma educação de qualidade social.

Evidentemente, muitos são os aspectos mobilizados em um processo avaliativo como este apresentado, já que nele está a capacidade de gestão, de planejamento antecipado, engajamento, identificação, análise e proposição que são essenciais ao sucesso de uma avaliação efetiva em direção a uma ação coletiva.

Acreditamos que este Caderno sirva de critério referencial a ser considerado pela escola ao longo do ano, já que nele está explicitada a visão do que nos parece mais representativo de uma escola de qualidade social com cidadania ou aquilo que se distancia deste ideal.

ANEXO F - Nota técnica

NOTA TÉCNICA

O Sistema Estadual de Avaliação Participativa (SEAP/RS), por meio do Decreto nº 48.744, de 28 de dezembro de 2011, busca materializar o eixo estratégico da SEDUC “Qualificação da Gestão e Democratização do Sistema”, que tem como objetivo a busca da melhoria da qualidade da educação básica pública.

O SEAP/RS, com suas seis dimensões e cinquenta indicadores e respectivos descritores, possibilitará às escolas, às Coordenadorias Regionais (CREs) e ao órgão central da Secretaria Estadual de Educação (SEDUC) realizar uma reflexão sobre as ações e condições sob as quais está sendo desenvolvido o processo de ensino-aprendizagem na Rede Estadual de Ensino.

Atualmente, para que se atinja uma educação de qualidade social com cidadania, é indispensável que as instituições educacionais elaborem planejamento de gestão pautado por um método participativo e pedagógico e monitorem sua execução permanentemente. Esses procedimentos permitirão a análise constante do processo de ensino-aprendizagem e dos seus resultados e a utilização desses dados como elementos de reorganização e ressignificação da prática escolar. Também concorrerão para estabelecer ações que promovam uma cultura pedagógica comprometida com a aprendizagem de todos.

Desta forma, refletir com a comunidade escolar as dificuldades e possibilidades da Rede Estadual de Ensino significa estimular o aperfeiçoamento das instituições e das políticas educacionais. Este é o grande diferencial do SEAP/RS: ele envolverá a comunidade escolar na produção de diagnóstico e de alternativas para qualificar a educação pública estadual.

Esta avaliação institucional também contribuirá para a consolidação de princípios e conceitos que fundamentam o trabalho na Rede Estadual de Ensino e estruturam o cotidiano das escolas,

como gestão democrática, participação, conhecimento como construção do sujeito, avaliação emancipatória, dentre outros.

É importante destacar que o SEAP/RS vai ao encontro das orientações contidas na Resolução Nº 4/2010 do Conselho Nacional de Educação (CNE), que trata das Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais para a Educação Básica, sendo que o inciso II do art. 46 trata da avaliação institucional interna e externa no ambiente educacional e, o inciso III trata da avaliação de redes de Educação Básica, temas explicitados nos art. 52 e 53 da mesma Resolução. Para o CNE (2010, p. 16):

Art. 52. A avaliação institucional interna deve ser prevista no projeto político pedagógico e detalhada no plano de gestão, realizada anualmente, levando em consideração as orientações contidas na regulamentação vigente, para rever o conjunto de objetivos e metas a serem concretizados, mediante ação dos diversos segmentos da comunidade educativa, o que pressupõe delimitação de indicadores compatíveis com a missão da escola, além de clareza quanto ao que seja qualidade social da aprendizagem e da escola.

Art. 53. A avaliação de redes de Educação Básica ocorre periodicamente, é realizada por órgãos externos à escola e engloba os resultados da avaliação institucional, sendo que os resultados dessa avaliação sinalizam para a sociedade se a escola apresenta qualidade suficiente para continuar funcionando como está.

Implantar o SEAP/RS em todas as suas fases – local, regional e estadual – significa concretizar um processo que reafirma a avaliação como um instrumento importante para explicitar os processos internos que ocorrem em cada instância, com o objetivo de diagnosticar quali e quantitativamente a Rede Estadual de Ensino e qualificar a gestão, aprofundando o controle público com inovação, participação e transversalidade.

O SEAP/RS também possibilitará consolidar a colaboração com as Instituições de Ensino Superior, em um grande movimento de pensar a SEDUC, as CREs e as escolas: sua gestão, sua prática pedagógica, suas condições físicas e materiais, fazendo um diagnóstico qualitativo do sistema educativo gaúcho, com vistas a detectar suas limitações, seus avanços e suas possibilidades para oferecer uma educação pública de qualidade social, e, a partir deste diagnóstico, promover mudanças de prática e direcionamento da política educacional necessárias visando à melhoria da qualidade social da educação. O diagnóstico da Rede Estadual também poderá apontar a necessidade de mudanças e aperfeiçoamento da formação docente.

ANEXO G - Linha do tempo 2011-2014 SEAP/RS – Avaliação Institucional

LINHA DO TEMPO 2011-2014 SEAP/RS – AVALIAÇÃO INSTITUCIONAL

2011

- **Concepção do Sistema**
 - Elaboração do Sistema: conteúdo, definição de dimensões e indicadores, modelagem do sistema;
 - Reuniões com Departamentos da SEDUC para elaboração e definição de indicadores;
 - Elaboração e aprovação dos indicadores com Secretário de Educação;
 - Elaboração dos 4 Cadernos do SEAP / RS - Avaliação Institucional: Caderno 1 - Orientações para a elaboração da Avaliação Institucional ; Caderno 2 - Roteiro para Avaliação Coletiva das Dimensões Institucional da ESCOLA; Caderno 3 - Roteiro para Avaliação Coletiva das Dimensões Institucional da Coordenadoria Regional de Educação; Caderno 4 - Roteiro para Avaliação Coletiva das Dimensões Institucionais da SEDUC.
- **SEAP/RS – Avaliação Institucional como Política Pública**
 - Elaboração e Publicação do Decreto N° 48.744, DE 28 DE DEZEMBRO DE 2011;
 - Inclusão do SEAP RS no Sistema de Monitoramento Estratégico do Governador (Sala de Gestão/SME).

2012

- **Formações**
 - Diretores da SEDUC, Coordenadores Regionais e Diretores de Escolas;
 - Multiplicações de Formações Regionais envolvendo todas as Escolas;
 - Criação do ambiente de homologação para formação de CREs;
- **Primeira Aplicação**
 - Realização da primeira aplicação do sistema em 2574 escolas da rede estadual de ensino;
 - Distribuição de senhas de acesso para diretores da SEDUC, Coordenadores Regionais e Diretores de Escolas;
- **Contratação da Avaliação Externa**
 - Início do processo de contratação da Avaliação Externa (UFRGS) para o SEAP RS;
 - Elaboração do termo de referência da Avaliação Externa;

- Reuniões SEDUC e Universidade Federal (UFRGS).
- **SEAP/RS – Avaliação Institucional como Política Pública**
 - Aprovação do SEAP RS pelo Governador como política pública a ser implantada;
 - Evento Público de lançamento do SEAP RS - out. 2012 no Palácio;
 - Ordem de Serviço nº 02 de 2012 que dispõe sobre o Processo SEAP xxxx

2013

- **SEAP/RS – Avaliação Institucional 2012**
 - Certificação SEAP 2012;
 - Inserção de dados no sistema das escolas que não conseguiram inserir em 2012;
- **SEAP/RS – Avaliação Institucional 2013**
 - **SEDUC**
 - Criação da aba SEAP/RS – Magistério- Percurso Individual. Pontuação para professores que participaram do SEAP – Avaliação Institucional;
 - Estruturação Equipe SEAP SEDUC com reuniões semanais;
 - Recadastramento de Escolas e Diretores para acesso ao SEAP/RS;
 - Análise das exceções – Escolas Militares, NEEJAS, Escolas Indígenas e Escolas do Campo;
 - Elaboração de ofício para Escolas Militares, convidando à adesão;
 - Trabalho sistemático com a PROCERGS - Reuniões quinzenais;
 - Encontro Estadual com palestrantes convidados e observação dos Avaliadores Externos (29 e 30 de agosto);
 - Produção de CD institucional – outubro para subsidiar os encontros Regionais;
 - Reunião de formação com Referências do SEAP das CREs;
 - Apresentação do diagnóstico preliminar 2013 da SEDUC na praça central da Secretaria com a presença de todos os funcionários;
 - Escolha da Comissão Representativa do SEAP/SEDUC e apresentação da mesma para todos os funcionários na Praça;
 - Realização da segunda aplicação do sistema em 2574 escolas da rede estadual de ensino;

- **CRE**
 - Estruturação das “Referências” do SEAP nas CRE;
 - Formação para CREs sobre o Conselho Escolar e o Planejamento Participativo à luz do SEAP 2013;
 - Encontros Regionais do SEAP com análise dos relatórios 2012 utilizando a metodologia das cores;
- **Infraestrutura/ Suporte**
 - Estruturação de espaço físico e equipe de suporte técnico do SEAP/RS – Avaliação Institucional – reuniões semanais;
 - Criação do nº 0800 para dúvidas em relação ao acesso no sistema para o período de alimentação das informações no SEAP/RS;
 - Criação de emails específicos para comunicação com as CREs (suporte-seap@seduc.rs.gov.br e geralseap@seduc.rs.gov.br);
- **Avaliação Externa**
 - Publicação de dispensa de licitação para contratação da UFRGS em 13/11/2013;
 - Missão Bird, de 04 a 06 de dezembro;
- **Planejamento Participativo 2014/SEAP/RS – Avaliação Institucional 2013**
 - Início do Planejamento Participativo 2014 à luz do SEAP 2013.
- **SEAP/RS – Avaliação Institucional como Política Pública**
 - Elaboração e divulgação da Carta à Comunidade Escolar;
 - Distribuição dos cadernos impressos para SEDUC, CREs e Escolas: Caderno 1 - Orientações para a elaboração da Avaliação Institucional; Caderno 2 - Roteiro para Avaliação Coletiva das Dimensões Institucional da ESCOLA; Caderno 3 - Roteiro para Avaliação Coletiva das Dimensões Institucional da Coordenadoria Regional de Educação; Caderno 4 - Roteiro para Avaliação Coletiva das Dimensões Institucionais da SEDUC.

2014

- **SEAP RS/ Avaliação Institucional 2013**
 - [Certificação SEAP 2013](#);
- **Planejamento Participativo 2014/SEAP/RS – Avaliação Institucional 2013**
 - Seminário de Planejamento Participativo 2014 – SEAP 2013 SEDUC/ CRES (17 de janeiro);

- Sistematização das Prioridades, Metas e Ações 2014 SEDUC /CRE;
- Monitoramento das Ações pendentes SEAP/SEDUC de 2012 e 2013;
- Reuniões de formação com assessores da SEDUC para uso do SEAP nas visitas e formações com escolas;
- Dias 13 e 14 de fevereiro de 2014, oficina Estadual de Planejamento Participativo 2014 / SEAP 2013 com as CREs para o desenvolvimento do trabalho com as escolas;
- EAD para utilização do sistema, em elaboração;
- No mês de agosto constituição da comissão de monitoramento SEAP/SEDUC para organização da prestação de contas neste mesmo mês;
- [Encontros Regionais de Planejamento Participativo 2014 / SEAP 2013 com as CREs e escolas para desenvolver as metas e ações para 2014;](#)
- **Avaliação Externa**
 - Realização da primeira reunião com os avaliadores externos (janeiro);
 - Apresentação do 1º Relatório Parcial referente a 1ª Parcela (novembro 2013 a janeiro de 2014) da UFRGS;
 - Entrega 2º, 3º relatórios parciais;
 - Em julho entrega da proposta de alterações para os cadernos;
 - Definição da Equipe de Trabalho da Avaliação Externa da UFRGS: Maria Beatriz Moreira Luce; Luís Armando Gandin; Naira Lisboa Franzói; Nalú Farenzena; João Luiz Becker; Neusa Chaves Batista; Maria Goreti Farias Machado; Caterine Vila Fagundes; Mateus Saraiva; Edson Mendes da Silva Júnior;
 - Inserção do espaço para inclusão de metas no SEAP no ambiente de homologação;
 - Inserção de status para metas: iniciada, não iniciada, em execução,
 - [Seminário de formação em março com Avaliadores Externos e SEDUC;](#)
- **SEAP/RS – Avaliação Institucional como Política Pública**
 - Publicação Apostila nº 12/ 2014, com o nome dos responsáveis pelo SEAP/RS – Avaliação Institucional na SEDUC – Coordenação: Guilene Salerno, Doloris Ocampos e Rosa Mosna; Coordenação Adjunta: Adair Barcelos, Carmen Pereira e Débora Galarza;
 - Sugestão de inclusão do SEAP/RS – Avaliação Institucional no calendário escolar de 2014;

- Encaminhamento com AJU para elaboração de documento oficial que embase a aplicação de Penalidades conforme Decreto nº 48.744, DE 28 DE DEZEMBRO DE 2011 e leis 10.576/95, atualizada pela Lei 13.990/12 e Lei 6672/74, bem como Lei Complementar nº 10.098/94.
- Encaminhamento de documento oficial para as CRES para aplicação das penalidades para as Escolas que não preencheram e ou preencheram de forma irresponsável o SEAP/RS- Avaliação Institucional